

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

Carlos Barbosa Correa Junior

**Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos
municípios brasileiros no período de 2004 a 2013**

DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

SÃO PAULO

2017

Carlos Barbosa Correa Junior

**Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos
municípios brasileiros no período de 2004 a 2013**

DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Administração sob orientação do Prof. Doutor Leonardo Nelmi Trevisan.

SÃO PAULO

2017

Correa Junior, Carlos Barbosa

Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2013 / Carlos Barbosa Correa Junior. – São Paulo, 2017.

163 p.: il. p&b.

Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Administração, São Paulo, 2017.

Orientador: Leonardo Nelmi Trevisan

1. Programa Bolsa Família. 2. Mercado de trabalho. 3. Trade-off equidade, eficiência. I. Trevisan, Leonardo Nelmi. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. III. Título.

Carlos Barbosa Correa Junior

**Impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos
municípios brasileiros no período de 2004 a 2013**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Administração sob
orientação do Prof. Doutor Leonardo Nelmi Trevisan.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese de Doutorado, sem dúvida, não é uma tarefa individual, na qual o autor, introspectivamente, estuda, investiga e propõe conclusões. É, todavia, uma tarefa de muitas mãos, um processo onde a participação de especialistas é fundamental para um bom termo. Assim sendo, agradeço especialmente:

Ao Prof. Dr. Leonardo Nelmi Trevisan, que generosamente aceitou me orientar. Um verdadeiro *gentleman*, manteve, em todos os momentos, o difícil equilíbrio entre o rigorismo acadêmico e a brandura d'alma nas atividades de orientação, orientando-se por um modelo de trabalho sério, encorajador e construtivista. Sua preocupação com a produção desta tese sempre contrabalançou com sua preocupação de transformar um orientado em um pesquisador independente.

Aos Profs. Drs. Cristina Helena Pinto de Mello e Roberto Carlos Bernardes pela competência e qualidade das observações e sugestões oferecidas quando da banca de qualificação, enriquecendo sobremaneira este trabalho com novas perspectivas, Cleber da Costa Figueiredo, pelas orientações quando da modelagem estatística e Orlando Assunção Fernandes, pelas orientações sobre Teoria Econômica.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração da PUC SP, pela dedicação exibida durante suas aulas do programa.

A minha filha Juliana, pela paciência, ajuda e, sobretudo, carinho nas nossas longas discussões sobre o tema.

RESUMO

Questões como de que maneira o crescimento econômico pode promover a distribuição de renda de uma nação, ou, por outro lado, como a distribuição da renda pode impactar no crescimento econômico, intrigam pesquisadores há décadas, persistindo o debate sobre a existência de um *trade-off* entre eficiência econômica e igualdade. Diante dessa abrangente discussão emerge o objetivo geral desta pesquisa: o de investigar os impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2013. O percurso exploratório inicia com uma pesquisa histórico-bibliográfica dos modelos de crescimento econômico, contemplando os modelos de crescimento endógeno de Romer (1986), Lucas (1988) e seus sucessores, do fator de produção trabalho, do mercado de trabalho brasileiro, dos modelos de desenvolvimento, das trajetórias das políticas públicas brasileiras, do modelo contemplado pelo Programa Bolsa Família e dos modelos sobre o *trade-off* crescimento e igualdade. Segue com o modelo dedutivo econométrico clássico, as etapas da exposição da hipótese, da especificação do modelo matemático da teoria, da especificação do modelo estatístico ou econométrico, da obtenção dos dados, da estimação dos parâmetros do modelo econométrico e do teste das suas hipóteses. São testadas três Hipóteses, da associação do Programa Bolsa Família com a quantidade de pessoal ocupado assalariado, com o total dos salários e outras remunerações pagos e com do Produto Interno Bruto, utilizando-se como unidade de análise cada um dos 5.570 municípios brasileiros. Os dados são coletados através dos sites oficiais governamentais IBGE e MDS. São utilizadas quatro estratégias: estatísticas descritivas, método de estimação dos Mínimos Quadrados Ordinários das variáveis na primeira diferença, estimacões por modelo de dados em painel de efeitos fixos e estimacões por modelos dinâmicos de dados em painel de Arellano e Bond (1991). Os resultados indicam a associação positiva nas três Hipóteses testadas.

Palavras chave: Programa Bolsa Família, mercado de trabalho, modelo de crescimento econômico, *trade-off* igualdade e eficiência.

ABSTRACT

Researches have been intrigued for decades about how economic growth can promote nation's income distribution, and, on the other hand, how income distribution impacts economic growth. The debate over the existence of a trade-off between economic efficiency and equality persists today. From this broad discussion about the effects of public policy that aimed at income distribution in the labor market and economic efficiency, the general objective of this research emerges: to investigate the impacts of the Bolsa Família Program on the formal labor market of Brazilian's municipalities from 2004 to 2013. The present study starts with a bibliographical-historical research, which includes the economic growth models, the endogenous growth models of Romer (1986), Lucas (1988) and their successors, the labor production factor, the Brazilian labor market, the models of Development, the trajectories of Brazilian public policies, models of income transfer, the model contemplated by the Bolsa Família Program, and the models on the trade-off growth and equality. It follows with the classical deductive econometric model, which entails the hypothesis presentation, the mathematical model and theory specification, the specification of the statistical model, the data obtaining, the estimation of econometric parameters, and the hypotheses testing. Three Hypotheses are tested. The first addresses the relationship of the Bolsa Família Program and the number of salaried employees, the second addresses the link of the Program and the total of salaries, and the third addresses the relation of the Program with the Gross Domestic Product. The unit of analysis is the 5,570 Brazilian municipalities. The sources of information are data from IBGE and MDS websites. Four analytical strategies are implemented: descriptive statistics, method of estimation of the Ordinary Least Squares of the variables in the first difference, estimations by data model in fixed effects panel, and estimations by dynamic panel data models of Arellano and Bond (1991). The results indicate a positive association in the three Hypotheses tested.

Key words: Bolsa Família Program, labor Market, economic growth model, trade-off between equality and efficiency.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produto Interno Bruto brasileiro a preços constantes de 2013, em milhões de Reais.....	35
Tabela 2. Média nacional anual por município em R\$ do PIB e de total de salários e outras remunerações, a preços correntes.....	46
Tabela 3. Taxa de desemprego no Brasil, entre os anos de 2003 e 2014.....	48
Tabela 4. Evolução da legislação de segurança social em nações da Europa Ocidental.....	56
Tabela 5. PIB e PIB <i>per capita</i> a preços constantes de 2015 e Coeficiente de Gini..	63
Tabela 6. Índice de Gini por total, regiões do Brasil, entre 1995 e 2014.....	71
Tabela 7. Índice de Theil, por total, regiões do Brasil, entre 1995 e 2014.....	72
Tabela 8. Distribuição Percentual da População segundo Situação de Pobreza Definida com Base no Programa Brasil sem Miséria, entre 1995 e 2014.....	73
Tabela 9. Valores repassados e número de famílias beneficiadas pelo PBF a preços correntes.....	80
Tabela 10. Valores correntes anuais totais das variáveis pesquisadas.....	118
Tabela 11. Deflator implícito do PIB e INPC entre os anos 2004 2 2013.....	119
Tabela 12. Valores anuais constantes base 2004 totais das variáveis pesquisadas.....	119
Tabela 13. Estatísticas descritivas da variável benefício total do PBF, valores correntes, em RS.....	121
Tabela 14. Estatísticas descritivas da variável número de famílias beneficiadas pelo PBF.....	122
Tabela 15. Estatísticas descritivas dos PIBs municipais anuais, valores correntes, em RS mil.....	122
Tabela 16. Estatísticas descritivas dos salários e outras remunerações, valores correntes, em RS mil.....	123
Tabela 17. Estatísticas descritivas da variável pessoal ocupado assalariado.....	123
Tabela 18. Estatísticas descritivas da variável unidades locais.....	124
Tabela 19. Impacto do PBF no pessoal assalariado do município, logaritmo neperiano das variáveis em primeira diferença, valores constantes de 2004.....	125
Tabela 20. Impacto do PBF nos salários totais municipais, logaritmo neperiano das variáveis em primeira diferença, valores constantes de 2004.....	126
Tabela 21. Impacto do PBF nos PIBs municipais, logaritmo neperiano das variáveis em primeira diferença, valores constantes de 2004.....	127
Tabela 22. Impacto do PBF no pessoal ocupado assalariado municipal, valores constantes 2004.....	128
Tabela 23. Teste de Hausman. Hipótese 1, modelo 1.....	128
Tabela 24. Teste de Hausman. Hipótese 1, modelo 2.....	129
Tabela 25. Impacto do PBF nos salários totais municipais, valores constantes 2004..	129
Tabela 26. Teste de Hausman. Hipótese 2, modelo 1.....	130
Tabela 27. Teste de Hausman. Hipótese 2, modelo 2.....	130
Tabela 28. Impacto do PBF no Produto Interno Bruto Municipal, valores constantes de 2004.....	131
Tabela 29. Teste de Hausman. Hipótese 3, modelo 1.....	131
Tabela 30. Teste de Hausman. Hipótese 3, modelo 2.....	131
Tabela 31. Impacto do PBF no Pessoal ocupado assalariado municipal, valores constantes de 2004 por modelo dinâmico de Arellano-Bond.....	133
Tabela 32. Teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença da Hipótese 1...134	

Tabela 33. Impacto do PBF nos Salários totais municipais, valores constantes de 2004 por modelo dinâmico de Arellano-Bond.....	135
Tabela 34. Teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença da Hipótese 2....	135
Tabela 35. Impacto do PBF no Produto Interno Bruto Municipal, valores constantes de 2004 por modelo dinâmico de Arellano-Bond.....	136
Tabela 36. Teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença da Hipótese 3....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conclusões de Gudin à Comissão de Planejamento Econômico, em março de 1945	33
Quadro 2. Divisão característica do desenvolvimento da economia brasileira.....	37
Quadro 3. Principais mudanças do regime de Política Econômica no segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso.....	41
Quadro 4. Tipos de Direitos Cívicos, Políticos e Sociais.....	54
Quadro 5. Modelos de <i>Welfare State</i> segundo a taxonomia de Titmuss.....	55
Quadro 6. Modelos de <i>Welfare State</i> segundo a taxonomia de Esping-Andersen.....	57
Quadro 7. Liberdades instrumentais de Amartya Sen.....	58
Quadro 8. Fases características das iniciativas de proteção social no Brasil.....	61
Quadro 9. Competências da Seguridade Social brasileira.....	66
Quadro 10. Os doze programas da Rede de Proteção Social do governo FHC.....	67
Quadro 11. Políticas sociais no período de 2003 a 2009 do governo Lula.....	68
Quadro 12. Programas de Transferência de Renda Condicionada em implementação na América Latina e Caribe em 2012.....	77
Quadro 13. Variáveis de estudo desta pesquisa.....	105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Teoria clássica do produto e do emprego.....	14
Figura 2. Esquema da teoria geral de Keynes.....	21
Figura 3. Curvas de oferta agregada Keynesianas para os casos de salários monetários fixos e variáveis.....	22
Figura 4. Produto e emprego no modelo novo-clássico.....	26
Figura 5. Variação anual % do PIB Brasil 1947-2013 em valores correntes de 2013..	36
Figura 6. Variação mensal da Taxa de desemprego.....	48
Figura 7. Índice de Gini por áreas urbana e rural e total Brasil, entre 1995 e 2014.....	71
Figura 8. Índice de Theil, por total e área urbana e rural, entre 1995 e 2014.....	72
Figura 9. Distribuição percentual da população segundo a Situação de Pobreza entre 1995 e 2014.....	73
Figura 10. Equilíbrio no mercado de trabalho antes e depois das transferências.....	99
Figura 11. Planilha Excel xlsx, contendo as variáveis a serem trabalhadas.....	108
Figura 12. Evolução percentual acumulada dos valores pesquisados, entre os anos de 2004 e 2013.....	120
Figura 13. Histograma dos valores dos benefícios do BF por município em 2013.....	121

LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desligados
CEF - Caixa Econômica Federal
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
EF - Efeitos Fixos
EQT - Efeito Quantílico de Tratamento
ER - Efeitos randômicos
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IAPAS - Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA - Mínimos Desvios Absolutos
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fomes
MEA - Modelo de Efeitos Aleatórios
MEF - Modelo de Efeitos Fixos
MIS – Matriz de Informação Social
MQO - Mínimos Quadrados Ordinários
ORTN - Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF - Programa Bolsa Família
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SE - *Standard Error*
SUS - Sistema Único de Saúde
URV - Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – CRESCIMENTO, TRABALHO E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	8
1.1 Crescimento econômico e o fator trabalho.....	10
1.2 O crescimento econômico no Brasil.....	29
1.3 O mercado de trabalho nacional.....	42
CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO, PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	49
2.1 Desenvolvimento econômico e social.....	51
2.2 O desenvolvimento econômico e social no Brasil.....	59
2.3 Programas de transferência de rendas e o Programa Bolsa Família.....	74
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA	84
3.1 Modelos de <i>trade-off</i> entre igualdade e eficiência.....	87
3.2 Considerações metodológicas.....	101
3.3 Hipóteses testadas.....	102
3.4 Definição do censo.....	104
3.5 Modelos econométricos utilizados.....	108
3.6 Problemas no tratamento dos dados.....	112
CAPÍTULO IV – RESULTADOS	117
4.1 Estatísticas descritivas.....	117
4.2 Estimações por modelo com variáveis em primeiras diferenças.....	124
4.3 Estimações por modelo de dados em painel, efeitos fixos.....	127
4.4 Estimações por modelo dinâmico de Arellano-Bond.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

Dentre as várias questões pesquisadas nas Ciências Sociais, como aquelas voltadas ao estudo do crescimento da riqueza das nações ou aquelas voltadas à distribuição da riqueza e aumento do bem-estar da sociedade, uma terceira é a que aborda justamente as inter-relações entre o crescimento da riqueza das nações e a distribuição de renda entre seus habitantes.

Se as duas primeiras questões individualmente já são extremamente complexas, sua inter-relação, isto é, como o crescimento econômico pode promover a distribuição de renda de uma nação, ou até, como a própria distribuição da renda pode impactar no crescimento econômico, está entre as questões que desafiam pesquisadores há décadas e por todas as partes do mundo, sem existir um definitivo consenso sobre suas causalidades recíprocas.

Diversos autores, segundo Pontusson (2005), têm pesquisado tais questões nas últimas décadas. De um lado, adeptos ao liberalismo sinalizam para o problema do aumento do gasto público e seus efeitos nocivos ao investimento privado, acusando tais políticas de produzirem distorções no mercado, reduzindo a produtividade. De outro, defensores de políticas intervencionistas, que apontam para os efeitos benéficos que tais políticas exercem sobre o crescimento econômico, no aumento do mercado interno e também do efeito multiplicador da renda e da manutenção da renda em tempos de crises econômicas.

Kuznets (1955), um dos pioneiros no estudo das relações entre eficiência econômica e equidade social, afirma que existe uma relação em forma de “U invertido” entre crescimento econômico e desigualdade de renda. A desigualdade primeiramente aumenta à medida que os países se desenvolvem até atingir um ponto máximo e, então, começa a diminuir.

Diversos estudos são apresentados, a partir de Kuznets, com conclusões distintas. Okun (1975) apresenta a tese de um *trade off*, um conflito de escolhas, entre igualdade e eficiência, baseada na ideia de que, partindo do princípio que os agentes econômicos se tornam mais produtivos em resposta a incentivos monetários, toda e qualquer iniciativa de redistribuição da renda dos indivíduos mais produtivos para os menos produtivos implicará num ajuste negativo do esforço produtivo agregado.

Willianson (1985) entende que o desenvolvimento tecnológico faz com que os salários cresçam mais que a produtividade do capital, levando a uma distribuição da renda.

Acemoglu e Robinson (2002), em oposição a Kuznets, consideram que as questões de política econômica estão negligenciadas na análise e que uma maior equidade não é resultado obrigatório do crescimento, mas sim que as múltiplas relações entre crescimento e desigualdade são resultado de diversas ações mais ou menos bem-sucedidas dos Estados que historicamente implementam políticas de distribuição de rendas. Os autores reescrevem a relação de Kuznets, afirmando que o capitalismo causa a desigualdade, mas que essa desigualdade cria possibilidades para sua própria reconstrução uma vez que incita mudanças políticas.

Essa reformulação teórica alinha-se com as conclusões de Korpi (1978, 1983) e Esping-Andersen (1991), que postulam que os países mais igualitários, onde a classe trabalhadora exerce pressão por meio de disputas políticas, são justamente aqueles capazes de instituir um Estado de Bem-Estar social abrangente e generoso, em boa medida mitigador das desigualdades produzidas pelo capitalismo. Os autores apontam que a equidade não se constitui em uma consequência necessária do desenvolvimento econômico, mas um produto de políticas públicas bem-sucedidas.

As abordagens recentes da teoria de crescimento econômico, principalmente em Romer (1986) e Lucas (1988) e seus sucessores, consideram que o modelo de crescimento deve ser sustentado por fatores endógenos e provenientes do comportamento de agentes intrínsecos ao sistema econômico, fatores tais como a inovação tecnológica produzida pelos agentes produtivos, capital humano, acumulação de capital físico e os arranjos institucionais e de políticas públicas.

Ao se analisar o caso brasileiro nas últimas décadas, não obstante verificar-se um expressivo crescimento econômico na década de 1970, ao redor de 129% (IBGE, 2015), década do milagre econômico¹, nota-se também um aumento da desigualdade. Dessa forma, no início dos anos de 1980, enquanto detínhamos o posto de oitava economia do

¹ O período 1968-1973 é conhecido como "milagre" econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% a.a. (VELOSO *et al*, 2008, p. 222).

mundo (MADDISON, 2013), cerca de 33% da nossa população encontrava-se em situação de pobreza (IPEA, 2015).

Também se verifica que, na década de 1980, a desigualdade social aumenta com as instabilidades econômicas, congelamentos, hiperinflação e baixo crescimento da economia brasileira: o Coeficiente de Gini, que em 1980 era de 0,59, ao final dessa década alcança 0,64 (IPEA, 2015). O PIB nacional, entre os anos de 1980 e 1990, atinge crescimento acumulado de apenas 17% (IBGE, 2015).

Em meados da década de 1990, com o Plano Real e através de uma política de banda cambial, o Brasil tem sua inflação controlada e “após uma série de planos de estabilização fracassados, o Plano Real obteve o primeiro sucesso na contenção da expansão do nível dos preços que, desde os anos de 1980, já podia ser caracterizada como uma superinflação” (OLIVEIRA; TUROLA, 2003, p. 195).

Dentro desse novo cenário, no final da década de 1990 começam a ser implementadas políticas públicas visando reverter a situação de extrema desigualdade. Um dos principais alicerces da execução dessas políticas públicas assenta-se exatamente nos programas de distribuição de renda, primeiramente com programas de transferências condicionadas para alguns municípios do país, depois com o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, em seguida com o Auxílio Gás e o Cartão Alimentação. Em 2003 o Programa Bolsa Família (PBF) acaba por agrupar um sistema único que vigora até hoje, contribuindo para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil.

Segundo os dados da Matriz de Informação Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as transferências de renda pelo Programa Bolsa Família passam dos 3,8 bilhões de Reais no ano de 2004, contemplando 6,5 milhões de famílias, para 27,6 bilhões de Reais no ano de 2015, mais de oito vezes o valor inicial, contemplando cerca de 14 milhões de famílias (MIS, 2015). O coeficiente de Gini, entre os anos de 2004 e 2014, passa de 0,57 para 0,54 (IPEA, 2015).

Entretanto, não obstante os inúmeros estudos publicados sobre o Programa Bolsa Família e seus efeitos benéficos no que se refere a redução da pobreza, aumento da frequência escolar e diminuição da desigualdade, pouco se questionou a respeito dos efeitos do programa no mercado de trabalho, no aumento da produtividade e formalidade da

economia. Há questões ainda sem respostas no que se refere aos impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho e na eficiência econômica.

Dessa abrangente discussão sobre a questão dos efeitos de intervenções de políticas públicas voltadas para distribuição de renda no mercado de trabalho e na eficiência econômica, surge o objetivo geral desta pesquisa que é o de investigar os impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2013.

Para construir o arcabouço experimental desta pesquisa, algumas hipóteses são testadas, baseadas nas abordagens recentes da teoria de crescimento econômico, como em Romer (1986) e Lucas (1988), onde o modelo de crescimento deve ser sustentado por fatores endógenos e provenientes do comportamento de agentes intrínsecos ao sistema econômico, no nosso caso específico, de arranjos institucionais e de políticas públicas:

- Hipótese H1: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com a quantidade de pessoal ocupado assalariado do município.

- Hipótese H2: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o total dos salários e outras remunerações pagos no município.

- Hipótese H3: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com do Produto Interno Bruto (PIB) total do município.

A escolha deste recorte tem três causas principais. A primeira é que embora se tenha evidências de mudanças significativas no mercado de trabalho e no produto agregado, principalmente nas regiões mais beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (SALVATO *et al.*, 2006; FOGUEL; BARROS, 2010; BARROS; GOMES, 2008; BUSSMANN; RISCO, 2012), há poucos estudos que procuram achar teorias para tais relações (RANDS BARROS; ATHIAS, 2013, NUNES; MARIANO, 2015, CAVALCANTI *et al.*, 2016, DENES *et al.*, 2016). Dessa forma, essa pesquisa se insere em um debate mais amplo a respeito de casos de sucesso de políticas de distribuição de renda e seus possíveis efeitos positivos para a eficiência econômica. É importante ressaltar que esta pesquisa percorre um caminho inovador, ao analisar os efeitos do Programa Bolsa Família tomando como base os agregados dos municípios brasileiros e não propriamente o indivíduo.

A segunda causa é que a escolha do intervalo da observação empírica entre os anos de 2004 e 2013 deve-se a três razões principais: a) nos anos de 2002 e de 2003, o Programa Bolsa Família estava ou em fase de implantação ou em fase de início de funcionamento e entende-se que nessa fase poderiam ocorrer alterações de comportamento das famílias revertidas no próprio curto prazo; b) iniciando-se em 2004 já estão refletidos os efeitos perenes do programa; e c) o término da coleta em 2013 deve-se absolutamente à limitação de disponibilidade de dados.

A terceira causa é que o número de pessoas ocupadas e o salário e remunerações médias tem como base apenas o trabalho formal, ou seja, pessoas que trabalham com carteira assinada. Essa opção metodológica tem como objetivo analisar a evolução não apenas do emprego e salários, mas da formalização da economia brasileira.

São questões relevantes e, provavelmente, estão no âmago das possíveis relações existentes entre a maior equidade promovida pelo programa e seus efeitos, tanto positivos como negativos, na eficiência econômica. Primeiro, porque os benefícios poderiam gerar alterações no emprego e nos salários, os quais têm efeito direto na produtividade da indústria e no produto agregado. Também, porque essas alterações no mercado de trabalho, por sua vez, poderiam alterar a distribuição de renda da sociedade, intensificando ou reduzindo os efeitos primários do programa na distribuição de renda.

Espera-se, com isso, contribuir na formulação de respostas no que se refere às relações existentes entre a maior equidade promovida pelo Programa Bolsa Família e a eficiência econômica através de seus efeitos no mercado de trabalho nacional.

Para tanto, a presente pesquisa está estruturada primeiramente nesta Introdução, que traz as considerações iniciais, o ponto de partida, a relevância da pesquisa com o problema e sua importância, os objetivos do trabalho e a escolha do recorte exposto no estudo. Em seguida, trará os Capítulos destinados à apresentação da pesquisa propriamente dita.

No Capítulo I, trilhar-se-á um percurso exploratório que se inicia numa pesquisa histórico-bibliográfica, trazendo, a partir de Adam Smith até os atuais modelos endógenos de Romer (1986) e Lucas (1988), as teorias de crescimento econômico. Serão caracterizados o fator de produção trabalho dentro desses modelos teóricos. Também será apresentada essa trajetória no contexto brasileiro e, por fim, analisado o mercado de

trabalho brasileiro, sua formação, modificações estruturarias das últimas décadas e situação atual.

O objetivo geral do Capítulo II é o de caracterizar o Programa Bolsa Família dentro das políticas públicas de transferência de renda no âmbito do conceito mais amplo do desenvolvimento. Nesse sentido, inicialmente será apresentada, de maneira histórico-bibliográfica as origens e trajetórias dos modelos de políticas de desenvolvimento. Em seguida, serão apresentadas as trajetórias das políticas públicas brasileiras. Serão abordados os modelos de transferências de renda no combate à pobreza e à desigualdade social e, finalmente, o detalhamento do modelo de distribuição de rendas contemplado pelo Programa Bolsa Família.

No Capítulo III serão apresentadas as opções metodológicas da modelagem quantitativa econométrica desta pesquisa, com o desenho detalhado do estudo, a definição e descrição das variáveis pesquisadas, os modelos e procedimentos da econometria básica utilizados, as hipóteses testadas e a formulação dos modelos de regressão dos dados em painel.

Para tanto, iniciar-se-á com a apresentação dos modelos e teorias sobre o *trade-off* entre crescimento e distribuição, buscando entender e analisar os estudos realizados desde a teoria germinal da hipótese de Kuznets até os mais recentes e afeitos à nossa pesquisa e, em seguida, apresentar-se-á a metodologia da pesquisa.

A pesquisa quantitativa percorrerá o modelo dedutivo econométrico clássico, perseguindo, conforme Gujarati (2006), as etapas da exposição da hipótese, da especificação do modelo matemático da teoria, da especificação do modelo estatístico ou econométrico, da obtenção dos dados, da estimação dos parâmetros do modelo econométrico e do teste das hipóteses.

Serão utilizadas quatro estratégias principais. A primeira delas será analisar a estatística descritiva com o objetivo de mostrar se as questões colocadas são pertinentes de análise e se as relações estabelecidas nas hipóteses, de fato, se comportam da maneira prevista. A segunda estratégia será a aplicação de um modelo linear com variáveis na primeira diferença com o método de estimação dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A terceira e quarta estratégias apresentarão estudos econométricos com dados em painel, respectivamente, modelos de efeitos fixos e modelos dinâmicos de Arellano-Bond (1991)

de dados em painel com defasagens autorregressivas, com valores defasados da variável dependente.

A observação empírica adotará como base de análise todos os municípios brasileiros, entre 2004 e 2013, apoiando-se em variáveis obtidas dos institutos de pesquisa nacionais sobre o nosso mercado de trabalho, em especial, o IBGE e o CAGED e sobre o Programa Bolsa Família, em especial, o MDS.

Ressalta-se que, como escolha metodológica, tanto na questão do crescimento econômico e da distribuição das riquezas quanto na questão do *trade-off* entre eficiência e equidade, será dada a devida importância não só à *hard science* como também à *soft science*. No modelo *soft science*, considerar-se-á a valorização dos contextos históricos das teorias clássicas, onde “o estudante deve basicamente dominar os clássicos do passado, mesmo que em prejuízo de sua familiaridade com os desdobramentos mais recentes da teoria” (ARIDA, 1996, p. 13). Já no modelo *hard science* procurar-se-á contemplar o estágio atual de fronteira do conhecimento, e nesse caso sim, “o estudante ignora a história do pensamento. As listas de leitura não contêm textos escritos há mais do que cinco ou seis anos atrás, com honrosas exceções” (ARIDA, 1996, p. 13). Nesse segundo modelo *hard science*, também é oportuno ressaltar que o recorte da pesquisa é principalmente afeito ao contexto, interesse e às condições brasileiras.

O Capítulo IV trará os resultados da pesquisa, com a apresentação da estatística descritiva dos dados e com a apresentação dos resultados das estimações dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) das primeiras diferenças e das estimações com dados em painel, tanto com o modelo de efeitos fixos quanto o dinâmico de Arellano-Bond (1991).

Encerra-se com as Considerações Finais, reservadas para a discussão de quais interpretações podem ser extraídas dos resultados apresentados. Procurar-se-á, modelados pela racionalidade da análise dos dados apresentados, sugerir cenários que ajudem a identificar caminhos nacionais para uma gestão pública condizente com um crescimento econômico com mais igualdade social.

CAPÍTULO I – CRESCIMENTO, TRABALHO E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O objetivo do Capítulo I é o de caracterizar a evolução dos modelos teóricos de crescimento econômico, o fator de produção trabalho dentro desses modelos e o próprio mercado de trabalho brasileiro.

O capitalismo industrial, que emerge entre os séculos que separam a Idade Média dos fisiocratas, contempla atividades comerciais e manufatureiras, florescendo de forma exuberante e com todos os governos continentais com qualquer pretensão a uma política racional fomentando o crescimento econômico e especialmente o desenvolvimento industrial (HOBSBAWN, 2009).

Nas décadas seguintes, caracterizadas pelo Iluminismo do século XVIII, desenvolvem-se teorias sobre o crescimento da riqueza das nações, como nos contemplados na Escola Fisiocrata, com expoentes como François Quesnay e seu *Tableau Économique*², de 1758, e na Escola Clássica de Adam Smith.

A Árvore Genealógica da Economia de Samuelson, mencionada por Strauch (1996), nos dá uma visão das teorias sobre o crescimento econômico a partir da Escola Clássica: o precursor Adam Smith origina o “pai de todos” David Ricardo, que, por sua vez, gera duas correntes opostas, uma heterodoxa, representada por Karl Marx e seus discípulos socialistas e outra ortodoxa, representada por John Stuart Mill e os economistas neoclássicos, representados por Leon Walras, Willian Stanley Jevons e Alfred Marshall, que, por sua vez, inspira John Maynard Keynes (STRAUCH, 1996, p. 5).

O século XX reforça a corrente keynesiana de pesquisadores, com Harrod e Domar, e nos modelos de crescimento exógeno de Ramsey, Solow e Swan. Mais recentemente, surgem os modelos de crescimento endógeno revisitando a ideia do crescimento constante, com Romer, Lucas, Barro e Sala-i-Martin.

² O sistema de François Quesnay, de 1758, que demonstra esquematicamente as relações entre as diferentes classes econômicas e setores da sociedade e o "fluxo de pagamentos" entre elas.

Pelo lado brasileiro, os primeiros modelos de crescimento desenvolvem-se a partir Simonsen e Gudin, com as reconhecidas discussões sobre planificação versus industrialização da economia nacional.

Celso Furtado (1959), por seu lado, produz uma crítica à aplicação da análise marginalista nas questões dos países subdesenvolvidos. O autor retrata sua preocupação com a condição social dos cidadãos de maneira geral e com os brasileiros especificamente ao entender que o principal objetivo da ação social não é o de reproduzir padrões de consumo das minorias abastadas, mas sim o de satisfazer as necessidades fundamentais da população. O autor entende a educação como o caminho para o desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da ação solidária (FURTADO, 1998).

Nos modelos contemporâneos encontram-se trabalhos como os que utilizam a metodologia de decomposição do crescimento para analisar a desaceleração do crescimento e a queda na produtividade total dos fatores (GOMES *et al.*, 2003; FERREIRA *et al.*, 2008) e com a redução da taxa de acumulação de capital físico, como Bacha e Bonelli (2005), ou até com metodologias de regressões de painel (ADROGUÉ; *et al.*, 2006).

Com referência às questões do fator de produção trabalho, o próprio mercado de trabalho, conforme Ramos (2009), geralmente é reflexo de três fatores: a) das instituições, legislações e regulamentações; b) da própria quantidade e qualidade da força de trabalho ofertada; e c) das condições macroeconômicas. No caso brasileiro, o segundo fator, quantidade e qualidade da força de trabalho ofertada, é formado pelos imigrantes, pelos ex-escravos e pelos homens livres em geral, brancos pobres, negros livres e mestiços (BEIGUELMAN, 1977; GEBARA, 1986; KOWARICK, 1987). Essa força de trabalho nacional necessitará enfrentar, desde a sua formação até os dias atuais, além de legislações desfavoráveis como proibição de greves, uma sequência de condições macroeconômicas das mais variadas e em constantes mudanças: congelamentos, hiperinflação, confiscos e correção monetária, serão algumas das adversidades enfrentadas pela mão de obra brasileira, na formação do seu mercado.

Dentro desse contexto, o Capítulo I apresenta, inicialmente, uma revisão histórico-bibliográfica sobre as origens e trajetórias dos modelos de crescimento econômico.

1.1 Crescimento econômico e o fator trabalho

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento por vezes foram confundidos como um mesmo fenômeno e, por vezes, foram tratados como fenômenos distintos, havendo, ainda hoje, discussões sobre sua relação. O estudo desse fenômeno, ainda quando considerado único, origina-se em meados do século XV, com a ideia mercantilista de que um país alcançaria o avanço econômico através do acúmulo de metais preciosos, considerados, à época, como reserva de riqueza e moeda de troca do comércio realizado entre as nações.

Conforme Froyen (2013), o pensamento mercantilista estava associado à ascensão do Estado-Nação na Europa, durante os séculos XVI e XVII. Para o autor, dois princípios fundamentais regiam esse pensamento: “(1) o metalismo, a crença de que a riqueza e o poder de uma nação eram determinados por seu estoque de metais preciosos, e (2) a crença na necessidade de ação estatal para direcionar o desenvolvimento do sistema capitalista” (FROYEN, 2013, p. 50).

Algumas décadas antes do que viria a se tornar a Escola Clássica, desenvolvem-se as primeiras ideias da teoria econômica. Conforme Roll (1977, p. 85), “Sir Willian Petty (1623-87) foi o primeiro e o mais importante dos economistas ingleses que preparam o terreno para o sistema clássico”. Além da contribuição da sua *Aritmética Política*, precursora da estatística moderna, o pré-clássico Petty, na obra *Tratado dos Impostos e Contribuições*, discute os preços relativos entre os produtos, enfatizando a importância do trabalho na criação do valor como fonte de riqueza de uma nação (SUPRINYAK, 2008), tornando-se “o principal precursor de Smith e de Ricardo” (ROLL, 1977, p. 98).

Petty (1996), na tentativa de construção de metodologias que demonstrassem um cálculo econômico agregativo de mensuração do crescimento econômico, introduz os conceitos de renda e fortuna nacionais e do valor do trabalho do povo no seu *Verbum Sapienti*, onde “todas as coisas deveriam ser avaliadas por meio de duas unidades de medida naturais, que são a terra e o trabalho, ou seja, deveríamos dizer que um barco, ou uma peça de roupa, vale certa medida de terra e também outra de trabalho” (PETTY, 1996, p. 58).

Como refinamento das ideias de Petty, um rol de pesquisadores contribuiu para a formação da análise econômica da primeira metade do século XVIII, como Locke, em sua obra *Algumas Considerações Sobre as Conseqüências da Baixa do Juro e Aumento do Valor*

do Dinheiro, de 1691, Dudley North, nas *Dissertações sobre o Comércio*, também de 1691, John Law, em *Considerações sobre o Numerário e o Comércio*, de 1705 e David Hume, com a obra *Political Discourses*, de 1752.

A esses estudos seguem as contribuições de pesquisadores franceses, que desenvolvem um conjunto de teorias econômicas conhecido por Fisiocracia. Esse conjunto se destaca pela análise da circulação do produto líquido entre as diferentes classes da sociedade e pela análise da origem do excedente econômico no trabalho agrícola, este não originário do trabalho humano, mas antes como fruto da fertilidade da terra.

O final do século XVIII contempla uma série de acontecimentos que prenunciam o início de uma nova era na organização política e econômica, “sob a égide de um emergente capitalismo industrial” (ROLL, 1977, p. 126). Nesse contexto, a investigação sobre o crescimento econômico das sociedades, como fenômeno científico, desenvolve-se e encontra em Smith os alicerces de uma nova filosofia econômica.

Thirlwall (2005) entende que uma das contribuições mais importantes de Smith é a de introduzir na economia a ideia dos rendimentos crescentes baseada nos ganhos provenientes da especialização pela divisão do trabalho. Para Smith, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem e não a da sociedade, porém, a procura de sua própria vantagem individual leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta indiretamente as maiores vantagens para a sociedade.

Para Smith (1776), cada indivíduo está continuamente se esforçando para encontrar o emprego mais vantajoso para o capital que ele consiga comandar. É a sua própria vantagem, de fato, e não o da sociedade, o que ele tem em vista. Mas o estudo de sua própria vantagem, “naturalmente, ou melhor, necessariamente”, o leva a optar pelo emprego que é mais vantajoso para a sociedade” (SMITH, 1776, p. 349).

A economia política de Smith interpreta a ordem social como sendo orientada pela produção, acumulação de capital e excedente econômico, trazida pelo *Monsieur le Capital e Madame la Terre*³, porém resolvida com sua teoria do mercado. A economia torna-se o centro explicativo da sociedade caracterizada pelo desejo de ganho, mas onde

³ *Monsieur le Capital e Madame la Terre*: “o trabalho é pai e princípio ativo da riqueza, da mesma forma que as terras são a sua mãe” (Petty, 1996, p. 84).

o interesse privado acaba por causar o bem-estar coletivo. A teoria smithiana tanto representa uma visão racional e científica dos *vícios privados, benefícios públicos*⁴ como supera as formulações do contrato social, vindo a tornar-se uma grande matriz teórica da ordem social liberal moderna. A própria Revolução, na França de 1789, apesar das fortes causas econômicas, marcará nitidamente a tensão do público e do privado, quando o igualitarismo social dos *sans-culotte*⁵, contraposto ao liberalismo dos setores burgueses, delimitam o espaço público e o espaço privado.

Do ponto de vista do crescimento econômico, a teoria clássica interpreta a economia, de maneira geral, como uma função dos fatores de produção: a) do fator terra, contemplando as terras cultiváveis, as terras urbanas e os recursos naturais; b) do fator capital, máquinas, equipamentos e construções; e c) do fator trabalho, considerado como as faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos. Conforme Froyen (2013, p. 53), duas características da análise clássica se destacam: “o papel de fatores reais em oposição a fatores monetários na determinação do produto e do emprego” e “as tendências de auto ajuste da economia”.

Ainda que de maneira simples, *Wealth of Nations* nos oferecerá uma primeira definição da grandeza econômica da nação, qual seja o somatório total da sua produção de bens, representada como função do capital físico empregado (máquinas e ferramentas), da terra e das matérias-primas proporcionadas pela Natureza e da quantidade de mão-de-obra utilizada, posteriormente conhecida como função de produção agregada (1)⁶ e como Produto Interno Bruto (PIB).

$$Y = f (L , K , N) \quad (1)$$

Ricardo (1996), nos primeiros anos do século XIX, amplia o argumento de Smith, estendendo-o para o sistema internacional e demonstrando como a divisão social do trabalho ganha forma mais eficaz sob a doutrina das “vantagens recíprocas”, resultantes

⁴ “Aquilo que de pior existe em cada um, contribuiu alguma coisa para o bem comum” em Fábula das Abelhas de Bernard Mandeville. Esse bem-comum não seria um produto da bondade ou da virtude das pessoas, mas antes, dos seus vícios individuais, como ganância, inveja, vaidade e orgulho.

⁵ Sem os culotes, um tipo de calção típico da vestimenta da nobreza. Denominação dada pelos aristocratas aos artesãos, trabalhadores e até pequenos proprietários participantes da Revolução Francesa a partir de 1771.

⁶ Onde: **Y** é a produção do país (o produto), **L** é a quantidade de trabalho (mão de obra) utilizada, **K** significa o estoque de capital utilizado e **N** são as matérias-primas e as forças motrizes proporcionadas pela Natureza.

da especialização natural dos países nessa divisão. Uma das preocupações de Ricardo não se assenta na multiplicação da riqueza, como em Smith, mas sim na sua distribuição. Nesse sentido, Ricardo considera que o valor de um bem é a quantidade de qualquer outro bem com o qual se possa trocar e, também, que depende mais da quantidade relativa de trabalho necessário para produzir e menos da maior ou menor remuneração auferida por este trabalho. O valor de um bem não depende da remuneração do trabalho, mas sim da quantidade de trabalho em si, e que há uma independência entre valor e distribuição.

Se de um lado, Smith acompanha o entendimento de Petty, que considera a dualidade da origem do valor do *Monsieur le Capital e Madame la Terre*, a teoria do crescimento econômico de David Ricardo, por outro, considera apenas a terra - o capital - como causa principal da riqueza das nações. Em *Principles of Political Economy and Taxation*, de 1817, Ricardo traz a teoria dos rendimentos decrescentes: o crescimento econômico colabora com a melhoria de condições de vida e o aumento da população, a expansão populacional leva à necessidade de novas terras cultiváveis, cada vez menos férteis, cada vez mais caras e cada vez menos lucrativas (RICARDO, 1996).

Contemporâneo de Ricardo, Jean-Baptiste Say, na obra *Treatise on Political Economy; or the Production, Distribution, and Consumption of Wealth*, de 1803, analisa o progresso técnico e seus benefícios para a sociedade, dando os primeiros passos para a Teoria da Compensação.

Say (1986) parte da hipótese que todos os rendimentos gerados no processo de produção são canalizados para a compra de bens e serviços produzidos pela indústria, ou seja, produtos se pagam com produtos, portanto “nos lugares que produzem muito, cria-se a única substância com a qual se pode comprar: refiro-me ao valor” (SAY, 1986, p. 139).

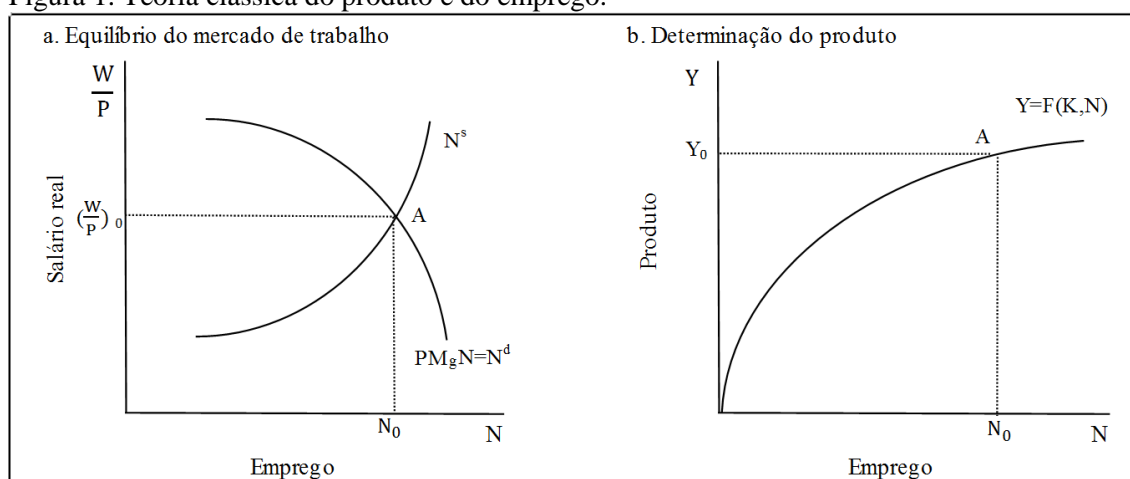
Como irá criticar Keynes (1936) mais tarde, “*From the time of Say and Ricardo the classical economists have taught that supply creates its own*” (KEYNES, 1936, p. 18), ou seja, desde o tempo de Say e de Ricardo os economistas clássicos têm ensinado que a oferta cria sua própria procura. Conforme Say, “quando um produto é criado, desde aquele instante, por meio de seu próprio valor, ele proporciona acesso a outros mercados e a outros produtos” (SAY, 1986, p. 134) e, dessa forma, quando um comerciante produz e vende um produto, ele se torna um potencial comprador, pois passa a possuir renda para gastar. Para alguém ter a possibilidade de comprar algo, antes de tudo precisa vender,

portanto, a produção é o que possibilita o consumo e o aumento na produção é o que permite que haja maior gasto com consumo.

A Teoria da Compensação sugere que, em decorrência da introdução da maquinaria, os desocupados oriundos desta encontram emprego em outras atividades, uma vez que a maquinaria desloca o capital necessário para empregar essa mão-de-obra ociosa e que os consumidores se beneficiam pela redução dos preços dos bens. Em última análise, Say (1986) conclui que as máquinas são benéficas para a sociedade, pois possibilitam novas oportunidades de trabalho nas mais variadas áreas e reduzem os preços de bens finais.

A teoria econômica entende, até esse ponto, no que podemos chamar de teoria clássica de determinação dos salários, que o trabalho é um fator de produção homogêneo, ofertado pelos trabalhadores e demandado pelas empresas em concorrência perfeita⁷, conforme a Figura 1, com um diagrama da teoria clássica do produto e emprego⁸.

Figura 1. Teoria clássica do produto e do emprego.



Fonte: FROYEN (2013), adaptado pelo autor.

O ritmo de crescimento da riqueza da nação indica o preço do trabalho: quando a produção se eleva, intensifica-se a demanda por trabalho e o salário aumenta. Quanto maior a acumulação de capital, maior o nível de emprego, menor o desemprego. No curto

⁷ Situação na qual cada agente/firma é pequena comparada ao mercado e deve aceitar que os preços estão fora de seu controle (MILES, 1999: G1).

⁸ Onde $Y=F(K, N)$ representa a função produção agregada, $N^d=f(W/P)$ representa a curva de demanda de trabalho e $N^s=g(W/P)$ representa a curva de oferta de trabalho. A parte a mostra o equilíbrio do mercado de trabalho para o salário real $(W/P)_0$ no ponto de equilíbrio A. No agregado, a oferta de trabalho é igual à demanda por trabalho, $N^d=N^s$. O nível de equilíbrio para o emprego é N_0 . Substituindo o emprego de equilíbrio na função produção da parte b, encontramos o produto agregado de equilíbrio Y_0 no ponto A (FROYEN, 2013, p. 62).

prazo, considerando-se que o estoque de capital e a população sejam fixos, estáveis, o produto varia unicamente em função de variações no insumo trabalho e da maximização da utilidade dos trabalhadores “da renda real, que dá ao indivíduo controle sobre bens e serviços quanto ao lazer” (FROYEN, 2013, p. 59).

Não obstante o pensamento econômico corrente à época estar alicerçado na produção, competição e propriedade, surgem “em cena as doutrinas socialistas contestando as desigualdades e as injustiças sociais geradas pelo capitalismo” (HUNT, SHERMAN, 2013, p. 91). Conforme os autores, “na opinião dos socialistas - dos precursores aos contemporâneos – as desigualdades são o resultado inevitável da instituição da propriedade privada dos meios de produção. Conseqüentemente, lutar pela justiça social significa lutar pela abolição da propriedade” (HUNT, SHERMAN, 2013, p. 91).

Dentre os expoentes dessas doutrinas socialistas, destaca-se Karl Heinrich Marx, contribuindo com o pensamento sociológico, político e econômico das décadas seguintes. Para Marx (1996), “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia” (MARX, 1996, VII, p. 138). Nesse sentido, conclui que “apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1996, VII, p. 138).

Hunt e Sherman (2013) entendem que Marx considera a acumulação de capital como um processo que envolve uma sequência de etapas: as crises econômicas ocorreriam com frequência e com efeitos cada vez piores, a taxa de lucro cairia no longo prazo, haveria cada vez mais concentração dos monopólios e oligopólios industriais e aumento da desigualdade de renda, e, por fim, a revolução do proletariado.

A outra corrente teórica derivada de David Ricardo é a representada por John Stuart Mill, caracterizada por um período de transição entre os clássicos e a economia moderna. Apesar da contribuição de Mill ao estabelecimento das bases da nova economia ser considerada relativamente insignificante (ROLL, 1977), é interessante sua análise sobre os requisitos da produção, ao constatar que eles podem reduzir-se a apenas três: a mão-de-obra, o capital, e as matérias-primas e as forças motrizes proporcionadas pela Natureza, ou, nas palavras do autor, “*We have concluded our general survey of the*

requisites of production. We have found that they may be reduced to three: labour, capital, and the materials and motive forces afforded by nature” (MILL, 1936, p. 101).

Em meados do século XIX, era do ouro do capitalismo de livre concorrência (DILLARD, 1967), além de Mill, do próprio Jean Baptiste Say, na obra *Traité d'Économie Politique*, de 1803, de Richard Jones, na obra *Essay on the Distribution of Wealth and on the Sources of Taxation*, de 1831, e de Nassau William Senior, na obra *An Outline of the Science of Political Economy*, de 1836, outros expoentes, críticos à teoria clássica, procuram desenvolver uma nova análise teórica dos princípios e práticas do classicismo, que representará uma linha divisória do pensamento econômico pós-mercantilista e no qual se fundamentará uma nova visão econômica, a Economia Moderna.

Os primeiros anos da década de 1870 contemplam as publicações da primeira geração dos teóricos modernos, os neoclássicos, com William Stanley Jevons e sua obra *The Theory of Political Economy*, de 1871, com Karl Menger, em *Grundsatz der Volkswirtschaftslehre*, de 1871 e com Leon Walras, em *Elements d'Économie Politique Pure*, de 1874, fundadores da análise baseada na utilidade marginal.

Tanto Walras, como Jevons e Menger, baseiam sua teoria do valor da troca na utilidade do objeto e nas limitações das quantidades a serem negociadas. Para Walras (1926, p. 100), o “objetivo principal da teoria da riqueza social consiste em demonstrar que ela pode ser aplicada tanto à troca de duas mercadorias entre si tanto à troca de várias mercadorias, que se aplica à livre-concorrência tanto em matéria de troca quanto em matéria de produção”. Também conforme o autor, “o objetivo principal da teoria da produção da riqueza social consiste em tirar as consequências disso, mostrando como se deduz a regra de organização da indústria agrícola, manufatureira e comercial, podendo-se dizer que ela contém toda a Economia Política pura e aplicada” (WALRAS, 1926, p. 100).

O método de Walras de equilíbrio geral considera a estreita relação entre os mercados de trabalho, bens e moeda, determinado por um vetor de preços capaz de satisfazer oferta e demanda desses mercados. O preço de equilíbrio walrasiano utiliza o conceito do *prix crie*⁹: se a oferta e a procura não forem iguais a esse preço, apregoa-se outro preço até

⁹ O preço apregoadado em leilão, mercado leiloeiro.

que o equilíbrio se alcance, e acaba por enunciar que preços correntes, ou preços de equilíbrio, são iguais às relações entre as *raretés*¹⁰, ou seja, que os valores de troca são proporcionais às *raretés*, ou, conforme o autor, “*sous le bénéfice de cette double réserve on peut énoncer la proposition suivant: Les prix courants ou prix d’équilibre sont égaux aux rapports des raretés. Soit autrement: Les valeurs d’échange sont proportionnelles aux raretés*” (WALRAS, 1926, p. 101).

Oriundas principalmente das ideias de Walras e conhecidas como a segunda geração de pesquisadores da utilidade marginal, surgem três escolas: a) a escola inglesa, da Universidade de Cambridge, representada por Alfred Marshall, com as obras *Pure Theory of Foreign Trade*, de 1879, *Pure Theory of Domestic Value*, de 1879, *Elements of Economics of Industry*, de 1879 e *Principles of Economics* de 1890; b) a escola austríaca, representada por Friedrich Von Wieser, com a obra *Ursprung und Hauptgesetze des Wirtschaftlichen Wertes*, de 1884 e Eugen Von Böhm-Bawerk, com a obra *Grundzüge Einer Theorie des Wirtschaftlichen Güterwertes*, de 1886; e c) a escola inaugurada pelo próprio Walras e dirigida por seu discípulo Wilfrido Pareto, com a obra *Cours d’Économie Politique*, de 1896.

Para a corrente neoclássica, a oferta e a demanda de mão-de-obra são resultado do princípio marginalista: a oferta de trabalho, para um determinado nível salarial, é dada pela maximização de utilidade entre trabalho e lazer; a demanda por mão-de-obra é dada pela produtividade marginal do trabalho. Os empresários, maximizando seus lucros, demandam a quantidade de mão-de-obra que iguala o custo marginal do trabalho à contribuição marginal de produção. Dessa forma, o salário é determinado por um conjunto de causas que governam a oferta e a procura por trabalho e os salários tendem a ser iguais ao produto líquido do trabalho (MARSHALL, 1996). O desemprego de curto prazo será essencialmente decorrente de um preço desajustado de equilíbrio do salário no curto prazo: uma vez que o mercado se ajusta no longo prazo, os trabalhadores que estiverem dispostos a trabalhar em troca do salário de mercado encontrarão emprego, num novo equilíbrio de pleno emprego.

O desemprego, se se mantiver, será decorrente de alguma restrição externa impeditiva do ajuste natural dos salários e do emprego. Nessa linha, Pigou, em *The Theory of*

¹⁰ Walras usa o termo *raretés* (raridade) definido como a derivada da utilidade.

Unemployment, de 1933, entende que o preço fixo e elevado do trabalho, por vezes decorrentes de preços sindicais ou de políticas públicas são os responsáveis pelo desemprego.

Os anos que antecedem o Pânico de 1873¹¹ caracterizaram uma rápida expansão econômica em todo o continente europeu, com os modernos bens de capital necessários à rápida industrialização sendo adquiridos, em grande maioria, na Inglaterra. Com a criação do conversor Bessemer¹², tornando possível a produção de aço de alta qualidade a custos reduzidos e em larga escala, os ingleses contemplam o rápido crescimento de sua malha ferroviária (HUNT, SHERMAN, 2013).

Não obstante a visível eficiência econômica inglesa desse período, os números indicam também para o forte crescimento estadunidense, que desponta como grande potência econômica. A própria “economia deixou de ser, nos últimos cem anos, uma ciência tão inglesa como fora até então” (ROLL, 1977, p. 409). Cabe aos Estados Unidos, após a guerra Anglo-Americana, praticar um modelo de planejamento nacional e expansão para o exterior com eficiência inigualável. Será no período seguinte, contudo, de 1870 a 1913, que a América consolidará sua posição no contexto internacional, transformando-se na maior potência econômica mundial, com um PIB estimado de US\$ 517 bilhões, a preços de 1990 (MADDISON, 2013).

Em 1928, os estadunidenses Paul Howard Douglas e Charles Wiggins Cobb publicam estudo sobre o crescimento da economia americana entre os anos de 1899 a 1922, propondo responder perguntas sobre as relações entre o aumento da produção com as variações de capital e trabalho.

Para Coob e Douglas (1928), o aprimoramento na mensuração do volume de produção física na indústria transformadora durante os últimos anos sugere a possibilidade de tentar: 1) medir as mudanças na quantidade de trabalho e capital que tenham sido utilizadas para transformar este volume de mercadorias; 2) determinar as relações

¹¹ Crise econômica estadunidense, cujo estopim foi a falência da empresa de operação bancária Filadélfia Jay Cooke & Company, investidora da estrada de ferro Northen Pacific Railway (HOBSBAWM, 2012).

¹² O princípio do processo desse conversor, inventado por Henry Bessemer em 1855, é da remoção de impurezas do ferro pela oxidação com ar soprado através do ferro fundido. Esse processo deixou de ser usado em 1968.

existentes entre os três fatores de trabalho, capital e produto (COOB, DOUGLAS, 1928, p. 139).

Nesse estudo, a função produção (que apresenta retornos constantes de escala, isto é, se todos os insumos utilizados forem duplicados, o produto dobrará), “será determinada pela quantidade de capital investido e pela mão de obra empregada” (JONES, VOLLARTH, 2015, p. 19). É provável que a função de produção de Cobb-Douglas¹³, apresentada na equação 2, seja a função mais amplamente utilizada na economia.

$$Y = f (K , L) = \beta K^{\alpha} L^{1-\alpha} \quad (2)$$

Com o fim da Primeira Guerra em 1918, a hegemonia estadunidense se fortalece. Empresas abrem seu Capital a investidores ávidos pela participação nos lucros futuros. Os EUA consolidam-se como os maiores produtores de petróleo, aço, máquinas, carvão e comida enlatada. O *American Way of Life* é reconhecido e desejado mundialmente (HOBBSAWN, 1995). Entretanto, a onda especulativa pela compra por ações acaba por influenciar nos resultados das empresas, frustrando as expectativas de altos lucros esperados pelos acionistas. Em 24 de outubro de 1929, a Quinta-Feira Negra, a New York Stock Exchange (NYSE)¹⁴ sofre a maior baixa da sua história, contagiando as bolsas de Londres, Berlin e Tóquio.

Os anos seguintes contemplam a Grande Recessão. Com a crise norte-americana se agravando, Franklin Delano Roosevelt, eleito presidente dos EUA em 1932, acaba por redefinir o papel do governo ao colocar em prática programas governamentais de obras públicas e de assistência social e proteção aos trabalhadores. Tais programas alcançam o objetivo proposto e acabam por diminuir o desemprego, reduzir a desigualdade social e aumentar o PIB. Esse *New Deal* alcança bons resultados para a economia norte-americana.

Da mesma forma que a teoria da produção e do emprego e as políticas de proteção aos trabalhadores avançam, suas métricas também se aperfeiçoam. Apesar do uso corrente do conceito produção já nos séculos XVIII e XIX, a mensuração da produção nacional

¹³ Onde: **Y** é a produção do país (o produto), **β** representa um determinado parâmetro de valor positivo, **K** significa o estoque de capital físico utilizado, **L** é a quantidade de trabalho (horas-trabalho) utilizada e **α** é um número entre 0 e 1.

¹⁴ A New York Stock Exchange, Bolsa de Valores de Nova Iorque.

verificar-se-á, com mais exatidão, com Kuznets (1934) em seu relatório *National Income*¹⁵ sobre o Produto Nacional estadunidense, para o Senado norte americano.

Também na década de 30, merecem destaque os estudos econômicos agregativos orientados para as políticas de combate à Grande Depressão de Ragnar Anton Kittil Frisch, com as pesquisas sobre os processos de produção, geração e apropriação da renda, consumo e acumulação, bem como os conceitos de rendas dos fatores utilizados no processo de produção, os chamados custos dos fatores¹⁶.

Esses conceitos serão claramente expressos posteriormente no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da renda, nos salários, aluguéis, juros e lucros nos estudos de Keynes (1936), demonstrando ser possível mensurar o produto mediante a aplicação de três diferentes óticas: a da produção, a da renda e a da despesa. Também, serão expressos nos estudos de Wassily Leontief, precursor da análise insumo-produto, inicialmente com seu modelo fechado¹⁷ de estrutura produtiva e interdependência entre os setores de atividade econômica, com base no *Tableau Économique* e, posteriormente, com o modelo aberto de insumo-produto no qual a demanda final passa a ser considerada como exógena ao modelo.

No início da década seguinte, a mensuração da produção nacional, resultado do trabalho pioneiro de James Meade e Richard Stone, *The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Saving and Investment*, de 1941, será organizada com a unificação das contas de renda e produto nacionais¹⁸.

Ainda sob a sombra da recente Grande Depressão inglesa e estadunidense, Keynes, ao publicar sua *Teoria Geral*, estabelece uma revolução na teoria econômica vigente,

¹⁵ Relatório *National Income, 1929-1932. Senate document no. 124, 73d Congress, 2d session*, de 1934.

¹⁶ Frisch diferenciou os conceitos do Produto Nacional Bruto a preço de mercado e do Produto Nacional ao custo de fator, caracterizado pelo valor da renda dos fatores empregados no processo produtivo obtido pela parte do valor adicionado dos fatores de produção. Para Keynes, o custo dos fatores é a renda dos fatores de produção do ponto de vista do empresário, de modo que o custo de fatores e o lucro formam, a renda total resultante do emprego oferecido pelo empresário.

¹⁷ Onde os itens que aparecem no vetor de demanda final são interpretados como os insumos absorvidos pelas famílias para que estas forneçam os serviços de mão de obra, capital, etc. e os serviços dos fatores de produção fornecidos pelo setor final são tratados de forma equivalente aos insumos de qualquer outro setor.

¹⁸ Com o relatório produzido por Richard Stone (1947) para a Liga das Nações, intitulado: *Measurement of National Accounts and the Construction of Social Accounts - Report of the Sub-Committee on National Income Statistics of the League of Nations Committee of Statistical Experts*.

apresentando o início da moderna macroeconomia com modelos capazes de combater as oscilações de produto, preços e emprego e acaba por exercer, nos primeiros anos que se sucedem à sua publicação, “mais influência sobre os autores da política que qualquer outro livro em toda a história do pensamento econômico” (DILLARD, 1971, p. 3). A Figura 2 apresenta a esquematização do modelo de Keynes, elaborada por Dillard (1971).

Figura 2. Esquema da teoria geral de Keynes.

Teoria do emprego (N), da renda (Y) e da procura efetiva (D)	Consumo (C)	Propensão a consumir	Propensão média a consumir (C/Y)	
			Propensão marginal a consumir ($\Delta C/\Delta Y$)	Multiplicador de investimento (K)
				$K = 1 / (1 - (\Delta C/\Delta Y))$
	Estoque de riqueza (consumo autônomo)			
	Investimento	Taxa de juros (r_1)	Preferência pela liquidez (L)	Motivo Transação (satisfeito por M_1)
				Motivo Precaução (satisfeito por M_1)
				Motivo Especulação (satisfeito por M_2)
		Quantidade de dinheiro (M), onde $M = M_1 + M_2$		
		Eficácia marginal do capital (r_m)	Previsão de lucros	
	Custo de reposição ou preço de oferta dos bens do ativo			

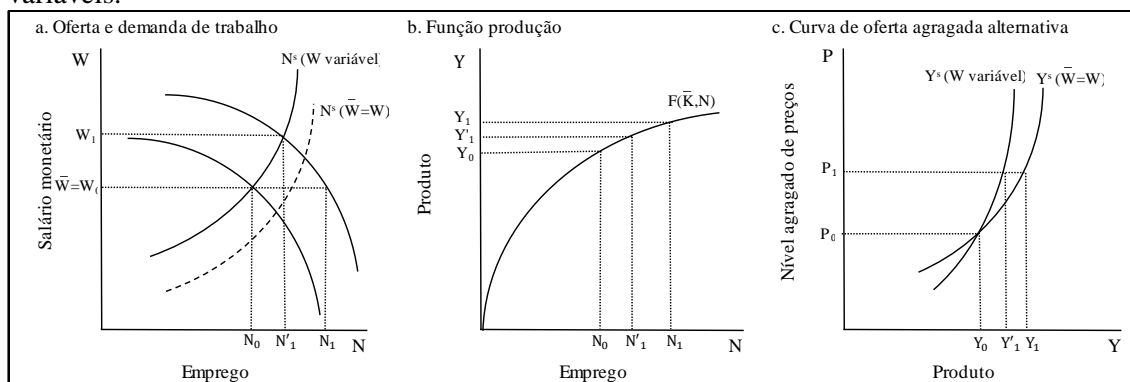
Fonte: DILLARD (1971, p. 46), adaptado pelo autor.

Para Keynes (1936), o desemprego é um fenômeno conjuntural causado pela insuficiência de demanda agregada, ou seja, decorre do desequilíbrio do setor real: o excesso de oferta de bens conduz ao excesso de oferta de trabalho e o subsequente aumento do desemprego. Ao contrário do liberalismo clássico, o autor defende a adoção de políticas públicas expansionistas capazes de aumentar a demanda e, por seqüência, aumentar a demanda por emprego.

O autor mostra que, quando a demanda efetiva é deficiente, há subemprego de mão de obra no sentido de que há homens desempregados que estariam dispostos a trabalhar por menos do que o salário real existente. Conseqüentemente, com o aumento da procura efetiva, o emprego aumenta, “embora a um salário real menor do que o existente”, até um ponto em que não há excedente de mão de obra disponível no salário real existente (KEYNES, 1936, p. 144).

A Figura 3 apresenta um diagrama da teoria clássica do produto e emprego¹⁹, com a oferta e demanda de trabalho, a função produção e a curva de oferta agregada alternativa para os casos de salários monetários tanto fixos como variáveis.

Figura 3. Curvas de oferta agregada Keynesianas para os casos de salários monetários fixos e variáveis.



Fonte: FROYEN (2013), adaptado pelo autor.

Nas décadas seguintes, duas classes de modelos de crescimento econômico acabarão por se destacar: os modelos de crescimento exógeno e os modelos de crescimento endógeno.

Os modelos de crescimento exógeno, nos quais as variáveis explicativas não são contempladas pelo modelo, estão baseados na macroeconomia de curto-prazo de Keynes, como em Harrod (1939) e Domar (1946), e caracterizados pela análise teórica da relação entre poupança, acumulação do capital e crescimento, como em Ramsey (1928), Solow (1956) e Swan (1956). Nesses modelos, o produto *per capita* é função crescente da proporção entre capital e mão-de-obra e do estado de tecnologia. No equilíbrio do estado estável, a taxa exógena de crescimento populacional é a responsável pelo crescimento econômico a igual taxa do crescimento do capital, produto e mão-de-obra.

Baseados na macroeconomia de curto-prazo de Keynes, Harrod e Domar procuram, dentro dos modelos de crescimento econômico exógeno, resolver os chamados princípios dinâmicos fundamentais na análise de crescimento à longo prazo e as condições que levam ao chamado “estado estacionário”. As diversas semelhanças entre os resultados dos modelos dos dois autores acabam por designá-las conjuntamente como modelo Harrod-Domar.

¹⁹ Onde W representa o salário monetário, N representa os níveis de emprego, Y representa o nível de produção, P representa o nível de preços, $Y=F(K,N)$ representa a função produção agregada e $PMgN$ representa a curva de demanda agregada por trabalho (FROYEN, 2013, p. 213).

Esse modelo estuda as condições necessárias para se atingir a situação de equilíbrio entre a poupança e o investimento dentro de uma teoria dinâmica. Os autores pesquisam as questões que levam a economia a uma trajetória de crescimento estável, ou ao chamado “estado estacionário”, principalmente com o decorrer da grande depressão dos anos 30 e a possibilidade do final da Segunda Guerra. As hipóteses de Harrod-Domar são: a) a poupança S pode ser escrita como uma função proporcional da Renda Nacional Y ; b) a força de trabalho L cresce a uma taxa constante exógena N ; c) não há progresso tecnológico e o estoque de capital não se deprecia; e d) a função de produção na abordagem de Harrod-Domar é de proporções fixas.

Frank Plumpton Ramsey, um dos precursores dos modelos neoclássicos exógenos, apresenta, com a colaboração de Keynes, uma resposta à questão de qual deveria ser a taxa de poupança de uma nação, a chamada regra de Keynes-Ramsey, considerada a chave mestra do problema neoclássico do crescimento.

Conforme a regra de Keynes-Ramsey, a razão das utilidades marginais pode ser interpretada como razão de preços relativos. O significado da regra de Keynes-Ramsey é que ao longo da trajetória ótima de crescimento, a evolução intertemporal do consumo deve ser tal que, se corrigida pelos preços associados a esta evolução, o rendimento na margem do capital torna-se igual à perda devida à espera. Essa regra pode ser usada, por exemplo, no estímulo à educação: ao aumentar a taxa marginal de transformação de tempo atual de estudo em capital humano futuro, a taxa marginal de substituição intertemporal entre as rendas referentes à qualificação presente e à qualificação futura, no ponto ótimo também deve subir, conforme a função (3)²⁰.

$$1 + \rho = (p_{t+1} / p_t) (1 + r) \quad (3)$$

Às vésperas do final da Segunda Guerra, em julho de 1944, é realizada a conferência de Bretton Woods, que busca estabelecer um sistema de pagamentos internacionais alternativo ao padrão-ouro e às desvalorizações cambiais praticadas nos anos anteriores. Na ocasião são discutidas propostas de vários países, ressaltando dois planos: o inglês, proposto por Keynes, e o norte-americano, proposto por Harry D. White e ratificado ao final, consagrando o dólar como moeda internacional (CARVALHO, 2004). A

²⁰ Onde: ρ é a taxa de remuneração do período, p_t é o preço de um ativo qualquer numa data inicial p_{t+1} é o preço de um ativo qualquer numa data final e r é a taxa de retorno, no período correspondido, desse ativo.

dependência do sistema em relação ao dólar para atender as necessidades de liquidez mundial acelera a condição hegemônica estadunidense como maior potência econômica mundial, a despeito do paradoxo de Triffin²¹.

Com o final da Segunda Guerra em 1945 e as nações buscando acelerar o aumento de renda e diminuição da pobreza, aumentam os modelos exógenos neoclássicos baseados na concorrência perfeita e pleno emprego, com função de produção com rendimentos constantes à escala e rendimentos decrescentes quando se altera apenas um dos fatores, homogêneos, divisíveis e imperfeitamente substituíveis entre si: capital fixo, trabalho e terra.

Em 1956, são publicados dois artigos, ambos sobre crescimento e desenvolvimento econômico, o primeiro com Robert Solow, em *A Contribution to the Theory of Economic Growth*, acerca de teorias que favorecem o entendimento do efeito da acumulação de capital físico e a importância do progresso tecnológico, considerado exógeno ao modelo, como promotor do processo de crescimento econômico, ou, conforme o autor, “*The adaptation of the system to an exogenously given rate of increase of the labor force is worked out in some detail, to see if the Harrod instability appears*” (SOLOW, 1956, p. 66) e o segundo com Trevor Swan com *Economic Growth and Capital Accumulation*, ambos de 1956.

O modelo de Solow é construído em torno de duas equações, a função de produção do tipo Cobb-Douglas e uma equação de acumulação de capital (JONES, VOLLRATH 2015). A primeira equação considera que numa economia que produz um único bem a partir de dois insumos, capital (K) e trabalho (L), a transformação desses insumos em produto pode ser descrita pela função de produção (4)²².

$$Y_t = K_t^a (A_t L_t)^b \quad (4)$$

²¹ O paradoxo ou dilema de Robert Triffin considera que o padrão ouro-dólar estaria fadado a entrar em colapso, como viria a ocorrer no início dos 1970, pois, de um lado, a ocorrência de contínuos déficits necessários à expansão do comércio internacional colocaria em risco o regime de convertibilidade e, de outro lado, a inexistência de déficits provocaria o não provimento de liquidez para a expansão do comércio mundial (Triffin, 1978).

²² Onde: Y é a variação no estoque de capital, s K é o capital, A é o coeficiente de eficiência do trabalho, L é o trabalho.

A hipótese do modelo é da existência de rendimentos decrescentes na acumulação do fator reprodutível, o capital, uma vez que o trabalho cresce a taxa de crescimento da população, que é constante. Os aumentos adicionais de capital físico como insumos de produção aumentam cada vez menos o produto final e, no limite, aumentos na quantidade de capital não conseguem mais aumentar o produto.

Nesse modelo, o crescimento de longo prazo só será possível graças a um fator exógeno, isto é, um fator externo ao processo, que aumente a produtividade dos fatores de produção no longo prazo. Na presença do progresso tecnológico, as melhorias na tecnologia compensam os efeitos decrescentes sobre a acumulação de capital. A segunda equação fundamental (5)²³ do modelo de Solow descreve como o capital se acumula.

$$\dot{k} = s Y - \delta K \quad (5)$$

Jones e Vollarth (2015) entendem que o modelo de Solow responde às questões do crescimento e do desenvolvimento recorrendo “às diferenças nas taxas de investimento e nas taxas de crescimento populacional e (talvez) às diferenças exógenas na tecnologia para explicar as diferenças nas rendas per capita” (JONES, VOLLARTH, 2015:37), ou seja, investe-se mais com menores taxas de crescimento populacional aumentando a produtividade da mão de obra e que a resposta às questões do crescimento sustentado está no progresso tecnológico.

Phillips (1958), incorporando elementos da análise keynesiana ao modelo macroeconômico neoclássico, demonstra empiricamente a relação inversa entre taxa de desemprego e taxa de variação dos salários nominais. Lipsey (1960), partindo das equações de Phillips, demonstra que, quanto maior for o excesso de demanda de mão-de-obra, maior será a variação dos salários nominais.

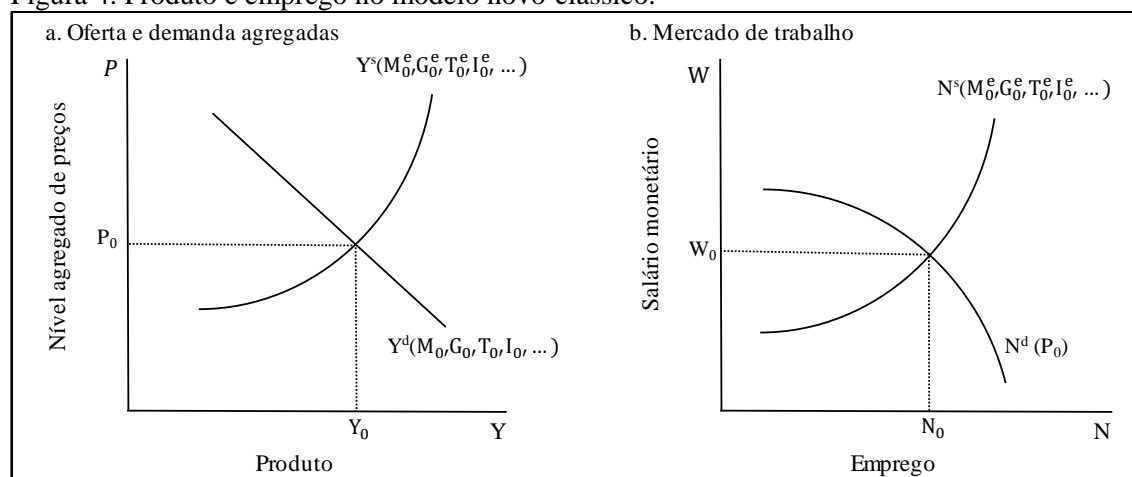
Samuelson e Solow (1960) substituem a inflação salarial pela taxa de variação no nível geral de preços, dando origem a uma nova versão da curva de Phillips, como sendo uma relação entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego. Mais tarde, Friedman (1968) apresenta sua versão da curva de Phillips propondo que as políticas de emprego do modelo keynesiano não reduzem o desemprego, mas sim, provocam inflação.

²³ Onde: \dot{k} é a variação no estoque de capital, $s Y$ é montante do investimento bruto e δK é o montante de depreciação que ocorre durante o processo produtivo.

Barro e Grossman (1971) entendem que o desequilíbrio no mercado de trabalho é resultado do desequilíbrio do mercado de bens, “*the extent that labor supply declines in response to excess commodity demand, increases in commodity demand lead to reduced employment, rather than to increased (forced) saving*” (BARRO, GROSSMAN, 1971, p. 93), ou seja, a oferta de trabalho diminui em resposta ao excesso de demanda por commodities, o aumento da demanda por commodities conduz ao desemprego, ao invés de aumento da poupança.

A Figura 4 representa o esquema geral do produto e emprego nos modelos de crescimento exógeno novo-clássicos²⁴.

Figura 4. Produto e emprego no modelo novo-clássico.



Fonte: FROYEN (2013), adaptado pelo autor.

A segunda classe de modelos de crescimento econômico que se destaca é a dos modelos de crescimento endógeno. Tais modelos caracterizam-se por considerar como internas variáveis que compõem o modelo, entendendo que os investimentos em capital, humano ou físico, criam externalidades positivas, pois o investimento aumenta tanto a capacidade produtiva da empresa ou dos seus trabalhadores como a capacidade produtiva de outras empresas e trabalhadores dentro de um mesmo ambiente econômico.

Esses modelos de crescimento endógeno se sobressaem a partir dos anos 80, como em Romer (1986) e Lucas (1988). Os autores estudam predominantemente as forças

²⁴ Onde W representa o salário monetário, N representa os níveis de emprego, Y representa o nível de produção, P representa o nível de preços. No modelo novo-clássico, tanto a curva de oferta agregada como a curva de oferta de trabalho dependem de expectativas racionalmente formadas, quanto a variáveis correntes, o que inclui variáveis de política fiscal e monetária (FROYEN, 2013, p. 273).

econômicas que estão por trás do progresso tecnológico, com a geração de externalidades positivas para produtores e consumidores.

Romer (1986) torna o progresso tecnológico endógeno ao introduzir, no modelo desenvolvido por Solow, a procura por inovação e novos conhecimentos pelos empresários. Para Romer, seu trabalho se distingue do modelo neoclássico por enfatizar que o crescimento econômico é um resultado endógeno de um sistema econômico e não o resultado de forças que afetam a partir do exterior. Dessa forma, “o trabalho teórico não invoca mudança tecnológica exógena para explicar por que a renda per capita aumentou em magnitude, desde a revolução industrial” (ROMER, 1994, p. 3).

Segundo o autor, uma importante característica das ideias, ao contrário dos demais bens econômicos, é que elas não são rivais: uma vez inventadas, podem ser usadas por qualquer pessoa sem custo adicional. Essa ausência de rivalidade implica a existência de retornos crescentes à escala. “A função de produção agregada do modelo de Romer descreve como o estoque de capital, K , e o trabalho, L_Y , se combinam para gerar o produto Y , usando o estoque de ideias” (JONES, VOLLARTH, 2015, p. 87), conforme a equação (6)²⁵.

$$Y = K^\alpha (A L_Y)^{1-\alpha} \quad (6)$$

Lucas (1988), em sua contribuição para a teoria do crescimento endógeno, reforça a ideia da acumulação do capital humano como alternativa para o crescimento econômico sustentado. A sugestão de Lucas “desenvolve a velha intuição de que o desenvolvimento tem profundas ligações com a educação” Delfim Netto (2005, p. 227). Nesse sentido, a contribuição de Lucas (1988) enfatiza o capital físico, a mudança tecnológica e, principalmente, do capital humano. Investindo no capital humano, a sociedade endogeuiniza a qualidade de mão de obra e o progresso técnico.

Lucas e Sargent (1981), utilizando-se das expectativas racionais²⁶, entendem que os trabalhadores formam suas expectativas e comportamento futuros com base nas variáveis momentâneas, contrariando a teoria de um *trade-off* entre desemprego e inflação no curto prazo.

²⁵ Onde: Y é a produção agregada, K é o estoque de capital, A é o estoque ideias ou um índice de tecnologia, L é o trabalho e α é um parâmetro de 0 a 1.

²⁶ As expectativas racionais consideram que os agentes econômicos são racionais ao ponto de não ignorar os possíveis impactos sobre os preços futuros causados pela variação presente da Demanda Agregada.

Barro (1990) reforça a importância dos gastos governamentais em investimentos, preferencialmente em infraestrutura. Para o autor, a intervenção do governo acaba por gerar externalidades positivas tanto para os produtores, como para os consumidores, conforme a equação (7)²⁷.

$$Y = K, G \quad (7)$$

Para o autor, entre os anos de 1965 e 1990, num estudo com 98 nações, as nações que mais cresceram em renda *per capita* foram as que apresentaram tanto elevado grau de escolaridade, “resultante do investimento em educação quanto elevada expectativa de vida, resultante do considerável investimento em saúde pública” (BARRO, 1991, p. 409).

Dessa forma, pelo exposto até aqui, procurou-se apresentar e discutir a evolução dos conceitos dos modelos de crescimento econômico e seu fator trabalho. Observou-se que o modelo de crescimento exógeno neoclássico sugere que os fatores que definem a taxa de crescimento de equilíbrio de longo prazo de um país são aqueles que influenciam a “mudança tecnológica, o crescimento da força de trabalho e a taxa de formação de capital” (FROYEN, 2013:492) e que eles são exógenos ao modelo.

A estrutura do modelo de crescimento exógeno de Solow (1956) centra-se na consideração de uma função de produção agregada em que os dois fatores de produção, o fator capital físico e o fator trabalho, se combinam de acordo com a tecnologia disponível e concorrendo para o fluxo de produção da economia.

A hipótese central do modelo é a existência de rendimentos decrescentes na acumulação do fator capital, uma vez que o trabalho cresce a taxa de crescimento da população, constante no curto prazo: aumentos adicionais do fator capital físico aumentam cada vez menos o produto final até um limite, quando aumentos na quantidade de capital não aumentam mais o produto.

Nesse modelo não se considera um eventual progresso técnico que permita elevar o volume do produto para um mesmo nível de insumo, não podendo explicar o crescimento de longo prazo a partir de suas variáveis, necessitando recorrer a um progresso técnico exógeno ao modelo. Dessa forma, o crescimento de longo prazo só será possível graças a

²⁷ Onde: **Y** é a produção agregada, **K** é o estoque de capital e **G** são os gastos governamentais.

um fator exógeno, um fator exterior que aumente a produtividade dos fatores de produção no longo prazo. Na presença de progresso tecnológico, as melhorias na tecnologia compensam os efeitos decrescentes sobre a acumulação de capital, aumentando a produtividade do trabalho (JONES, 1979).

Por outro lado, também foi observado que, com as novas abordagens, como em Romer (1986) e Lucas (1988), considera-se que o modelo de crescimento é sustentado por fatores endógenos, provenientes do comportamento de agentes intrínsecos ao sistema econômico. Fatores tais como a inovação tecnológica, capital humano, acumulação de capital físico e arranjos institucionais e de políticas públicas.

Assim, a questão de como políticas públicas podem impactar na taxa de crescimento econômico de longo prazo de uma nação assume papel relevante nos estudos e pesquisas dos modelos de crescimento e desenvolvimento econômico e constitui o modelo teórico desta pesquisa.

O passo seguinte da pesquisa histórico-bibliográfica será o de discutir os modelos de crescimento econômicos no contexto brasileiro.

1.2 O crescimento econômico no Brasil

Do ponto de vista cronológico, conforme Prado Jr. (2011), a economia brasileira tem início em 1500, não obstante já estar inserida nos modelos de desenvolvimento comercial praticados pelos países do continente europeu, em especial, de Portugal, décadas antes da sua descoberta. Para o autor, a compreensão da evolução social e da econômica nacional, o seu “sentido” deve contemplar aqueles modelos de desenvolvimento, nos quais o Brasil seria uma “vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela” (PRADO JR, 2011, p. 31), e cujos reflexos ainda são sentidos no Brasil contemporâneo.

Assim sendo, a cultura europeia estará presente antes de 1500 e manter-se-á nos anos seguintes. Conforme Holanda (1995, p. 31), “a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente

estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências”.

De lá para meados do século XX, a economia brasileira percorre, desde seu primeiro período de colonização e Império, a exploração predatória do pau-brasil, a implantação da indústria açucareira com o cultivo de cana-de-açúcar, a opção pela importação da mão de obra escrava africana, a introdução da indústria da mineração com a exploração do ouro, a expansão da opção agrícola com a produção cafeeira, finalizando a abolição da escravatura e a proclamação da República, período em que iniciar-se-á o nosso parque industrial e um modelo econômico voltado para a substituição de importações.

A primeira década republicana, conforme Franco (1995), é uma das mais difíceis para a economia nacional. Uma dessas transformações estruturais, de acordo com o autor, assenta-se exatamente na difusão do trabalho assalariado no campo, acontecimento de maior relevância na economia brasileira no último quarto do século.

O autor considera que essas dificuldades são devidas, principalmente, ao fato que “aí se observam os momentos cruciais de importantes transformações “estruturais” na economia do país, destacando-se a súbita disseminação do trabalho assalariado no campo e o reordenamento da inserção do país na economia internacional” (FRANCO, 1995, p. 11).

Após os anos recessivos da virada do século XIX, conforme Fritsch (1995), o país vive um ciclo de crescimento que, em termos de duração e extensão do progresso material, não tem paralelo: entre 1900 e 1913, a economia brasileira contempla um crescimento médio do produto agregado de 4% a.a., crescimento ainda mais acelerado da formação de capital na indústria e grandes obras portuárias e ferrovias, decorrentes de investimentos externos e das exportações, especificamente da exportação da borracha.

Com as mudanças do comércio internacional provocada pela Grande Guerra de 1914, o país volta a sentir o peso da crise de liquidez até o armistício de 1918. Dessa forma, o *boom* generalizado das economias mundiais do pós-guerra tem curta duração: o colapso dos preços internacionais e a recessão econômica de EUA e Inglaterra repercutem na

economia brasileira, com desequilíbrios de contas e ajustes recessivos até 1932. O colapso dos preços do café²⁸ traz a falência do já desequilibrado balanço de pagamentos nacional.

As políticas anticíclicas para a solução da crise de 1929 sugerem uma condução heterodoxa da política econômica (FURTADO, 1959). Para o autor, o Brasil, ao se utilizar de seu poder de monopólio no mercado de café, sustentando preços artificialmente elevados, gerou um descasamento entre a oferta e demanda pelo produto e “a grande acumulação de estoques de 1929, a rápida liquidação das reservas metálicas brasileiras e as precárias perspectivas de financiamento das grandes safras previstas para o futuro, aceleraram a queda no preço internacional do café” (FURTADO, 1959, p. 187).

Para o autor, levando-se em consideração as características do mercado cafeeiro, cuja demanda não diminui durante depressões econômicas em países de elevadas rendas, como entre os anos de 1929 e 1931, quando o preço médio pago pelo consumidor norte-americano baixou de 47,9 para 32,8 centavos por libra, essa catastrófica redução nos preços não teria acontecido sem um fato específico que pudesse ter havido pelo lado da oferta do produto. Dessa forma acumulam-se os efeitos de duas crises, “uma do lado da procura e outra do lado da oferta, favorecendo as organizações intermediárias no comércio do café, as quais, percebendo a debilidade da posição da oferta, puderam transferir para os produtores brasileiros grande parte de suas perdas causadas pela crise geral” (FURTADO, 1959, p. 187).

A partir do fim da Revolução Constitucionalista, o país contempla uma nova fase de crescimento acelerado: “o Brasil cresce 10% ao ano entre 1932 e 1939” (ABREU, 1995, p. 82), sem, porém, refletir positivamente no desempenho das políticas fiscal e cambial e no comércio exterior. Para o autor, “a severidade do impacto da “grande depressão” sobre a economia mundial resultou em importante diminuição da importância relativa dos fluxos comerciais e financeiros especialmente em países, como o Brasil” (ABREU, 1995, p. 73). O resultado considerado pelo autor é que “não há dúvida que tais países se “voltaram para dentro”, com o crescimento dependendo crucialmente da capacidade de acomodar o deslocamento de demanda associado à brusca mudança de preços relativos encarecendo as importações” (ABREU, 1995, p. 73).

²⁸ No fim de 1929, o preço do café atinge um terço do preço anteriormente garantido pela defesa (FRITSCH, 1995, p.62)

Em 1944, no final do Estado Novo de Getúlio Vargas iniciam as discussões sobre os modelos econômicos brasileiros, com o industrial Roberto Simonsen e o economista liberal Eugênio Gudin.

Conforme Maringoni (2012), a controvérsia entre a opção liberal-mercadista e a opção industrial-desenvolvimentista frequentará pelo menos sete décadas as discussões sobre os rumos a serem tomados pela política econômica brasileira, mas também, essa controvérsia nem sempre apresentará contornos nítidos, dada a enorme gama de variantes e algumas intersecções. Para o autor, existe “um desenvolvimentismo conservador e excludente e há partidários de um desenvolvimento com tinturas socializantes” (MARINGONI, 2012, p. 73), mas também “um liberalismo extremado, que defende a total retirada do poder público do jogo econômico, e um liberalismo de ocasião, que em momentos de turbulência corre atrás de financiamentos e socorro do Estado” (MARINGONI, 2012, p. 73).

De um lado, Simonsen, na sua *Planificação da Economia Brasileira*, de 1944, entende que um programa econômico capaz de proporcionar “os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais da população” e ao mesmo tempo, “prover o país de uma estruturação econômica e social, forte e estável”, de maneira a fornecer ao país “os recursos indispensáveis à sua segurança e sua colocação em lugar condigno, na esfera internacional”, deve apresentar as seguintes concepções centrais: planejamento, presença do Estado na economia e necessidade da industrialização, como forma de aumentar a renda nacional (SIMONSEN; GUDIN, 2010, p. 44).

De outro lado, Gudin, nos seus *Rumos da Política Econômica*, de 1945, entende ser necessária a eliminação dos mecanismos estatais de intervenção na economia, com a livre circulação de capitais estrangeiros, a igualdade de tratamento entre este e o capital nacional e o fim das restrições de remessa de lucros das empresas estrangeiras. Defende uma política austera de combate à inflação, com redução de investimentos públicos e contração do crédito (SIMONSEN; GUDIN, 2010). O autor apresenta, em 23 de março de 1945, conforme o Quadro 1, seu relatório com suas conclusões acerca dos rumos a serem tomados pela política econômica nacional.

Quadro 1: Conclusões de Gudin à Comissão de Planejamento Econômico, em março de 1945.

Item	Conclusões
I	Ao engenho e a capacidade da iniciativa privada, amparada e fomentada pelo Estado, cabe promover o bem-estar econômico e a melhoria do padrão de vida do povo brasileiro.
II	Ao Estado cabe cooperar com a iniciativa privada, através de medidas legislativas e administrativas que permitam e facilitem a livre expansão de seus empreendimentos.
III	Deve o Estado abster-se de participar dos empreendimentos da seara da iniciativa privada ou de com eles concorrer por meio de organizações ou entidades estatais, paraestatais ou mistas.
IV	O capitalismo de Estado, além de incompatível com o regime democrático de governo, padece de decisiva inferioridade quanto à capacidade do melhor e mais eficiente aproveitamento dos fatores de produção.
V	Recomenda-se, portanto que o governo promova o retorno gradativo ao campo da economia privada dos empreendimentos industriais do Estado e que, também gradativamente e à medida que se for normalizando a situação econômica nacional e internacional, suprima o controle ora exercido sobre vários setores da economia privada pelos respectivos Institutos.
VI	O regime da livre concorrência e da liberdade de iniciativa deve constituir o incentivo básico para a melhoria do aparelhamento, da técnica, da organização e da eficiência dos empreendimentos.
VII	Recomenda-se a criação junto ao Ministério Público de um organismo técnico-jurídico, ao qual caberá combater os monopólios, os trustes, os cartéis, os abusos de direitos de patentes e outras manobras de restrição da produção e alta artificial de preços.

Fonte: SIMONSEN; GUDIN (2010, p. 120), adaptado pelo autor.

Com a eleição do Marechal Dutra, em 1946, o país contempla uma curta opção política liberalista “quando se procurou eliminar o intervencionismo estatal, substituindo-o pelas “soluções de mercado”” (MENDONÇA, PIRES, 2002, p. 233) e quando “as perspectivas que o Governo Dutra tinha em seu início foram fundamentalmente determinadas pela ideia de um mundo organizado pelos princípios liberais de Bretton Woods” (VIANNA, 1995, p. 105). Seu abandono, após um ano, precipita a liquidação das reservas cambiais acumuladas durante os anos anteriores e traz uma crise no nosso balanço de pagamentos.

Conforme Mendonça e Pires (2002) a mudança na política econômica do governo Dutra, com o abandono do liberalismo em 1947, não se configura como uma opção, mas uma necessidade, cujo resultado percebe-se na aceleração da industrialização nacional.

Em 1947, com a criação do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas, desenvolve-se um sistema de contas nacionais, com o objetivo de mensurar de forma mais fidedigna a economia e o crescimento econômico brasileiro. Com a ajuda do chefe do serviço de Estatística das Nações Unidas, J. B. Derksen, em 1952, é apresentada a primeira estimativa do produto nacional brasileiro e, em 1956, com a adaptação do SNA-

1953²⁹ das Nações Unidas, com a nossa SCNB-56³⁰, apresenta-se um balanço geral da atividade econômica do país, com o produto e a renda nacional e os valores dos componentes da Despesa. A partir de 12/1986, o IBGE assume a responsabilidade pelo cálculo das Contas Nacionais, integrando as Tabelas de Recursos e Usos (Tabelas de Insumo-Produto) ao corpo central do Sistema. Posteriormente, há a integração gradual ao Sistema de Contas Nacionais, de acordo com as recomendações das Nações Unidas expressas no manual *System of National Accounts 1993 - SNA 93*. Atualmente, o IBGE mensura o PIB nacional por três óticas: produção, renda e despesa.

Pela ótica da produção, o produto total da economia toma por base o valor efetivamente adicionado no processo de produção em cada unidade produtiva, de cada empresa. Somam-se os custos de processamento dos três grandes ramos da atividade econômica, agricultura, indústria e serviços, sempre levando em conta o valor agregado por cada etapa da produção. O resultado obtido é o PIB a custo de fatores. Adiciona-se a este o subtotal os tributos indiretos, a depreciação do capital fixo, e subtrai-se os subsídios. O resultado final, o PIB a preços de mercado pela ótica da produção³¹, pode ser escrito como:

$$\text{PIB}_{\text{pm}} = \sum \text{VAB}_i + \text{I} + \text{D} - \text{S} \quad (8)$$

Pela ótica da renda, o produto total da economia, gerado em um período de tempo, é totalmente distribuído entre os proprietários dos fatores de produção ao longo do processo produtivo. Somam-se as remunerações pagas aos fatores de produção no período analisado (os salários, os aluguéis, os juros e os lucros) e a depreciação do capital fixo. Considerando no cálculo o setor governo e o setor externo, acrescentam-se a esse valor os tributos indiretos e deduzem-se os subsídios. O resultado final, o PIB a preços de mercado pela ótica da renda³², pode ser escrito como:

$$\text{PIB}_{\text{pm}} = (\text{SL} + \text{A} + \text{J} + \text{L}) + \text{I} + \text{D} - \text{S} \quad (9)$$

²⁹ Primeiro manual de contas nacionais, coordenado por Richard Stone, a partir de seus estudos, de James Meade (Inglaterra) e de Simon Kuznets (EUA).

³⁰ Adaptação ao Sistema de Contas Nacionais do Brasil da SNA-1953.

³¹ Onde: **VAB** é o valor efetivamente adicionado no processo de produção em cada unidade produtiva, o custo dos fatores de produção, **I** significa os tributos indiretos, **D** é a depreciação do capital fixo e **S** são os subsídios.

³² Onde: **SL** são os salários pagos, **A** são os aluguéis pagos, **J** são os juros pagos, **L** são os lucros pagos, **I** significa os tributos indiretos, **D** é a depreciação do capital fixo e **S** são os subsídios.

Pela ótica da despesa, somam-se as despesas de consumo das famílias e do governo e os investimentos realizados por famílias, empresas e governo, acrescentando-se a variação dos estoques e as exportações líquidas de bens e serviços. O resultado final, o PIB a preços de mercado pela ótica da despesa³³, pode ser escrito como:

$$\text{PIB}_{\text{pm}} = C + I + G + (X - M) \quad (10)$$

A Tabela 1 apresenta os valores do Produto Interno Bruto brasileiro a partir do ano de 1947, a preços constantes com base em 2013, em milhões de Reais. Pode-se notar os períodos de crise como entre 1980 e 1984, entre 1986 e 1992 e a recente crise de 2009. Também, pode-se notar a franca expansão do PIB nos anos da década de 1970.

Tabela 1. Produto Interno Bruto brasileiro a preços constantes de 2013, em milhões de Reais.

Ano	PIB	ano	PIB	ano	PIB	ano	PIB	ano	PIB
1947	199.455	1961	557.224	1975	1.508.615	1989	2.610.695	2003	3.359.241
1948	218.802	1962	594.000	1976	1.663.355	1990	2.497.130	2004	3.551.131
1949	235.650	1963	597.564	1977	1.745.431	1991	2.522.888	2005	3.663.335
1950	251.674	1964	617.882	1978	1.832.177	1992	2.511.108	2006	3.808.294
1951	264.007	1965	632.711	1979	1.956.024	1993	2.628.255	2007	4.040.273
1952	283.279	1966	675.102	1980	2.135.978	1994	2.768.455	2008	4.249.220
1953	296.593	1967	703.457	1981	2.045.199	1995	2.890.733	2009	4.235.209
1954	319.727	1968	772.395	1982	2.062.175	1996	2.952.899	2010	4.554.277
1955	347.864	1969	845.773	1983	2.001.753	1997	3.052.568	2011	4.678.736
1956	357.952	1970	933.734	1984	2.109.847	1998	3.053.647	2012	4.726.976
1957	385.514	1971	1.039.646	1985	2.275.471	1999	3.061.405	2013	4.844.815
1958	427.149	1972	1.163.784	1986	2.445.903	2000	3.193.235		
1959	469.010	1973	1.326.350	1987	2.532.244	2001	3.235.166		
1960	513.097	1974	1.434.499	1988	2.530.724	2002	3.321.160		

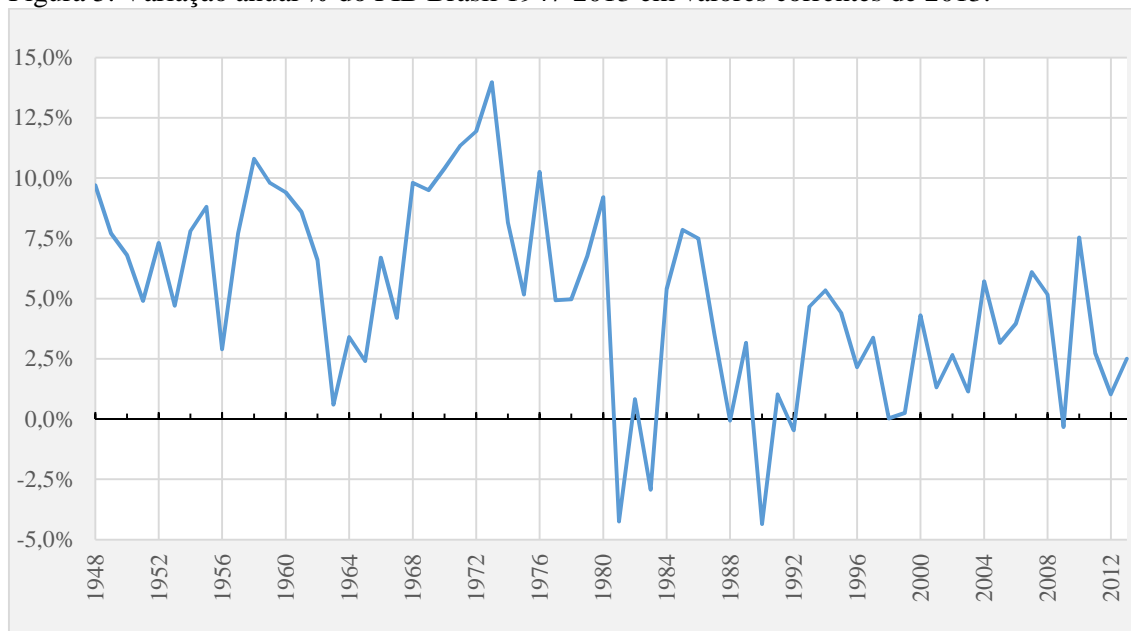
Fonte: IPEA. Série estimada a partir do valor do PIB nominal de 2013 (Contas Nacionais Referência 2000) e a taxa de variação real do PIB anual (IBGE). Para 2010 a 2013: resultados preliminares estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000.

A partir dos valores dos PIBs anuais a preços constantes de 2013, pode-se calcular, conforme a Figura 5, as variações percentuais anuais dos PIBs a preços constantes entre os anos de 1947 e 2013. Nesses 66 anos, a taxa de crescimento acumulada da economia brasileira atinge a marca de 2.449,1%, com um expressivo crescimento médio anual de

³³ Onde: **C** são as despesas de consumo das famílias, **I** são os investimentos realizados pelas famílias, empresas e governo, **G** são as despesas do governo, **X** corresponde ao valor das exportações realizadas e **M** corresponde ao valor das importações realizadas.

5,03% a.a., elevando o Brasil, em 2013, à 6ª posição dentre os países que apresentam maior PIB.

Figura 5. Variação anual % do PIB Brasil 1947-2013 em valores correntes de 2013.



Fonte: IPEA, adaptado pelo autor.

Delfin Netto (2005, p. 234), no sentido de facilitar o “entendimento dos momentos econômicos vividos pelo país”, sugere uma divisão temporal do desenvolvimento da economia brasileira nesse período, que vai do ano de 1948 até 2014.

Essa divisão contempla o período entre 1948 e 1963, chefiado por Dutra, Getúlio e Juscelino, o período entre 1964 e 1973 de regime militar e com o modelo associado dependente, o período entre 1974 e 1980, do choque do petróleo, o período de 1981 a 1985, de recorrência ao Fundo Monetário Internacional, o período de 1986 a 1993, com hiperinflação e recessão econômica, o período de 1994 a 2002, do governo de Fernando Henrique Cardoso e com o período de 2003 a 2014, com os dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva e com o primeiro mandato da presidente Dilma Rouseff, conforme o Quadro 2.

O primeiro período, entre 1948 e 1963, é fundamental para a definição do padrão de industrialização que o Brasil irá seguir. Em 1952, o Presidente Vargas retorna a política de valorização do café do pré-guerra. Para apoiar o movimento em prol da industrialização, é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) e instituído o monopólio estatal de petróleo, com a Petrobrás.

Quadro 2. Divisão característica do desenvolvimento da economia brasileira.

Período	Característica	Descrição
1948-1963	Crescimento e crise	Final do governo Dutra, o projeto nacionalista de Getúlio Vargas e os anos dourados de Juscelino Kubitschek. O Estado lidera o processo de desenvolvimento, com investimentos em energia, transportes, alimentação, siderurgia e construção naval. Crescimento do PIB: 7,1% a.a.
1964-1973	Revolução e crescimento	Ditadura militar. Modernização do sistema financeiro, desenvolvimento do mercado de capitais, investimentos em infraestrutura, ensino e pesquisa, aperfeiçoamento da estrutura tributária, abertura comercial e financeira, apoio à indústria e agricultura. Crescimento do PIB: 8,3% a.a.
1974-1980	Choque do petróleo	Primeiro choque do petróleo de 1973 (de US\$ 2,90 para US\$ 11,65/barril) e aumento do endividamento externo. Segundo choque do petróleo (para US\$ 80,00/barril), com o aumento da dívida externa, saldo comercial negativo e fim da fase de crescimento com endividamento. Crescimento PIB: 7,1% a.a.
1981-1985	Recessão e inflação	Colapso da dívida externa, recorrência ao Fundo Monetário Internacional, reversão do saldo comercial, inflação elevada (22% a.a. em 1984), recessão. Crescimento do PIB: 1,4% a.a.
1986-1993	Hiperinflação e estagnação	Escalada sem precedentes da inflação, planos econômicos heterodoxos, desabastecimentos, moratória do pagamento de juros externos, congelamentos de depósitos e aplicações financeiras. Crescimento do PIB: 1,9% a.a.
1994-2002	Estabilidade monetária	Plano Real, estabilidade de preços, juros reais elevados, crescimento da dívida pública, privatizações. Crescimento do PIB: 2,7% a.a.
2003-2014	Crescimento	Governo Lula-Dilma. Retomada do crescimento econômico, avanço na distribuição de renda e diminuição da pobreza. Crescimento do PIB: 3,5% a.a.

Fonte: DELFIN NETTO (2005), adaptado pelo autor

Com a eleição do Presidente Juscelino Kubitschek, cujo governo vai de 1956 a 1960, o país consolida a estratégia da industrialização substitutiva de importações, que perdurará até 1980. O protecionismo industrial sob a presidência de Kubitschek convive com a promoção do investimento estrangeiro direto, aumentando a taxa de absorção do progresso técnico. O Estado lidera o processo de desenvolvimento, com investimentos em educação, energia, transportes, alimentação, siderurgia e construção naval. Nesse primeiro período, a taxa anual média de crescimento do PIB atinge a marca de 7,1% a.a.

Para Orenstein e Sochaczewski (1995), o governo Kubitschek caracteriza-se por um integral comprometimento do setor público com uma explícita política de desenvolvimento. O Plano de Metas³⁴, posto em prática nesse período é implementado

³⁴ Plano Quinquenal do governo Juscelino Kubitschek com projetos amplamente baseados em diagnósticos e definições da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU) e dos

com sucesso, com objetivos sociais claros no sentido de elevar o padrão de vida do povo: “A economia cresceu a taxas aceleradas, com razoável estabilidade de preços e em um ambiente político aberto e democrático. Foi o último período em que estas três características estiveram presentes na economia brasileira” (ORENSTEIN, SOCHACZEWSKI, 1995, p.171).

O período entre 1964 e 1973, apresenta razoável estabilidade econômica, com a modernização do sistema financeiro, com o desenvolvimento do mercado de capitais, consideráveis investimentos em infraestrutura, ensino e pesquisa, com o aperfeiçoamento da estrutura tributária, uma maior abertura comercial e financeira para o exterior e com o apoio público à indústria e agricultura. O *boom* dos depósitos em poupança e de investimento, com a criação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) pela Lei n. 4.357, de 16 de julho de 1964, associado a uma considerável taxa de progresso técnico colabora com um crescimento anual médio do PIB da ordem de 8,3% a.a.

Com a chegada do Marechal Castelo Branco à Presidência da República, é instituído o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Política comandado por Roberto Campos e em colaboração com o Ministério da Fazenda, comandado por Otávio Gouveia de Bulhões.

O PAEG traz os objetivos básicos do discurso desenvolvimentista: desenvolvimento via investimentos, estabilidade de preços, equilíbrio regional, equilíbrio do balanço de pagamentos e controle da inflação e das contas externas. Conforme Resende (1995), esse programa “acentuava a importância da manutenção, ou da recuperação, das taxas de crescimento da economia. O combate à inflação estava sempre qualificado no sentido de não ameaçar o ritmo da atividade produtiva” (RESENDE, 1995, p. 215). Para o autor, o PAEG não tem características perfeitamente ortodoxas, “suas intenções demonstram demasiada preocupação com a manutenção das taxas de crescimento e, portanto, alguma tolerância com a inflação, que deve ser combatida através de estratégia gradualista” (RESENDE, 1995, p. 227).

programas Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Lago (1995) considera que a cúpula da primeira equipe econômica do regime militar entende a inflação como tipicamente uma inflação de demanda, “sancionada por uma expansão monetária excessiva, ainda que se reconhecessem elementos de pressão sobre os custos, notadamente no tocante a salários” (LAGO, 1995, p. 234). Conforme o autor, o diagnóstico da equipe econômica do segundo governo militar, entretanto, é de que a pressão sobre o nível dos preços é de custos e assim se orienta a nova equipe econômica.

Conforme Lago (1995, p. 239), “a partir de 1968, primeiro ano de plena implementação da política mais expansionista da nova administração, tanto o produto global como os produtos setoriais apresentaram forte crescimento”, crescimento este que manter-se-á até 1973. No tocante às relações trabalhistas e à política salarial, o autor entende que o período que vai de 1964 a 1973 mantém uma posição muito restritiva, com regras de reajuste definidas e pouca possibilidade de negociação salarial.

O período entre 1974 e 1980 caracteriza-se pela crise do petróleo e por um modelo renovado de substituição de importações, financiado pelo aumento da dívida externa. Entre o primeiro choque do petróleo do final de 1973 (elevando os preços de US\$ 2,90 para US\$ 11,65/barril), com aumento do endividamento externo, até o segundo choque do petróleo (para US\$ 80,00/barril), com o aumento da dívida externa e saldo comercial negativo, o país apresentará um crescimento anual médio do PIB da ordem de 7,1% a.a.

O período entre 1981 e 1985, caracteriza-se pelo fim do regime militar e o retorno do país à democracia ocorre sob elevada dívida externa e inflação. A política macroeconômica do período é direcionada para a redução da necessidade de divisas estrangeiras através da exportação, dada a intensidade da recessão interna (CARNEIRO; MODIANO, 1995). Segundo o autor, os planos econômicos de inspiração ortodoxa desse período conseguem promover o ajustamento externo, mas não logram evitar a escalada da inflação.

O período entre 1986 e 1993 traz uma sequência de ineficientes planos econômicos heterodoxos de estabilização que levam a uma escalada sem precedentes da inflação, de desabastecimentos, da moratória do pagamento da dívida externa e de congelamentos de depósitos e aplicações financeiras. Conforme Modiano (1995), a inflação brasileira do período é predominantemente inercial, onde a correção monetária dos preços, salários, ativos financeiros e taxa de câmbio propagam a inflação passada.

O primeiro dos planos, implantado em 28 de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, introduz uma nova moeda, o Cruzado, cuja taxa de conversão é fixada em mil Cruzeiros por Cruzado e o congelamento de preços. Em 21 de novembro de 1986 é implantado o Plano Cruzado II, com o fim do congelamento de preços. Em 12 de Junho de 1987 é implantado um novo plano econômico, o Plano Bresser, com novo congelamento de preços. Em 14 de janeiro de 1989 é implantado o Plano Verão, uma nova reforma monetária com a introdução do Cruzado Novo, cuja conversão é fixada em mil Cruzados Novos por Cruzado, com elementos ortodoxos e heterodoxos de combate à inflação.

Em 16 de março de 1990, o presidente recém-eleito Fernando Collor de Mello entrega seu Plano de Estabilização Econômica ao Congresso, o Plano Brasil Novo ou Plano Collor, trazendo o congelamento por um ano de praticamente todos os ativos financeiros domésticos, o que acaba por representar a maior moratória da dívida interna da história econômica brasileira. Nesse período, entre 1986 e 1993, o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto mantém-se em 1,9% a.a.

O período entre 1994 e 2002 marca a estabilização da moeda, contida pelo Plano Real, com um desvio radical do modelo estatizante de substituição de importações. O elemento essencial da estratégia do plano, conforme Oliveira e Turolla (2003), baseia-se na introdução de um mecanismo de neutralização da inércia inflacionária, com a troca gradual de moedas por meio da Unidade Real de Valor (URV) e com a garantia, aos agentes econômicos, da não quebra de contratos como ocorrido em planos anteriores.

Para os autores, o principal fator dessa estratégia de neutralização da inércia inflacionária reside na ancoragem dos preços domésticos sobre os preços internacionais, ocasionando uma apreciação da taxa de câmbio, fato esse possível pois “naquele momento os países emergentes encontravam uma situação de razoável liquidez nos mercados internacionais de capitais. Essa abundância permitiu o financiamento dos déficits crescentes em conta corrente decorrentes da mudança” (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003, p. 195).

Durante o início do Plano Real, mantém-se um regime cambial semifixo (bandas cambiais ou *dirty floating*), dentro de estreitas bandas, com pequenas desvalorizações cambiais, “porém insuficientes para a redução do desequilíbrio do mercado em relação ao câmbio real de equilíbrio” (OLIVEIRA; TUROLLA, 2003, p. 196). Os autores apresentam,

conforme o Quadro 3, as principais mudanças do regime de Política Econômica no segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Quadro 3. Principais mudanças do regime de Política Econômica no segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Regime	Situação no 1º mandato	Data efetiva da mudança	Mudanças no 2º mandato
Fiscal	Esforços de reforma estrutural e patrimonial do setor público, com a apresentação de propostas legislativas e privatização. Introdução de medidas de controle das finanças dos governos estaduais e municipais, com efeito estrutural, sem resultados imediatos. Controle primário insuficiente: aumento do déficit primário. Aumento da despesa com juros devido à instabilidade financeira.	28/10/1998 (anúncio do Programa de Estabilidade Fiscal)	Ajuste fiscal voltado para a geração de superávits primários, baseado em aumento de receitas e redução de despesas. Fadiga reformista, com propostas aplicadas (Lei de Responsabilidade Fiscal, fator previdenciário).
Monetário	Subordinado à âncora cambial. Choques externos requereram contração monetária recorrente	12/01/1999 (âncora cambial) e 05/1999 (introdução do regime de metas de inflação).	Metas de inflação, possibilitando resposta mais suave aos choques
Cambial	Câmbio administrado Déficits crescentes em conta corrente.	12/01/1999 (abandono da defesa das bandas cambiais).	Flutuação suja. Reversão dos déficits c/corrente.

Fonte: OLIVEIRA; TUROLLA (2003, p. 198), adaptado pelo autor.

A dependência cambial e as consideráveis taxas reais de juros desfavorecem o investimento privado e as exportações, prejudicando o crescimento econômico nacional. Com a crise cambial de 1999 e a assinatura do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), é implantada uma política macroeconômica visando o superávit fiscal primário, as metas de inflação e uma taxa de câmbio flutuante. Com a mudança de regimes cambial, monetário e fiscal, o país contempla a reversão dos desequilíbrios fiscal e externo dos primeiros anos do Plano Real. O progresso técnico volta a se manifestar, mas insuficiente para gerar o crescimento. O país apresenta, no período, crescimento anual médio do PIB de 2,5% a.a.

Governado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seus dois mandatos, e sucedido pela presidente Dilma Roussef, no seu primeiro mandato, o último período analisado, que engloba os anos de 2003 a 2014, marca, inicialmente, a manutenção da política macroeconômica pós-1999 e, posteriormente, uma fase de políticas claramente de cunho social. Nesse período, o país contempla um crescimento médio anual do PIB de 3,5% a.a.

Curado (2011) considera ser largamente reconhecido que, durante a gestão do presidente Lula, a política econômica mantém o modelo macroeconômico utilizado na segunda gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso, isto é, “manteve o tripé metas de inflação, regime de câmbio flutuante com intervenção (*dirty floating*) e ajuste fiscal” (CURADO, 2011, p. 94), aliado a uma política econômica voltada ao aumento do mercado consumidor. Para o autor, o período entre os anos de 2003 e 2008 é contemplado pela retomada do crescimento econômico, quando a taxa média de expansão do PIB atinge 4,2% a.a. Neste período, a relação Investimento/PIB eleva-se de 16,23%, no ano de 2003, para 20,1% em 2008 (IBGE, 2015).

Não obstante a crise de 2009, o país volta a crescer e apresenta, em 2010, crescimento do PIB da ordem de 7,5% a.a. Entretanto, os anos seguintes não mantêm a mesma performance e o país apresenta taxas de crescimento da ordem de 2,7% a.a. em 2011, 1,0% em 2012 e 2,3% em 2013, com a clara desaceleração do consumo das famílias que “parece ter encontrado seu limite de crescimento na própria capacidade de endividamento das mesmas” (CONTRI, 2014, p.12).

Assim, com o exposto nesta seção, procurou-se apresentar e discutir o comportamento das políticas econômicas nacionais das últimas décadas, alinhando-as com o cenário mundial. Percebe-se que a política econômica brasileira contempla, com poucos anos de exceção, as dificuldades oriundas da falta de uma moeda estável. Percebe-se também, a frequente opção pelo endividamento, seja externo como interno. Finalmente, observa-se que foram exatamente nos poucos anos de inflação sob controle que o país conseguiu colocar em prática políticas econômicas de cunho efetivamente social, como os iniciados no governo FHC e ampliados e consolidados no governo Lula.

O próximo passo será o de apresentar o mercado de trabalho brasileiro, procurando associar as dificuldades do modelo trabalhista brasileiro às próprias dificuldades econômicas nacionais.

1.3 O mercado de trabalho brasileiro

Pode-se admitir que o mercado de trabalho geralmente é reflexo de três fatores, um primeiro fator representado estruturalmente pelas “instituições, legislações e

regulamentações na qual ele se submete”; um segundo fator representado pela “quantidade e qualidade da força de trabalho ofertada, que lhe confere sua produtividade”; e um terceiro fator, de cunho conjuntural, “representado pelas condições macroeconômicas vigentes”, externas ou internas, e que acabam por delimitar a demanda pela força de trabalho (RAMOS, 2009, p. 406).

No contexto brasileiro, quanto ao primeiro fator, representado pelas instituições, legislações e regulamentações, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, no final do século XIX, pode ser considerada um divisor do processo de formação do mercado e das nossas relações legais de trabalho. Outro divisor nesse processo será a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. O terceiro divisor será a criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, com a Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966.

Relativamente ao segundo fator, a literatura dedicada à formação do trabalho no Brasil admite que o nosso mercado de trabalho se abastece, entre o final do século XIX e meados do século XX, pelos imigrantes, pelos ex-escravos e pelos homens livres em geral. Pelos imigrantes que, à princípio, formam a mão-de-obra de agricultores ligados à cafeicultura em franca expansão no oeste paulista e, posteriormente, atuam na indústria, em franca expansão, do estado de São Paulo; pelos ex-escravos incorporados ao mercado de trabalho com a abolição da escravatura, promulgada com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888; e pelos homens livres em geral, brancos pobres, negros livres e mestiços (BEIGUELMAN, 1977; GEBARA, 1986; KOWARICK, 1987).

Quanto ao terceiro fator, o reflexo das condições macroeconômicas se faz sentir com a industrialização da economia mundial e conseqüente adaptação nacional às exigências externas. Entretanto, conforme Barbosa (2016), apenas no cenário da expansão industrial paulistana é que se caracterizam as figuras do patrão e do trabalhador assalariado, estruturados num mercado de trabalho organizado, pois uma grande parte da força de trabalho “transitava da inatividade para a precariedade (prestação de serviços de todos os tipos) e para um assalariamento eventual” (BARBOSA, 2016, p. 13).

Dessa forma, quando do início da formação do capitalismo nacional, a quantidade de força de trabalho demandada irá se confrontar com um excesso de oferta de mão, de baixa qualidade e baixa produtividade. Para o autor, na construção do mercado de trabalho

brasileiro, o fim do isolamento da lavoura e da expansão de uma economia urbana não foram suficientes para que o capitalismo se desenvolvesse, “O mercado de trabalho não nasceu de chofre no Brasil. Foi um longo parto. A abolição não significou a emergência do trabalho assalariado” (BARBOSA, 2016, p. 12).

Para Barbosa (2016), a industrialização, as migrações regionais e a criação da carteira de trabalho e a CLT, possibilitarão a nacionalização do mercado de trabalho nacional, “tanto do lado da demanda (novos empregos) como do lado da oferta de trabalho (para além do crescimento demográfico, uma força de trabalho latente se desprende das relações pré-capitalistas no campo)” (BARBOSA, 2016, p. 18). Possibilitar-se-á o desenvolvimento do capitalismo nacional, “utilizando agora mão de obra recrutada internamente, e num montante que excede as suas necessidades imediatas” (BARBOSA, 2016, p. 18).

Dedecca (2005) considera que, para melhor analisarmos o mercado de trabalho brasileiro, devemos antes explorar o modelo de regulamentação do mercado de trabalho e das relações do trabalho. Conforme o autor, somente entre 1940 e 1942 fica estabelecida uma ampla regulamentação do mercado e das relações de trabalho, com certa proteção social, com a instituição de salário mínimo e toda uma legislação de regulação das relações de trabalho ao mercado não agrícola na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entretanto, “essa proteção atinge apenas uma pequena parte do mercado”, considerando-se que cerca de 75% do mercado vincula-se às atividades agrícolas (DEDECCA, 2005, p. 100). Para o autor, esse modelo de regulamentação reflete, até meados da década de setenta “o grande descompasso entre o forte desenvolvimento econômico e o quase ausente desenvolvimento social” (DEDECCA, 2005, p. 101).

A crise mundial, refletida no cenário nacional, da década de oitenta, traz o desemprego à realidade nacional. Conforme Dedecca (2005), o desemprego não foi observado de maneira homogênea no território nacional, mas, em boa parte, nas zonas urbanas de maior densidade industrial e com um mercado de trabalho mais regulamentado. Essa limitada regulamentação, com crescimento do desemprego aberto acompanhado de outras formas de desemprego informal e da própria informalidade de novas ocupações, acaba por explicar as características complexas do desemprego no mercado de trabalho nacional.

Para o autor, diferentemente da experiência europeia, onde a complexidade do desemprego pode ser ligada ao processo de corrosão da regulação social, “é possível

afirmar que a maior complexidade do desemprego na experiência brasileira nasceu justamente da ausência histórica daquela regulação” (DEDECCA, 2005, p. 102).

A década de noventa será caracterizada com períodos de “estagnação, desemprego e aumento da desigualdade social” (DEDECCA, 2005, p. 103), mas conseguirá mitigar a grande questão da perda do poder aquisitivo da massa trabalhadora nacional. O pouco crescimento econômico manter-se-á praticamente por toda a década.

Saboia (2014, p. 123) argumenta, ao analisar os primeiros anos deste milênio até o ano de 2014, que uma das questões levantadas desses últimos anos é a do “comportamento favorável do mercado de trabalho em um cenário de pouco crescimento econômico”. O comportamento do mercado de trabalho, caracterizado na queda do desemprego, no aumento do salário mínimo em geral, na formalização do trabalho e na escolaridade dos trabalhadores, está associado à criação de empregos localizados principalmente no setor terciário com baixa produtividade e com mal remuneração, compatíveis, segundo o autor, com o baixo crescimento econômico.

O autor entende que, para que o país possa voltar a crescer e criar bons empregos, a produtividade do trabalho deve crescer e, nesse sentido, deve-se melhorar a qualidade do ensino público em geral. Também, “será preciso criar condições favoráveis à retomada dos investimentos públicos e privados que possa se refletir no aumento da produtividade da economia como um todo” (SABOIA, 2014, p. 123).

Conforme Cacciamali e Tatei (2016), o ciclo expansivo de crescimento econômico com o incentivo do consumo interno pode criar empregos formais, porém pouco qualificados. Para os autores, “com o aumento do salário mínimo e como aumento da oferta de força de trabalho mais escolarizada diminui os diferenciais de salário, reduzindo a desigualdade de renda e a pobreza” (CACCIAMAI; TATEI, 2016, p. 116). Entretanto, os autores também consideram que “a sustentação desse padrão de crescimento, todavia, por largo espaço de tempo, sem a devida adequação às condições na conjuntura doméstica e/ou internacional, compromete a sustentabilidade” (CACCIAMAI; TATEI, 2016, p. 116).

Curado (2011) lembra que “um aspecto distintivo deste período de recuperação do crescimento é que ele se dá num contexto de melhora nos indicadores de distribuição da

renda e de redução da pobreza” (CURADO, 2011, p. 93) e cita a melhora do Índice de Gini, que passa de 0,59 em 2003 para 0,54 em 2009.

A Tabela 2 apresenta a média nacional do PIB municipal e do total de salários e outras remunerações por município a preços correntes, com dados do IBGE, dos primeiros anos deste milênio até o ano de 2014. Observa-se que, nesse período compreendido entre os dez anos de 2004 a 2013, enquanto a média nacional do PIB municipal evolui 11,8% a.a., em termos nominais, a média nacional do total de salários e outras remunerações totais por município cresce 14,3% a.a., também em termos nominais.

Tabela 2. Média nacional anual por município em R\$ do PIB e de total de salários e outras remunerações, a preços correntes.

Ano	Total de salários e outras remunerações por município médio	PIB Municipal médio
2004	71.641.062,41	349.190.352,65
2005	81.569.346,22	385.916.479,99
2006	98.407.891,58	425.859.732,05
2007	110.887.605,78	483.619.241,00
2008	128.854.126,80	572.622.065,32
2009	143.927.640,66	582.103.154,18
2010	167.492.482,75	719.171.079,60
2011	191.989.011,52	747.384.802,14
2012	218.414.954,00	791.496.873,64
2013	238.091.257,79	954.810.112,79

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

Para as pesquisas sobre emprego e trabalho do IBGE, as variáveis pesquisadas “seguem as recomendações da Organização Internacional do Trabalho e objetiva produzir resultados que facilitem a análise de sua série em conjunto com as contas nacionais e que viabilizem a comparação a nível internacional” e que permitam “separar os indivíduos que trabalham daqueles que não trabalham (os que procuram trabalho e os inativos)” (IBGE, 2016).

Conforme a classificação do IBGE (2016), o conceito fundamental é o do trabalho: significa a ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou a ocupação econômica sem remuneração, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica,

ou a instituições religiosas beneficentes ou em cooperativismo ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

O conceito de População em Idade Ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada.

A população ocupada engloba aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, classificadas em: a) empregados; b) conta própria; c) empregadores; e d) não remunerados - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração.

A população desocupada engloba as pessoas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva.

Para os indivíduos que trabalham investiga-se a ocupação, o ramo de atividade, a posição na ocupação, a existência de mais de um trabalho, o rendimento efetivamente recebido no mês anterior, o número de horas efetivamente trabalhadas, etc. Para os indivíduos que procuram trabalho investiga-se a providência tomada, o tempo de procura, se trabalharam antes com ou sem remuneração, a ocupação, o ramo de atividade e a posição na ocupação do último trabalho.

Alguns indicadores são utilizados para demonstrar o desemprego: a) o nível de desocupação, isto é, o percentual de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar; b) a taxa de desocupação ou taxa de desemprego, isto é, o percentual de pessoas desocupadas em relação ao total de pessoas da força de trabalho; c) taxa de participação da força de trabalho, isto é, o percentual de pessoas da força de trabalho em relação ao total de pessoas em idade de trabalhar; e d) taxa de ocupação, isto é, o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação ao total de pessoas da força de trabalho.

Segundo a Pesquisa Mensal de Empregos (PME) do IBGE, conforme a Tabela 3, a taxa de desemprego de 11,2% no início de 2003, alcançou 4,3% em dezembro de 2013.

Tabela 3. Taxa de desemprego no Brasil, entre os anos de 2003 e 2014.

Data	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
jan	11,2	11,7	10,2	9,3	9,3	8,0	8,2	7,2	6,0	5,5	5,5	4,8
fev	11,6	12,0	10,7	10,1	9,9	8,7	8,5	7,4	6,3	5,7	5,6	5,1
mar	12,1	12,8	10,8	10,4	10,2	8,6	9,0	7,6	6,4	6,2	5,7	5,0
abr	12,4	13,1	10,8	10,4	10,2	8,5	8,9	7,3	6,4	6,0	5,8	4,8
mai	12,9	12,2	10,2	10,2	10,2	7,9	8,8	7,4	6,3	5,8	5,8	4,9
jun	13,0	11,7	9,4	10,4	9,7	7,8	8,1	7,0	6,2	5,9	6,0	4,8
jul	12,8	11,2	9,4	10,7	9,5	8,1	8,0	6,9	6,0	5,4	5,6	4,9
ago	13,0	11,4	9,4	10,6	9,5	7,6	8,1	6,7	6,0	5,3	5,3	5,0
set	13,0	10,9	9,6	10,0	9,0	7,7	7,7	6,2	6,0	5,4	5,4	4,8
out	12,9	10,5	9,6	9,8	8,7	7,5	7,5	6,0	5,7	5,3	5,2	4,6
nov	12,2	10,7	9,6	9,5	8,2	7,6	7,3	5,7	5,2	4,9	4,6	4,8
dez	10,9	9,6	8,4	8,4	7,4	6,8	6,8	5,3	4,7	4,6	4,3	4,3

Fonte: Pesquisa Mensal de Empregos (PME) do IBGE, adaptado pelo autor.

Podemos representar graficamente na Figura 6 os dados apresentados na Tabela 3.

Figura 6. Variação mensal da Taxa de desemprego.



Fonte: Pesquisa Mensal de Empregos (PME) do IBGE, adaptado pelo autor.

Assim, pelo exposto acima, procurou-se, dentro do objetivo inicialmente proposto nesta seção, caracterizar o mercado de trabalho brasileiro dentro do conceito mais geral do crescimento econômico, examinando, de maneira histórico-bibliográfica, a evolução conceitual desse fenômeno, suas características dentro do contexto nacional, suas formas de mensuração e dados recentes de desemprego. O passo seguinte será o de caracterizar o fenômeno desenvolvimento econômico e suas formas de influência na sociedade, com especial atenção ao Programa Bolsa Família, dentro do conceito das políticas de distribuição de rendas e, por sua vez, dentro dos modelos de políticas públicas de desenvolvimento e bem-estar social.

CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO, PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDAS E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O objetivo do Capítulo II é o de caracterizar o Programa Bolsa Família dentro das políticas públicas de transferência de rendas e, mais amplamente, no âmbito das políticas de distribuição de rendas e do desenvolvimento econômico e social.

Para tanto, o Capítulo inicialmente é dedicado exatamente às origens e trajetórias dos modelos de políticas de desenvolvimento econômico e social.

Percebe-se, nos organismos internacionais, a recorrente divulgação de pesquisas relacionando crescimento e desenvolvimento, como as Berg, Zettelmeyer e Ostry (2011), publicadas no *Finance & Development*, do Fundo Monetário Internacional, onde o que se reflete é a inquietação dos pesquisadores sobre o grau de responsabilidade do Estado na organização e execução de políticas públicas de distribuição de renda que conduzam satisfatoriamente à garantia dos direitos individuais e à provisão de bem-estar social da sociedade.

Essa responsabilidade estatal já se observa nos meados do século XV, com Henrique VIII representando o papel e as funções da Igreja, ao assumir a responsabilidade pela preservação do bem-estar geral de uma população que não tem mais na Igreja a solução para o desemprego e a miséria generalizada: em 1531, é promulgada a primeira *Poor Law* regulamentando a mendicância buscando combater o desemprego e a pobreza e, em 1572, é decretado o Imposto para os Pobres para financiar o fundo fiscal que deverá sustentar os necessitados (HUNT; SHERMAN, 2013).

Ambas as legislações estão entre as primeiras ações de políticas sociais do Estado voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Ambas atendem a concepção do fenômeno desenvolvimento como sendo a melhoria da qualidade de vida da população. Ambas atendem à definição comum nos manuais sobre o que envolve o Estado de Bem-Estar, ou seja, a responsabilidade do Estado no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos.

Nesse sentido, desenvolvem-se modelos de políticas sociais de responsabilidade do Estado voltadas para a promoção e para a proteção do bem-estar social dos seus cidadãos. Na Europa Ocidental do século XX, apresentado sob diversas formas, como o *État*

Providence francês, o *Sozialstaat* alemão e o *Welfare State* anglo saxão, esse fenômeno procura atender aos anseios por novos direitos de uma sociedade em rápida transformação.

Essas diversas formas de proteção social originam-se sob diferentes situações históricas. De um lado com o crescimento da industrialização, o aumento da produtividade, o êxodo populacional do campo para a cidade, a mobilização organizada da nova classe trabalhadora e o aumento da riqueza. De outro, com o aumento da intervenção do Estado na sociedade, sentido na consolidação da burocracia estatal e na especialização das técnicas administrativas, entre outros (FLORA; HEIDENHEIMER, 2005).

Para Korpi (1978, 1983), o surgimento das políticas de proteção social está ligado a movimentos sindicais coesos, organizados conjuntamente com partidos políticos. Para Titmuss (1974), as políticas de proteção social surgem como resultado do processo de industrialização e a preocupação do governo em proporcionar um padrão mínimo de vida para os cidadãos através de programas de saúde, educação e nutrição, garantindo a mão de obra para a indústria.

De acordo com O'Connor (1977), o Estado capitalista tem que tentar desempenhar duas funções básicas e muitas vezes contraditórias: acumulação e legitimação. Isto quer dizer que o Estado deve tanto desenvolver condições em que se faça possível uma lucrativa acumulação de capital como desenvolver condições de harmonia social.

Entre os autores contemporâneos, Esping-Andersen (1991, p. 104), considera que o “welfare-state não é apenas um mecanismo que intervém - e talvez corrija - a estrutura de desigualdade; é, em si mesmo, um sistema de estratificação. É uma força ativa no ordenamento das relações sociais”. Para o autor, os sistemas de bem-estar modernos se concretizam pela diminuição da desmercadorização, a qual ocorre “quando a prestação de serviços é vista como uma questão de direito, ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 102).

Ao se analisar o caso brasileiro, percebe-se que as políticas sociais nacionais, iniciadas na década de 1930, mantêm, até a década de 1970, um padrão atrelado ao modelo econômico desenvolvimentista em vigor e os principais grupos alvos das políticas sociais são os protagonistas do desenvolvimento econômico: trabalhadores urbanos e

funcionários públicos (KERSTENETZKY, 2011). De maneira geral, esse cenário se estenderá até o final do regime militar.

Com a Constituição de 1988, observa-se diversos avanços no sentido de ampliação de direitos sociais e expansão do público alvo das políticas, que se intensificaram na década seguinte, com novos programas de proteção social.

Dentre os programas sociais nacionais, encontram-se os modelos de transferências de renda no combate à pobreza e à desigualdade social e, especificamente, o modelo de distribuição de rendas contemplado pelo Programa Bolsa Família. Assim, o Programa Bolsa Família está caracterizado dentro do contexto das políticas públicas brasileiras.

Conforme será visto no decorrer deste Capítulo, esse programa procura atender três dimensões: promover alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda à família; reforçar o exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação por meio do cumprimento de certas condicionalidades, contribuindo para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; e coordenar programas complementares, como os programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos, que têm como objetivo o desenvolvimento e cidadania das famílias (MDS, 2015).

2.1 Desenvolvimento econômico e social

Como apresentado no Capítulo anterior, os conceitos de crescimento e desenvolvimento traduziram, por vezes, um mesmo fenômeno e, por vezes, fenômenos distintos, havendo, ainda hoje, discussões sobre sua equivalência ou relação. Também, que da grandeza econômica da produção de uma nação, decorre uma definição do crescimento econômico, como sendo o aumento dessa produção ao longo do tempo.

Nesse sentido, Schumpeter (1997), em *Die Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*, de 1911, caracteriza a diferença entre crescimento e desenvolvimento ao expor que “nem será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza” (SCHUMPETER, 1997, p. 74). Para o autor, o desenvolvimento, é um fenômeno distinto, estranho ao que

pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio, “é uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1997, p. 75).

Bresser Pereira (2006) entende que, enquanto o conceito de crescimento econômico representa variações positivas no produto ou renda nacional, o desenvolvimento econômico reflete uma melhoria da qualidade de vida da população, consequência do aumento das rendas médias individuais oriundas de uma distribuição do produto ou da renda nacional.

Para o autor, o desenvolvimento econômico é decorrente, mas antes, superior ao crescimento econômico, é o “processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 2).

Dessa forma, os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, inicialmente representativos de um mesmo fenômeno, bem caracterizado no século XV com o Estado inglês assumindo a responsabilidade pela preservação do bem-estar geral de uma população que não tem mais na Igreja a solução para o desemprego e a miséria generalizada, acabam, em meados do século XX, se distanciando. Inicialmente com o Produto Interno Bruto (PIB), utilizado como medida de eficiência econômica, de crescimento econômico de uma nação e, em seguida, com o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), com o Coeficiente de Gini e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), esses indicadores procuram identificar, cada um sob seu ângulo particular, fenômenos distintos: o fenômeno do crescimento e o fenômeno do desenvolvimento.

A concepção moderna de desenvolvimento está assentada no entendimento que, enquanto o conceito crescimento econômico representa variações positivas da produção, o desenvolvimento econômico reflete uma melhoria da qualidade de vida da população (BRESSER PEREIRA, 2006), ou também, que o “crescimento é a idealização das dinâmicas econômicas na qual as coisas simplesmente se tornam maiores ou menores ou

permanecem no mesmo tamanho, enquanto no desenvolvimento uma série de mudanças qualitativas também estão ocorrendo” (DOSI; FREEMAN; FABIANI, 1994, p. 1).

Indo mais além, o Estado passa a ser o grande responsável por essas mudanças qualitativas ou pela melhoria da qualidade de vida da população. Para Arretche (1995), a provisão de serviços sociais cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva, fenômeno do século XX, “tornou-se um direito assegurado pelo Estado a camadas bastante expressivas da população dos países capitalistas desenvolvidos” (ARRETCHE, 1995, p. 3).

Thomas Marshall (1950), em *Citizenship and Social Class and other essays*, de 1950, ao considerar cidadania, direito e reformas sociais, “*I shall call these three parts, or elements, civil, political and social*” (MARSHALL, 1950, p. 10), ou seja, caracteriza as três formas de direito nos Estados modernos europeus, alicerçadas nos fatos históricos que consolidaram a trajetória natural da sociedade: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais.

Tais formas de direito, conforme Thomas Marshall (1950), são observadas inicialmente com a conquista dos direitos civis, constituídos pelos direitos relativos à vida, à segurança e às liberdades individuais, propriedade, contratos e justiça, seguidos pela conquista dos direitos políticos, garantidores da livre participação na atividade política. Finalmente, com os direitos sociais, representados pelo direito a um bem-estar econômico mínimo, garantidores de salário, saúde, educação, habitação e alimentação.

Os direitos civis, ou os direitos dos homens, marcam o início das políticas públicas modernas em contraste com as clássicas. Nas políticas públicas clássicas o direito está vinculado ao Estado, ou seja, o direito do Estado é considerado prioritário, enquanto nas políticas públicas modernas o Estado deve assegurar o direito do indivíduo. O pensamento moderno parte dos direitos do indivíduo e vê o Estado como existindo para garantir as condições de seu desenvolvimento.

Seguindo o percurso traçado por Marshall (1963), após a conquista dos direitos civis e políticos, a Europa Ocidental do século XX contemplará um conjunto de políticas sociais para promover a proteção e bem-estar social dos seus cidadãos. Apresentado sob diversas formas - o *État Providence* francês, o *Sozialstaat* alemão e o *Welfare State* anglo saxão -

esse fenômeno procura atender aos anseios por novos direitos de uma sociedade em rápida transformação. Fenômeno caracterizado pela responsabilidade do Estado de garantir o bem-estar básico dos seus cidadãos, por um Estado responsável pela execução de políticas sociais que garantam saúde, educação e renda mínima.

Ao analisar especificamente os tipos de direitos na sociedade britânica no período que se inicia em 1689, com a *Bill of Rights*³⁵ da Revolução Gloriosa, e vai a meados do século XX, Thomas Marshall (1963) relaciona os direitos civis, políticos e sociais, cumulativos, com seus princípios norteadores e suas principais medidas caracterizadoras, conforme o Quadro 4.

Quadro 4. Tipos de Direitos Civis, Políticos e Sociais.

Elemento	Direitos Civis	Direitos Políticos	Direitos Sociais
Período	Século XVIII	Século XIX	Século XX
Princípio	Liberdade Individual	Liberdade Política	Bem-estar social
Medidas	Habeas corpus, Liberdade de expressão, pensamento e crença, Liberdade de celebrar contratos jurídicos	Direito ao voto, Reforma parlamentarista, Pagamentos para MPs	Educação, Aposentadoria e Saúde pública

Fonte: MARSHALL (1963), adaptado pelo autor.

Para Korpi (1978, 1983), o surgimento das políticas de proteção social está associado a movimentos sindicais coesos, organizados conjuntamente com partidos políticos.

Para Titmuss (1974), as políticas de proteção social surgem como resultado do processo de industrialização e a preocupação do governo em proporcionar um padrão mínimo de vida para os cidadãos através de programas de saúde, educação e nutrição, garantindo a mão de obra para a indústria.

Para o autor, o *Welfare State* é, de maneira geral, resultado da divisão do trabalho provocado pelo processo de industrialização da sociedade, no qual o Estado reconhece e protege o cidadão das dependências causadas pela industrialização que não conseguem ser resolvidas pelos meios tradicionais com família e solidariedade social.

³⁵ A Declaração de direitos (em inglês *Bill of Rights*) é um documento feito na Inglaterra por seu Parlamento, determinando, entre outras coisas, a liberdade, a vida e a propriedade privada, assegurando o poder do Parlamento inglês.

Titmuss (1974) reconhece três modelos de políticas sociais: a) o modelo residual, que entende o mercado e a família como mecanismos sociais naturais que contemplam por si as soluções de necessidades individuais, e que o Estado deve interferir apenas nos casos excepcionais de necessidade; b) o modelo meritocrático, onde a proteção está relacionada ao desempenho e produtividade do trabalho; e c) o modelo redistributivo-institucional, onde as políticas de bem-estar são consideradas fundamentais para o processo de desenvolvimento social, contemplando proteção universal aos indivíduos no sentido de promover a igualdade social.

O autor, em *Social Policy: An Introduction*, de 1974, apresenta o que se tornou a taxonomia clássica de classificação de *Welfare State*, baseada na distinção entre modelos residuais e modelos institucionais, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5. Modelos de *Welfare State* segundo a taxonomia de Titmuss.

Modelo	Características	Países
Residual	Proteção marginal, acesso restrito e status necessidade	Estados Unidos da América
Meritocrático-particularista	Proteção clientelista, acesso seguro e Status trabalho	Alemanha e Áustria
Institucional-redistributivo	Proteção redistributiva, acesso universal e status cidadania	Países escandinavos

Fonte: TITMUSS (1963), adaptado pelo autor.

Flora e Heidenheimer (2005) entendem que essas diversas formas de proteção social originam-se sob diferentes situações históricas: de um lado com o crescimento da industrialização, o aumento da produtividade, o êxodo populacional do campo para a cidade, a mobilização organizada da nova classe trabalhadora e o aumento da riqueza e, de outro lado, com o aumento da intervenção do Estado na sociedade, sentido na consolidação da burocracia estatal e na especialização das técnicas administrativas, entre outros.

Ambos os autores concordam que, no contexto da história da Europa, o crescimento do Estado social moderno pode ser entendido como uma resposta a dois desenvolvimentos fundamentais: “*the formation of national states and their transformation into mass democracies after the French Revolution, and the growth of capitalism that became the dominant mode of production after the Industrial Revolution*” (FLORA; HEIDENHEIMER, 2005, p. 22), isto é, o da formação de Estados nacionais e sua

transformação em democracias de massa após a Revolução Francesa e o do crescimento do capitalismo que se tornou o modo dominante de produção após a Revolução Industrial.

Os autores entendem que há três mecanismos básicos pelos quais o *welfare state* conjuga seus objetivos: a) o pagamento direto de prestações pecuniárias; b) a prestação direta de serviços em espécie; e c) a extensão de benefícios indiretos através de deduções fiscais e créditos. O primeiro desses mecanismos, o pagamento direto de prestações pecuniárias, tem a função de manutenção da renda em casos específicos, como situações de pobreza e desemprego.

Também entendem que segurança e igualdade são as duas dimensões fundamentais do *welfare state*. Os autores também apresentam uma relação, conforme a Tabela 4, com um a evolução da legislação de segurança social em nações da Europa Ocidental³⁶.

Tabela 4. Evolução da legislação de segurança social em nações da Europa Ocidental.

País	Acidente de trabalho		Saúde		Pensão		Desemprego	
	E	C	SV	C	SV	C	SV	C
Áustria		1887		1888		1906		1920
Bélgica	1903		1894	1944	1900	1924	1907	1944
Dinamarca	1898	1916	1892	1933		1891	1907	
Finlândia		1895		1963		1937	1917	
França	1898	1946		1930		1910		1914
Alemanha		1884		1883		1889		1927
Itália		1898	1886	1928	1898	1919		1919
Holanda		1901		1913		1913	1916	1949
Noruega		1894		1909		1936	1906	1938
Suécia	1901	1916	1891			1913	1934	
Suíça		1911	1911			1946	1924	
Reino Unido	1906	1946		1911		1908		1911

Fonte: FLORA, HEIDENHEIMER (2005, p. 59), adaptado pelo autor.

De acordo com O'Connor (1977), o Estado capitalista procura satisfazer duas funções básicas: tanto a de acumulação, a execução empresarial lucrativa e a acumulação de capital, quanto a de legitimação, harmonia social e cidadania.

Esping-Andersen (1990) considera que o *welfare-state* não é apenas um mecanismo que intervém, e mesmo corrija a estrutura de desigualdade, mas antes, é um sistema de estratificação, uma força ativa no ordenamento das relações sociais. Para o autor, os

³⁶ Onde **E** representa responsabilidade do empregador, **C** representa subsídio compulsório e **SV** representa subsídio voluntário (FLORA, HEIDENHEIMER, 2005, p.59).

sistemas de bem-estar contemporâneos se concretizam pela diminuição da desmercadorização, ou seja, tanto quando a prestação de serviços objetivando o bem-estar da população passa a ser tratada como “questão de direito”, como, também, quando proporcionam à pessoa sobreviver "sem depender do mercado".

Os sistemas de proteção social, na análise de Esping-Andersen (1990), se desenvolvem a partir de argumentos de ordem política, resultado da capacidade de mobilização da classe trabalhadora. Para Esping-Andersen (1990), três são os regimes de *welfare state*, os modelos Liberal, Conservador-corporativo e Social-democrata, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6. Modelos de *Welfare State* segundo a taxonomia de Esping-Andersen.

Modelo	Características	Países
Liberal	Predominância de assistência aos pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência privada	- Estados Unidos - Inglaterra - Canada - Austrália - Nova Zelândia
Conservador-corporativo	Proteção clientelista, acesso seguro e Status trabalho	- Áustria - França - Alemanha - Itália
Social-democrata	Proteção redistributiva, acesso universal e status cidadania	- Suécia - Noruega - Dinamarca

Fonte: ESPING-ANDERSEN (1990), adaptado pelo autor.

Fleury (1994, p.14), tomando como base a dicotomia Estado/sociedade, agrupa as diferentes posições teóricas da natureza do Estado através da consideração da sua institucionalidade, das formas de representação e dos processos de mediação: a) o Estado como instrumento; b) o Estado com derivação; c) o Estado com seletividade estrutural; d) o Estado ampliado; e) o Estado como relação; e f) o Estado consensual.

A autora entende que “a análise da intervenção do Estado nas questões sociais, através das chamadas políticas sociais, tem como corolário a existência de uma relação de direito positivo que se estabelece entre o cidadão e o seu Estado” (FLEURY, 1994, p. 11). Isto significa que “a intervenção estatal via políticas sociais, regulando e/ou propiciando condições de manutenção e reprodução de uma parcela da população, é considerada uma função intrínseca ao Estado moderno, configurando padrões de direitos sociais próprios a cada nação” (FLEURY, 1994, p. 11).

Entretanto, Fleury (1994) pondera que a dinâmica de acumulação capitalista “na gestão estatal pode ser identificada em três momentos do processo de acumulação: a reprodução da força de trabalho, a circulação e o consumo de mercadorias que se realizam nos setores sociais” (FLEURY, 1994, p. 46). A autora conclui que a regulamentação pelo Estado do mercado de trabalho “deve ser compreendida em sua gênese, dinâmica e seus limites, como parte do processo de reprodução ampliada das relações de produção e exploração capitalistas” (FLEURY, 1994, p. 46).

Sen (2000, p. 52) compactua da visão do desenvolvimento como um processo que pode ser exemplificado por coisas do tipo trocas reciprocamente benéficas, da atuação de redes de segurança social, das liberdades políticas, do desenvolvimento social e ou de suas mútuas combinações. O autor entende o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades da pessoa, o qual se torna tanto o fim primordial, “o papel constitutivo”, como também o principal meio do desenvolvimento, “o papel instrumental” (SEN, 2000, p. 52).

Como principal meio de desenvolvimento da expansão das liberdades pessoais, o papel instrumental, Sen (2000, p. 55) enumera, dentre outras, “cinco tipos de liberdades instrumentais”: a) liberdades políticas; b) facilidades econômicas; c) oportunidades sociais; d) garantias de transparência; e e) segurança protetora, conforme apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7. Liberdades instrumentais de Amartya Sen.

Liberdades	Características
Liberdades políticas	Também conhecidas como direitos civis, referem-se às oportunidades de votar, fiscalizar e criticar os governantes.
Facilidades econômicas	Referem-se às oportunidades de utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca.
Oportunidades sociais	São as disposições que a sociedade estabelece nas áreas como da saúde, educação e segurança.
Garantias de transparência	As garantias à liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza.
Segurança protetora	As garantias das disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes.

Fonte: Sen (2000, p. 55), adaptado pelo autor.

Nicholas Barr (2012) entende que há uma forte relação entre a teoria econômica, em particular a economia do bem-estar, com as várias noções de justiça social e de questões políticas. O autor discute as duas equações, “da eficiência econômica e da justiça social”,

e argumenta que em uma economia eficiente, os mercados em concorrência perfeita levam a uma alocação pareto-eficiente dos recursos, mas, por outro lado, também é possível alcançar essa economia eficiente transferindo recursos entre seus setores (BARR, 2012, p. 50).

Assim, pelo exposto acima, procurou-se apresentar a evolução e a discussão sobre os modelos de políticas voltadas ao desenvolvimento e bem-estar dentro da dinâmica do modelo de crescimento capitalista. O que se percebe é que essas relações entre aumento da riqueza das nações e sua respectiva distribuição entre seus cidadãos ainda são motivo de estudos e pesquisas em praticamente todos os lugares do mundo, exatamente porque não há, ainda hoje, um derradeiro consenso, uma derradeira teoria conclusiva sobre suas causas e seus efeitos mútuos.

Essa questão tem uma dimensão mundial, que não se restringe a essa ou aquela nação, a essa ou àquela corrente teórica, mas transcende os diversos ramos das Ciências, ultrapassa as áreas de conhecimento. A questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos (PIKETTY, 2014), ela é de interesse de toda a humanidade. Sendo assim, ela também tem uma dimensão nacional e deve também estar entre as preocupações dos nossos pesquisadores.

Nesse sentido, o próximo passo será exatamente o de discutir esse processo de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social no âmbito brasileiro.

2.2 O desenvolvimento econômico e social no Brasil

De maneira geral, o entendimento acadêmico nacional preponderante é o de que as políticas sociais brasileiras se iniciam na década de 1930, com o final da República Velha e o surgimento da República Militar composta pelos Generais Menna Barreto e Tasso Fragoso e pelo Almirante Isaías de Noronha.

Nas décadas que antecedem a revolução de 30, a atuação estatal se dá de forma fragmentada e localizada em problemas prementes, apesar de já existir uma disposição no sentido de atuar mais globalmente em alguns setores, como a instituição por lei dos Departamentos Nacionais do Trabalho e da Saúde e da promulgação do Código Sanitário

e da Lei Eloy Chaves, criando a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários (BARCELLOS, 1983).

Kerstenetzky (2012) considera que o *welfare state* nacional, que começa a ser formado na década de 1930, segue um padrão inalterável até o final da década de 1970, estando fortemente atrelado ao modelo econômico desenvolvimentista em vigor desse período, onde os principais grupos alvos das políticas sociais são os protagonistas do desenvolvimento econômico: trabalhadores urbanos e funcionários públicos.

Entretanto, a despeito da literatura existente, o estudo do *welfare state* brasileiro está ainda em construção. Há destacados trabalhos que buscam explicar as razões do surgimento do *welfare state* brasileiro na Era Vargas e seu desenvolvimento até o final dos anos de 1980, porém, após a tendência neoliberal, os estudos concentram-se, via de regra, nos resultados no combate à pobreza e pobreza absoluta das famílias brasileiras ou na redistribuição de rendas, ou então, nas avaliações da eficiência econômica de programas e projetos.

Alguns pesquisadores buscam uma tipologia de *welfare state* que seja comum para todos os países Latino Americanos (DRAIBE, 2007; MESA-LAGO, 2002), uma vez que consideram, de forma geral, que os países Latino Americanos têm um passado comum de industrialização tardia, longos períodos de regimes autoritários e recentes reformas neoliberais que levaram a resultados semelhantes em termos de desenvolvimento do *welfare state*.

Contudo, não obstante ser possível considerar um passado latino-americano comum, pode-se indagar o quão semelhante pode ser o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social brasileiro frente aos nossos vizinhos latino-americanos. Kerstenetzky (2012) considera ser aceitável afirmar que o caso do Estado de Bem-Estar Social brasileiro é peculiar, uma vez que ele acomoda características de diversos tipos de *welfare state* em um estado. Essas características são resultado de um longo processo de formação, que tem início na Era Vargas e continua até os dias de hoje. Tal fato proporciona uma sobreposição de políticas sociais que representam diferentes concepções de intervenção do Estado.

A autora, entretanto, considera que, “a não ser pelo timing – não demasiado defasado, já que o Brasil se encontra entre os países pioneiros em esquemas de seguridade social na América Latina – e pelo ritmo de expansão, não se pode falar em um excepcionalismo brasileiro” (KERSTENETZKY, 2012, p. 177).

Kerstenetzky (2012) lista um conjunto de benefícios oferecidos pelo Estado Brasileiro, classificados em sete fases características, conforme o Quadro 8.

Quadro 8. Fases características das iniciativas de proteção social no Brasil.

Período	Referência
1888-1929	Período que abrange a República Velha, com as primeiras iniciativas do Estado, oferecidas basicamente a servidores civis e militares
1930-1945	Período que abrange a Era Vargas, com o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).
1946-1964	Universalismo básico
1965-1987	Período da Ditadura Militar
1988-1994	Período, já na Nova República, caracterizado pela promulgação da Carta de 1988, o universalismo estendido
1995-2002	Período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso
2003-2009	Período de governo dos presidentes membros do Partido dos Trabalhadores

Fonte: KERSTENETZKY (2012), adaptado pelo autor.

A primeira fase da classificação de Kerstenetzky (2012), exatamente a que antecede 1930, apresenta as primeiras iniciativas de proteção social oferecidas aos servidores civis e militares do Estado da Velha República, nas últimas décadas do século XIX. A lista inicia com a criação da Caixa de Socorro dos Empregados das Estradas de Ferro do Estado, benefício que oferece auxílio-doença e auxílio-funeral aos ferroviários. Serão estendidas mais tarde, no início do século XX, aos empregados da indústria e do comércio, circunscritos aos seguros coletivos para a manutenção da renda desses grupos de trabalhadores e, por extensão, de suas famílias.

Destaca-se também, nessa primeira fase, a promulgação da Lei Elói Chaves em 24 de janeiro de 1923, através do Decreto nº 4.682 no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 1923, que institui a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários (BRASIL, 1923), considerada por vários autores como marco inicial da Previdência Social no Brasil, uma vez que, a partir dela, surgem novas Caixas de Aposentadorias e Pensões. Surgem as Caixas das empresas de água, energia, gás, serviços telegráficos, mineradoras, telegrafia entre demais empresas de serviços públicos, que acabam por unificar-se numa

única, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.

A segunda fase da classificação de Kerstenetzky (2012), é comumente entendida pelos pesquisadores como o sendo a do início do *welfare state* brasileiro. Se inicia com o golpe liderado por Getúlio Vargas em 1930 e se encerra exatamente com a sua deposição em 1945. Introduce, conforme a autora, uma extensa pauta de direitos sociais, com um rol de legislações beneficiando a classe trabalhadora: Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Saúde, Justiça do Trabalho, Consolidação das Leis do Trabalho, Carteira de Trabalho, sindicalização, salário-mínimo.

A terceira fase se manifesta no período democrático entre os anos de 1946 e 1964 e, se associada à segunda fase, consolida um conjunto de políticas sociais que tem como objeto, conforme Kerstenetzky (2012), atender os trabalhadores.

Destaca-se, nesse período, a Lei Orgânica da Previdência Social, a Lei nº 3.807, promulgada em 26 de agosto de 1960, que tem por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como, a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar (BRASIL, 1960).

O golpe militar de 1964 é marco para o início da quarta fase de políticas sociais, que acompanha o modelo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização acelerada e que constitui, conforme Kerstenetzky (2012), um universalismo básico: massificação sem universalização efetiva. São criados nesta fase o Ministério da Previdência e Assistência Social, o INPS, o FGTS, dentre outros. Destaca-se a Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966, que dispõe sobre a criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e dá outras providências (BRASIL, 1966).

Como consequência desse processo, o país chega à década de 1980 com um complexo núcleo de programas de transferência monetária e serviços básicos universais que não são capazes, entretanto, de reverter a grande desigualdade social do país, primeiro porque tais políticas não contemplam uma parte considerável da população e também porque, em

muitos casos, apenas reforçam uma estrutura de privilégios existente na sociedade sem alterá-la (DRAIBE, 2000).

Para um melhor entendimento das fases seguintes, são apresentados, conforme a Tabela 5, os valores do Produto Interno Bruto (PIB) em Reais de 2015, do PIB *per capita* em Reais de 2015, ambos a preços constantes de 2015, com dados apresentados pelo IBGE, e o Coeficiente de Gini, com dados oferecidos pelo IPEA, a partir de 1976. Pode-se notar que, nos 34 anos do período compreendido entre 1980 e 2015, houve um expressivo crescimento acumulado do PIB, de 193%, mas um crescimento de apenas 63% do PIB *per capita*.

Tabela 5. PIB e PIB *per capita* a preços constantes de 2015 e Coeficiente de Gini.

Ano	PIB RS milhões	PIB <i>per capita</i> R\$	Coeficiente de Gini	Ano	PIB RS milhões	PIB <i>per capita</i> R\$	Coeficiente de Gini
1976	2.016.645	17.700	0,623	1996	3.599.992	22.315	0,602
1977	2.116.066	18.388	0,625	1997	3.722.206	22.727	0,602
1978	2.221.234	19.111	0,604	1998	3.734.791	22.465	0,600
1979	2.371.390	20.201	0,593	1999	3.752.268	22.235	0,594
1980	2.590.269	21.847	0,593	2000	3.916.915	22.869	0,594
1981	2.480.183	20.433	0,584	2001	3.971.356	22.849	0,596
1982	2.500.768	20.127	0,591	2002	4.092.620	23.213	0,589
1983	2.427.496	19.093	0,596	2003	4.139.310	23.158	0,583
1984	2.558.580	19.669	0,589	2004	4.377.733	24.172	0,572
1985	2.759.429	20.748	0,598	2005	4.517.914	24.636	0,570
1986	2.966.110	21.839	0,588	2006	4.696.913	25.312	0,563
1987	3.070.814	22.158	0,601	2007	4.982.009	26.551	0,556
1988	3.068.971	21.718	0,616	2008	5.235.803	27.613	0,546
1989	3.165.951	21.986	0,636	2009	5.229.215	27.309	0,543
1990	3.028.232	20.657	0,614	2010	5.622.882	29.096	0,543
1991	3.059.468	20.520	0,614	2011	5.842.693	29.973	0,530
1992	3.042.837	20.079	0,583	2012	5.954.755	30.300	0,530
1993	3.192.690	20.734	0,604	2013	6.134.207	30.974	0,520
1994	3.379.554	21.604	0,604	2014	6.140.597	30.781	0,520
1995	3.522.192	22.170	0,601	2015	5.904.331	28.876	0,520

Fonte: IBGE, IPEA, adaptado pelo autor.

Também se percebe que, na década de 1980, a desigualdade social se agrava, com as instabilidades econômicas, congelamentos, hiperinflação e baixo crescimento da economia brasileira: o Coeficiente de Gini que em 1980 era de 0,59, ao final dessa década era de 0,64 (IPEA, 2015). O crescimento acumulado do PIB entre os anos de 1980 e 1990 foi de apenas 17% nesse período (IBGE, 2015).

Dando sequência às fases características das iniciativas de proteção social no Brasil proposta por Kerstenetzky (2012), a quinta fase se inicia com a Constituição de 1988, que traz as diversas forças políticas para o centro da discussão sobre direitos de cidadania.

De fato, há diversos avanços no sentido de ampliação de direitos sociais e expansão do público alvo das políticas. Carvalho (2004) argumenta que os maiores avanços em termos de direitos de cidadania ocorrem em épocas ditatoriais e que revela um contrassenso se compararmos com a experiência europeia relatada por Marshall (1963), onde os direitos sociais são conquistados, em grande medida, através dos direitos políticos.

No Brasil ocorre algo distinto, uma vez que os direitos sociais são concedidos, por vezes, como forma de compensar a supressão dos direitos políticos da sociedade. Tal fato é denominado por Fleury (1994) de *Estado sem cidadãos*, já que os direitos sociais não estão ligados a conquistas do povo e sim considerados como uma benevolência do Estado.

Com a Carta de 1988, têm-se claras as intenções de reverter o padrão de *welfare state* construído no período autoritário e reestruturar as políticas sociais brasileiras. Busca-se, como princípio geral, criar um modelo que possibilite uma abrangente segurança para o cidadão através da ampliação dos direitos sociais, universalização do acesso a uma série de políticas, elevação dos patamares mínimos dos benefícios, além de uma maior desvinculação entre contribuição e benefício (DRAIBE, 2000). No entanto, essa considerável inovação na estrutura de proteção social é apenas parcialmente aplicada, principalmente devido à grande instabilidade econômica vivida pelo país.

Na década de 1990, o país contempla um rol de reformas neoliberais que alteraram o grau de responsabilização do Estado em relação a sociedade e subordinaram as políticas sociais à uma série de regras rígidas de política fiscal. Inicia-se um período de definição do novo perfil do estado de bem-estar social, denominado “universalismo estendido” (KERSTENETZKY, 2012, p. 175).

A década é marcada por reformas, em bom tamanho contraditórias, no que diz respeito à política trabalhista brasileira. De um lado a Constituição de 1988 estende consideravelmente as proteções trabalhistas, tais como o encarecimento da demissão sem justa causa, a redução da jornada de trabalho semanal de 48 para 44 horas, o encarecimento da hora extra trabalhada e a expansão da licença maternidade e extensão

de alguns direitos aos trabalhadores domésticos, até então excluídos, os anos seguintes. Por outro lado, contempla reformas que visam flexibilizar os contratos de trabalho e reduzir o custo para o empregador e de flexibilizar e baratear o trabalho, como a Lei das Cooperativas de 1994, a instituição do banco de horas, que permite o não pagamento das horas extras trabalhadas e a extinção da política de indexação do salário mínimo.

Percebe-se a conjugação de dois modelos de seguridade, um modelo contempla elementos da filosofia bismarckiana, que se destinam a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho (BEVERIDGE, 1943), com seguro social e individualização dos riscos, e outro contempla elementos da filosofia beveridgiana, que tem como principal objetivo a luta contra a pobreza (BEVERIDGE, 1943), e é composto pela seguridade social pura, universal e gratuita.

Com sua promulgação, a seguridade social brasileira passa a contemplar três dimensões de atuação social: a saúde pública, a previdência social e a assistência social. Conforme seu Artigo 194, “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2012, p. 114). Competem ao Ministério da Saúde, ao Instituto Nacional de Seguro e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as responsabilidades pela gestão dessas dimensões assistenciais, conforme o Quadro 9.

O Ministério da Saúde é o responsável pelas políticas da saúde pública, regulamentadas pela Lei no. 8.080/1990, especificamente geridas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e com o dever de promover as ações e os serviços de saúde para todo e qualquer cidadão.

O Instituto Nacional de Seguro, conforme as Leis nos. 8.212/91 e 8.213/91, é o responsável pelas antigas atribuições do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS) e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em específico, dos pagamentos de benefícios, uma vez que a arrecadação das contribuições é de competência da Secretaria da Receita Federal a partir de 2007.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o advento da Lei no. 10.869/2004, é o responsável pela prestação de assistência social à população pelo Estado, independentemente de contribuição.

Quadro 9. Competências da Seguridade Social brasileira.

Dimensão	Competência
Saúde Pública	O Ministério da Saúde é o responsável pelas políticas da saúde pública, regulamentadas pela Lei n. 8.080/1990, especificamente geridas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e com o dever de promover as ações e os serviços de saúde para o cidadão.
Previdência Social	O Instituto Nacional de Seguro, conforme as Leis n. 8.212/91 e 8.213/91, é o responsável pelas antigas atribuições do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS) e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
Assistência Social	O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o advento da Lei n. 10.869/2004, é o responsável pela prestação de assistência social à população pelo Estado, independentemente de contribuição.

Fonte: Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Seguro, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, adaptado pelo autor.

O período seguinte contempla o governo de Fernando Henrique Cardoso, cuja característica é o esforço para a estabilização econômica, com forte ajuste fiscal e com diretrizes mais coerentes para as políticas sociais, mas com desenvolvimento limitado. No início dos anos 2000 há uma clara retomada do compromisso do governo brasileiro com a inclusão social, materializado em políticas compensatórias massivas de transferência direta de renda que busca a retirada da população da situação de extrema pobreza. Essa opção é acompanhada de uma série de condicionalidades como o acesso a programas de educação e saúde e tem como objetivo uma maior inclusão da população marginalizada nas políticas universais já instaladas no país.

No ano de 2001 é implementado o Bolsa-Escola pela Lei n° 10.219, de 11 de abril, vinculado ao Ministério da Educação, com o objetivo de combinar a transferência de renda com o estímulo à educação básica, modelo amplamente utilizado pelos programas de transferência de renda latino americanos. Kerstenetzky (2012) evidencia, nesse período, a prioridade não com a expansão dos gastos públicos, mas com a sua eficiência e racionalidade. Também em 2001, são implementados os programas Brasil Jovem (Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano), pela Portaria n° 879, de 03 de dezembro, e Bolsa-Alimentação, pela Medida Provisória n° 2.206-1, de 6 de setembro de 2001 e regulamento pela Lei n° 10.689, de 13 de junho de 2003, vinculados ao Ministério da Saúde. Em 2002, por sua vez, é implementado o programa Auxílio-Gás, pelo Decreto n° 4.102, de 24 de janeiro, vinculado ao Ministério das Minas e Energia. Dessa forma, no fim do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a “Rede de Proteção

Social” será composta por doze programas assistenciais, com mais de 37,6 milhões de benefícios e gastos estimados em mais de R\$ 30 bilhões (BRASIL, 2002, p. 45), conforme apresentado no Quadro 10.

Quadro 10. Os doze programas da Rede de Proteção Social do governo FHC.

Nome	Público-alvo	Valores	Benefícios
Bolsa Alimentação	Crianças até 6 anos, gestantes e mães no período de amamentação até seis meses, em famílias com até meio SM <i>per capita</i>	R\$ 15,00 por criança	1.300.000
(PETI) Erradicação do Trabalho Infantil	Crianças de 7 a 15 anos envolvidas com trabalho insalubre, penoso ou degradante, em famílias com até meio SM <i>per capita</i>	R\$ 25,00 por criança	810.769
Bolsa Escola	Crianças de 6 a 15 anos em famílias com até meio SM <i>per capita</i>	R\$ 15,00 por criança	8.633,354
Auxílio Gás	Famílias de baixa renda, compensadas pelo fim do subsídio ao preço do gás de cozinha	R\$ 7,50/mês por família	8.108.758
Brasil Jovem	Jovens de 15 a 17 anos residentes em comunidades de baixa renda cuja renda familiar <i>per capita</i> seja de até meio SM	R\$ 65,00/mês	105.000
PIS/Pasep Abono Salarial	Trabalhador que receber em média até 2 SM /mês no ano anterior, cadastrado no PIS/Pasep há pelo menos 5 anos	1 SM	4.434.328
Bolsa Qualificação	Trabalhador com contrato suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação	Base nos 3 últimos salários	10.400
Seguro Desemprego	Trabalhador dispensado sem justa causa e o pescador artesanal durante o período de proibição da pesca	1 SM a R\$ 336,78 durante 5 meses	4.686.233
Seguro Safra	Famílias em situação de risco na área de seca	R\$ 100,00 até 6 parcelas	938.000
Aposentadoria e pensões rurais	Trabalhadores rurais	1 SM	6.370.547
BPC/Loas	Idosos a partir de 67 anos e portadores de deficiência com renda <i>per capita</i> inferior a ¼ Salário Mínimo	1 SM	1.450.660
Renda Mensal Vitalícia	Idosos com mais de 70 anos ou inválidos sem meios de subsistência nem amparo	1 SM	724.124

Fonte: BRASIL (2012), adaptado pelo autor.

A era Lula marca o último período analisado. O país contempla crescimento econômico, explicado em parte pela favorável conjuntura internacional, mas também, pela expansão das políticas e dos gastos sociais e dos estímulos à demanda.

Com a valorização do salário mínimo e da expansão dos gastos com transferências governamentais desses últimos anos, o país contempla uma real aceleração do crescimento econômico. O Quadro 11 apresenta um resumo das políticas sociais no período de 2003 a 2009.

Quadro 11. Políticas sociais no período de 2003 a 2009 do governo Lula.

Ano	Característica
2003	Estatuto do Idoso: redução da idade de 67 anos para 65 anos; benefício recebido por um idoso (ou deficiente) não conta na renda para estabelecer a elegibilidade de outro idoso na família.
2006	Criado o Programa Fome Zero; o PBF é instituído pela consolidação dos quatro programas federais de transferência de renda condicionada (Bolsa-escola, PETI, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação) e mais o Auxílio Gás.
2003	Reforma da Previdência: idade mínima para servidores federais (55M e 60H), contribuição dos servidores inativos sobre a parcela do rendimento que exceder o teto de contribuição do INSS e alteração da forma de cálculo dos benefícios (fator previdenciário); aumento do teto de contribuição para 10 mínimos.
2004	Criado o Programa Universidade para Todos (ProUni): distribui bolsas parciais ou integrais a estudantes de baixa renda.
2004	Regulamentação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS): garantir o acesso, promover a descentralização, determinar os princípios e as finalidades da assistência social e afirmar a atuação pública como sendo central.
2004	Programa Farmácia Popular: subsídios de até 90% do valor de medicamentos genéricos para usuários do SUS.
2005	Emenda constitucional inclui trabalhador doméstico não remunerado na previdência: benefício no valor de um salário-mínimo, vale a famílias de baixa renda.
2006	Emenda Constitucional amplia obrigatoriedade da educação: ensino fundamental obrigatório e estendido de 8 para 9 anos, com o ingresso aos 6 anos.
2006	SIMPLES Nacional, Microempreendedor Individual (MEI) e Plano Simplificado da Previdência Social (PSPS): incentivos tributários a inclusão previdenciária de empresas e trabalhadores informais, e de contribuintes individuais.
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação (POE): visão sistêmica, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social; criação do índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação).
2007	Reuni – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: aumento do quadro de funcionários e docentes, expansão de universidades federais.
2007	Nova regulamentação do BPC alarga o conceito de deficiência.
2008	Fixado piso nacional para professores da rede pública de educação básica.
2009	Emenda Constitucional de obrigatoriedade do ensino: ampliação da obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos, atendimento ao educando e estendido à todas as etapas da educação básica, estabelecimento de um % sobre o PIB para a educação.

Fonte: KERSTENETZKY (2012), adaptado pelo autor.

Conforme Kerstenetzky (2012), o modelo de política como principal promotor de inclusão pós 2000 revela uma opção por um modelo residual e bastante liberal, uma vez que focaliza uma parte reduzida da população que está em situação de extrema necessidade, e pode representar um novo ciclo de responsabilização do Estado em relação aos direitos de cidadania.

Neste último período analisado, do governo Lula, “as políticas de estado do bem-estar ganham um novo alento” (KERSTENETZKY, 2012, p. 231), com novos modelos de

interação entre as políticas sociais e econômicas. A autora percebe dois pontos de inovação nessas políticas: 1) a possibilidade do gasto social causar suas próprias vantagens orçamentárias, tornando esse gasto um fator endógeno à própria política social; e 2) a possibilidade da própria política econômica brasileira traduzir os exemplos de “políticas sociais economicamente orientadas” e “políticas econômicas socialmente orientadas” (KERSTENETZKY, 2012, p. 232), como os encontrados no modelo de desenvolvimento escandinavo.

Kerstenetzky (2012) entende que, “decorridas mais de duas décadas da Constituição cidadão, o Brasil parece finalmente se dirigir para a universalização do seu estado de bem-estar, ainda que de maneira claudicante e não homogênea” (KERSTENETZKY, 2012, p. 246).

Para Dedecca *et al.* (2014), é importante frisar que a capacidade de redistribuir os resultados do crescimento econômico desse período decorre essencialmente da política pública adotada, “as políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda somadas ao aumento do emprego formal fortaleceram de maneira mais acentuada a renda das famílias dos estratos inferiores” (DEDECÇA *et al.* 2014, p. 25).

Para Draibe (2000), os estudos sobre os programas sociais brasileiros não têm mostrado nem uma natureza intrinsecamente populista ou corporativista, nem o desmantelamento dos pilares da proteção social nos períodos de reformas liberais. Especificamente, os programas de transferência de renda acabam por contemplar dois modelos, um primeiro caracterizado como de Direito Social, os programas de Benefício de Prestação Continuada (BPL), que contemplam os grupos sociais incapazes de promover o próprio sustento, tais como idosos e portadores de necessidades especiais, e um segundo, caracterizado como de Política de Governo, o chamado Programa Bolsa Família, que contempla a população pobre e de extrema pobreza.

Bresser-Pereira (2016), ao analisar o contexto brasileiro dos últimos anos, conclui que “o desenvolvimentismo realmente existente é uma ocorrência histórica; é uma forma de organização econômica e política do capitalismo que nos últimos doze anos foi tentada no Brasil sem êxito porque se perdeu no populismo cambial e fiscal” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 238) e propõe outro caminho para o país, baseado no conceito do Novo Desenvolvimentismo.

O autor entende o conceito do Novo Desenvolvimentismo não “como uma forma de organização econômica e política do capitalismo”, mas como uma teoria “histórico-dedutiva baseada nas experiências bem-sucedidas de crescimento acelerado, especialmente a experiência dos países do Leste Asiático” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 238) e abrange, conforme o autor, “a) um método, (b) uma economia política, (c) uma microeconomia, (d) uma macroeconomia, (e) uma política de distribuição e (f) uma economia aplicada” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 239).

Especificamente a respeito da política de distribuição, Bresser-Pereira (2016, p. 243) “propõe que a política para reduzir a desigualdade do Novo Desenvolvimentismo tenha quatro elementos”: a) uma política tributária progressiva; b) a política de construção do Estado social; c) uma política de salário mínimo; e d) a definição de um nível para a taxa de juros em torno do qual o banco central faça sua política monetária.

Assim, pelo exposto acima e dentro do objetivo proposto nesta seção, procurou-se apresentar e discutir as trajetórias dos modelos de políticas de desenvolvimento social no cenário nacional. Percebe-se que o país, do pós-guerra até finais da década de 1970, a despeito das restrições dos direitos políticos, experimenta respeitável crescimento econômico, destacando-se, por vezes, no cenário internacional. Observa-se, entretanto, que essas vitórias econômicas não se traduzem da mesma forma no desenvolvimento do país: nas décadas de 1980 e 1990, de franca estagnação, os nossos problemas sociais básicos, a desigualdade e a pobreza, se agravam.

Será somente após 1994 que as questões sobre crescimento e desenvolvimento parecerão ser conjuntamente planejadas. Entretanto, será apenas no período que se inicia no ano de 2002 que um crescimento voltado ao desenvolvimento passará a ser implementado com eficácia. O aumento da atividade econômica associado a políticas de crédito e a programas de distribuição de renda irá se refletir, de modo inédito no país, na diminuição da pobreza e na queda da desigualdade de renda.

Os reflexos dessas políticas na diminuição da pobreza e na queda da desigualdade de renda são mensurados pelos organismos institucionais e apresentados a seguir. A Tabela 6 apresenta o Índice de Gini das regiões brasileiras e das áreas urbana e rurais, no período entre os anos de 1995 e 2014.

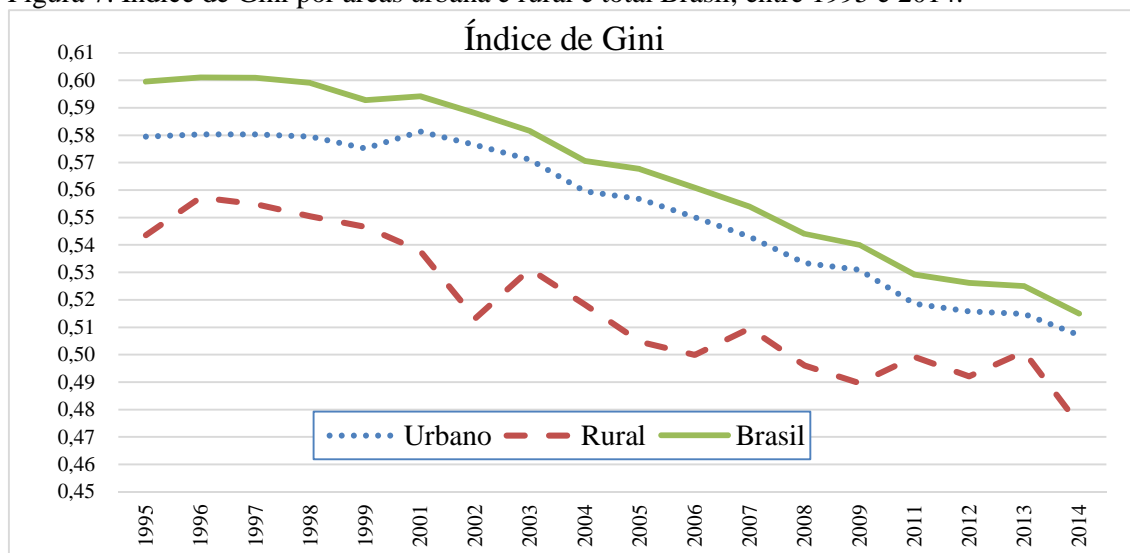
Tabela 6. Índice de Gini por total, regiões do Brasil, entre 1995 e 2014.

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Urbano	Rural
1995	0,60	0,59	0,60	0,57	0,56	0,58	0,58	0,54
1996	0,60	0,58	0,62	0,56	0,56	0,60	0,58	0,56
1997	0,60	0,59	0,62	0,56	0,55	0,60	0,58	0,55
1998	0,60	0,58	0,61	0,56	0,56	0,60	0,58	0,55
1999	0,59	0,57	0,61	0,56	0,56	0,59	0,58	0,55
2001	0,59	0,57	0,60	0,56	0,55	0,59	0,58	0,54
2002	0,59	0,57	0,60	0,56	0,53	0,59	0,58	0,51
2003	0,58	0,54	0,58	0,55	0,53	0,58	0,57	0,53
2004	0,57	0,54	0,58	0,54	0,52	0,57	0,56	0,52
2005	0,57	0,53	0,57	0,54	0,51	0,57	0,56	0,50
2006	0,56	0,52	0,57	0,53	0,50	0,56	0,55	0,50
2007	0,55	0,54	0,56	0,52	0,50	0,57	0,54	0,51
2008	0,54	0,51	0,56	0,51	0,49	0,56	0,53	0,50
2009	0,54	0,52	0,56	0,51	0,49	0,56	0,53	0,49
2011	0,53	0,54	0,54	0,50	0,47	0,53	0,52	0,50
2012	0,53	0,51	0,53	0,50	0,46	0,53	0,52	0,49
2013	0,52	0,52	0,54	0,50	0,46	0,52	0,51	0,50
2014	0,52	0,50	0,51	0,50	0,45	0,51	0,51	0,47

Fonte: IBGE/PNAD, elaborado por IPEA/DISOC, adaptado pelo autor.

Para um melhor entendimento desses dados, pode-se exibir o gráfico do Índice de Gini por área urbana e rural, e do agregado nacional, entre 1995 e 2014, conforme apresentado na Figura 7. Percebe-se claramente a sensível queda da desigualdade de renda no período.

Figura 7. Índice de Gini por áreas urbana e rural e total Brasil, entre 1995 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD, elaborado por IPEA/DISOC, adaptado pelo autor.

Da mesma forma, a Tabela 7 apresenta Índice de Theil, por total, regiões do Brasil e áreas urbana e rural, entre 1995 e 2014.

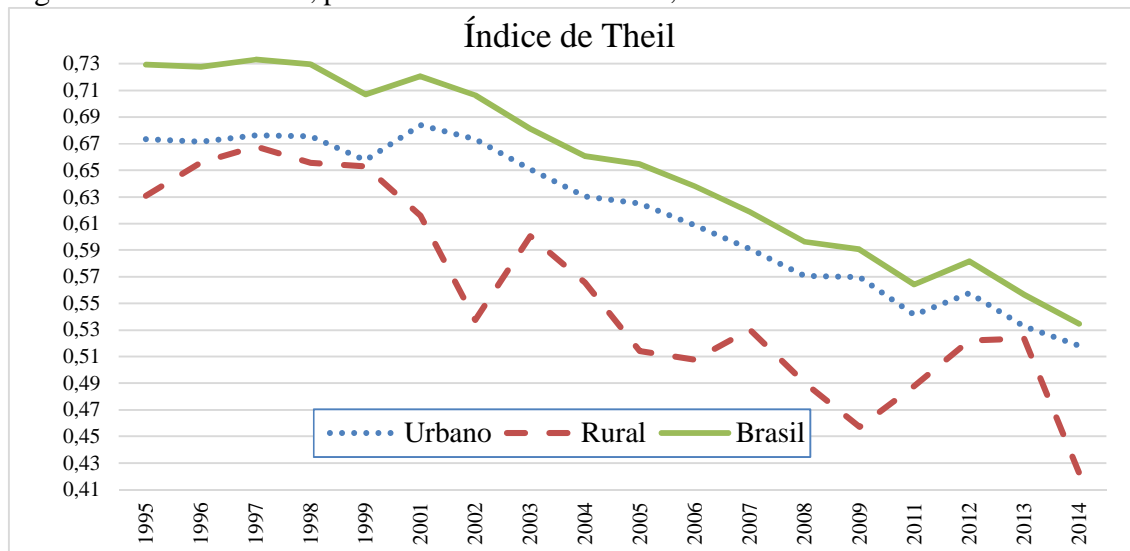
Tabela 7. Índice de Theil, por total, regiões do Brasil, entre 1995 e 2014.

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Urbano	Rural
1995	0,73	0,72	0,81	0,64	0,64	0,68	0,67	0,63
1996	0,73	0,68	0,85	0,62	0,63	0,75	0,67	0,66
1997	0,73	0,73	0,83	0,64	0,61	0,76	0,68	0,67
1998	0,73	0,70	0,81	0,64	0,62	0,76	0,68	0,66
1999	0,71	0,64	0,80	0,61	0,62	0,73	0,66	0,65
2001	0,72	0,68	0,79	0,64	0,60	0,74	0,68	0,62
2002	0,71	0,67	0,78	0,64	0,55	0,72	0,67	0,54
2003	0,68	0,60	0,73	0,61	0,56	0,68	0,65	0,60
2004	0,66	0,61	0,74	0,58	0,54	0,69	0,63	0,57
2005	0,65	0,58	0,70	0,59	0,52	0,70	0,63	0,51
2006	0,64	0,56	0,72	0,57	0,50	0,65	0,61	0,51
2007	0,62	0,60	0,68	0,54	0,51	0,68	0,59	0,53
2008	0,60	0,52	0,67	0,53	0,48	0,67	0,57	0,49
2009	0,59	0,55	0,66	0,52	0,47	0,65	0,57	0,46
2011	0,56	0,59	0,63	0,50	0,43	0,59	0,54	0,49
2012	0,58	0,53	0,61	0,54	0,44	0,59	0,56	0,52
2013	0,56	0,52	0,61	0,51	0,42	0,56	0,53	0,52
2014	0,53	0,51	0,54	0,51	0,39	0,53	0,52	0,42

Fonte: IBGE/PNAD, elaborado por IPEA/DISOC, adaptado pelo autor.

A Figura 8 apresenta o gráfico do Índice de Theil por total e por áreas urbana e rural, entre 1995 e 2014, conforme os dados expostos acima.

Figura 8. Índice de Theil, por total e área urbana e rural, entre 1995 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD, elaborado por IPEA/DISOC, adaptado pelo autor.

Por fim, a Tabela 19 apresenta os dados da Distribuição Percentual da População segundo Situação de Pobreza Definida com Base no Programa Brasil sem Miséria.

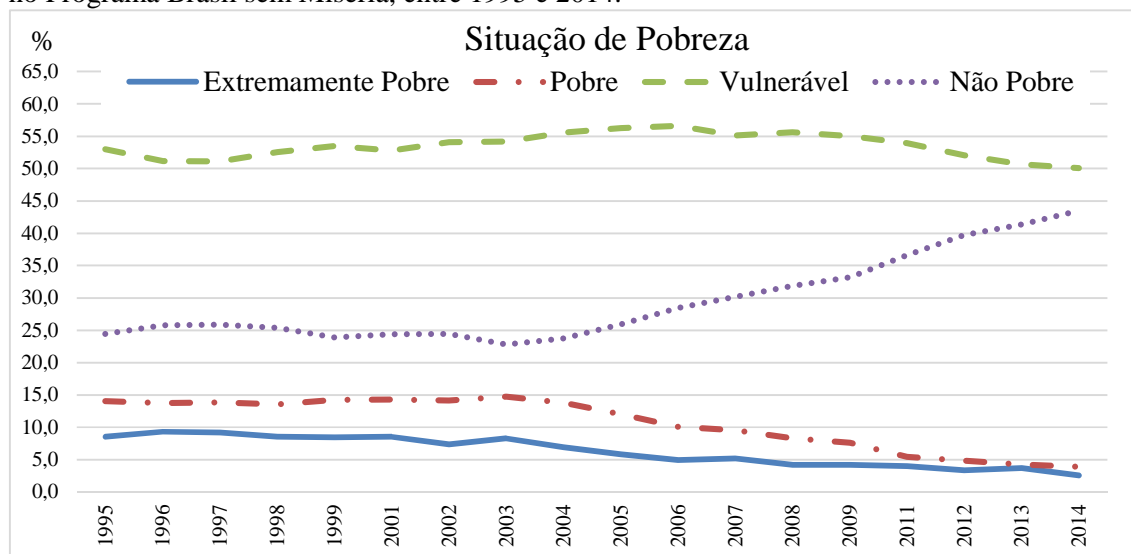
Tabela 8. Distribuição Percentual da População segundo Situação de Pobreza Definida com Base no Programa Brasil sem Miséria, entre 1995 e 2014.

Ano	Extremamente Pobre	Pobre	Vulnerável	Não Pobre
1995	8,5	14,1	53,0	24,5
1996	9,3	13,7	51,2	25,8
1997	9,2	13,8	51,1	25,9
1998	8,5	13,5	52,5	25,4
1999	8,4	14,2	53,5	23,9
2001	8,6	14,3	52,8	24,4
2002	7,4	14,1	54,1	24,4
2003	8,3	14,7	54,2	22,8
2004	6,9	13,8	55,6	23,8
2005	5,8	12,0	56,2	25,9
2006	4,9	10,1	56,6	28,4
2007	5,2	9,6	55,1	30,2
2008	4,2	8,3	55,6	31,9
2009	4,2	7,6	55,0	33,2
2011	4,0	5,4	53,9	36,6
2012	3,4	4,8	52,1	39,7
2013	3,7	4,3	50,7	41,3
2014	2,6	3,9	50,1	43,5

Fonte: IBGE/PNAD, elaborado por IPEA/DISOC, adaptado pelo autor.

Também, da mesma forma, a Figura 9 traz o gráfico da Situação de Pobreza Definida com Base no Programa Brasil sem Miséria, conforme os dados apresentados acima.

Figura 9. Distribuição Percentual da População segundo Situação de Pobreza Definida com Base no Programa Brasil sem Miséria, entre 1995 e 2014.



Fonte: IBGE/PNAD, elaborado por IPEA/DISOC, adaptado pelo autor.

Conforme as Figuras 7, 8 e 9, percebe-se claramente o considerável avanço na distribuição de renda e na diminuição da pobreza no período considerado. Não obstante

o dinamismo da economia não ser seguido pela retomada de investimento, decisivo para possibilitar o tão almejado crescimento com desenvolvimento sustentado, sem dúvida, é vasta a literatura que entende que as políticas sociais praticadas e especialmente os programas de transferência de renda tiveram papel relevante no cenário nacional de distribuição de rendas e de combate à pobreza.

Num contexto mais amplo, percebe-se que, ao longo do período entre os anos de 2004 e 2013, fatores como o aumento real do salário mínimo e a expansão do crédito, fortaleceram o mercado interno de consumo de massa, favorecendo o crescimento do PIB e “ao mesmo tempo, a performance do mercado de trabalho, combinada com as políticas de transferência de renda, promoveu uma substantiva redução da pobreza e nos indicadores de desigualdade” (LUCIO, 2015, p. 23).

Assim, o próximo passo será o de trazer a discussão sobre o entendimento da envergadura e abrangência do programa de proteção social aplicado no Brasil, o Programa Bolsa Família, dentro do contexto nacional dos programas de transferência de rendas condicionadas.

2.3 Programas de transferência de rendas e o Programa Bolsa Família

Programas de transferência de renda são programas de políticas sociais não contributivas que buscam melhores níveis de qualidade de vida e consumo de famílias pobres e de extrema pobreza através de transferências monetárias focalizadas.

Tais programas integram uma nova geração de políticas sociais, no âmbito dos sistemas de proteção social, voltadas ao combate da pobreza. Em boa medida, essa opção é decorrente tanto pela facilidade de implantação, flexibilidade de focalização e rapidez de efetividade de tais programas, como também pelos benefícios políticos oriundos da sua aplicação. Também, “entre os principais fatores apontados pelos analistas, destacam-se a simplicidade de desenho, a flexibilidade da implementação, a agilidade operacional, os relativamente baixos custos administrativos” (DRAIBE, 2009, p. 105).

Esses programas situam-se dentro de um contexto de uma rede de mínimos sociais ou redes de segurança, *safety nets*, que são programas de transferência de renda de carácter

não contributivo direcionados de alguma maneira para os mais pobres ou vulneráveis (GROSH *et al.*, 2008).

Para os autores, uma boa rede de proteção social deve ser: a) apropriada: responder às necessidades da sociedade, adequando-se às circunstâncias particulares; b) adequada: deve prover plena cobertura e benefícios significativos; c) equitativa: deve tratar os beneficiários de forma justa e equitativa, conceder iguais benefícios a indivíduos ou famílias equivalentes; d) custo-efetiva: deve canalizar a maior parte dos seus recursos com ações direcionadas ao público-alvo; e) compatível com incentivos: programas de proteção social podem mudar o comportamento das famílias para melhor ou para pior, portanto devem ter um esquema de incentivos que promova o aumento da renda e dos bens dos beneficiários e a ampliação de oportunidades; f) sustentável: deve ser estruturado de forma equilibrada com outros aspectos dos gastos governamentais; e g) dinâmica: deve acompanhar o andamento das mudanças e novas configurações.

Blank (2002) observa que, em uma análise que leva em conta apenas um período, é possível reduzir a ineficiência gerada por transferência de renda, reduzindo custos administrativos e ineficiências geradas por mudanças de atitudes dos contribuintes e beneficiários. Algumas estratégias para minimizar estas perdas são de focalizar benefícios em indivíduos com baixo poder de agência³⁷, impor condicionalidades que induzam um comportamento positivo dos beneficiários e realizar a transferência por meio do sistema de taxaço já em vigor.

Entretanto, conforme o autor, se levar-se em conta um modelo com mais de um período, essa transferência pode ser revertida em uma economia futura de impostos. Essa economia se dará, por exemplo, se essa transferência melhorar a qualidade da saúde das famílias, gerando a redução do gasto futuro em despesas de saúde, ou ainda melhorando o nível educacional das próximas gerações, economizando recursos em treinamentos de adultos.

Transferências de renda podem representar um investimento na sociedade: uma maior frequência escolar, em decorrência das condicionalidades do programa, pode aumentar o

³⁷ Poder de agência: função ou a capacidade de agir regulatoriamente em nome de terceiro.

capital humano do país. Esses ganhos em capital humano, por sua vez, podem ser revertidos em maior produtividade da indústria.

Também, se tirar-se o foco apenas na renda e pensar-se em ganhos de bem-estar agregado da população, pode ser possível afirmar que a sociedade como um todo auferir ganhos de bem-estar por viver em uma sociedade mais igualitária, cuja tangibilidade são os ganhos decorrentes de uma sociedade mais segura. Dessa forma, programas de transferência de renda com condicionalidades ligadas a educação e saúde podem gerar ganhos de eficiência devido: a) a melhora da produtividade do trabalho; e b) menores gastos futuros com educação para adultos e saúde e ganhos de bem-estar agregado.

Uma possível crítica que Oliveira e Soares (2012) fazem aos programas de transferência de renda focalizados é a do “efeito preguiça”, sugerindo que o benefício concedido à uma família pode levar à acomodação e diminuição da oferta de trabalho de seus membros. “Se o “efeito preguiça” for real, principalmente nas suas formulações mais extremas, a defesa do atual desenho do Programa Bolsa Família faz-se mais difícil e uma reformulação com o fim de impedir tal fenômeno torna-se imperativa. O problema fundamental, é claro, é saber se existe tal efeito” (OLIVEIRA, SOARES, 2012, p. 341). Percebe-se, portanto, que ainda está aberta a discussão de qual o efeito de um programa de transferência de renda como o Programa Bolsa Família na eficiência econômica.

Transferências de renda com recursos advindos da taxação de uma parcela da população, como os programas de proteção social, concedidos por meio de transferências monetárias de renda, podem causar ineficiências econômicas, como custos administrativos e mudanças comportamentais como desincentivo ao trabalho, a poupança e a aquisição de capital humano. A relação entre eficiência e equidade poderá ser considerada um *trade-off* cuja solução pode ser alcançada se nos basearmos na teoria da escolha coletiva, ou ainda em aspectos normativos como base aspectos morais que podem nos dizer o quanto de eficiência uma sociedade deve sacrificar em prol da igualdade.

Atualmente, diversos países latino-americanos se destacam por desenvolverem políticas de transferência de renda condicionada: o Programa Bolsa Família, no Brasil; o Programa de Desarrollo Humano Oportunidades, no México; o Sistema Chile Solidário, no Chile; o Programa Juntos, no Peru; o programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social, na Argentina (Marques, 2013).

No contexto latino-americano, caracterizado por países em desenvolvimento, não obstante a variedade de programas de proteção social concedidos por meio de transferências monetárias de renda, sejam elas de natureza contributiva ou não-contributiva, percebe-se que, desde a década de oitenta, as políticas sociais vêm apresentado visíveis transformações, diminuindo o foco na universalização dos direitos sociais para voltar-se para modelos focalizados na extrema pobreza e, quando possível, na pobreza. O Quadro 12 apresenta os programas de transferência de renda condicionada em implementação na América Latina e Caribe até 2012, conforme Silva (2014).

Quadro 12. Programas de Transferência de Renda Condicionada em implementação na América Latina e Caribe em 2012.

País	Nome do Programa	Início
Honduras	Honduras Programa de Asignación Familiar (PRAF),	1990
	“Bonos 10.000” Programa Presidencial Salud, Educación y Nutrición	2010
México	Oportunidades	1997
Equador	Bono de Desarrollo Humano	1998
Colômbia	Programa Familias en Acción	2000
Jamaica	Programme of Advancement through Health and Education (PATH)	2001
Chile	Chile Solidário	2002
Brasil	Programa Bolsa Família	2003
El Salvador	Red Solidarietà	2005
	Programa Comunidades Solidarias Rurales	2009
	Programa Comunidades Solidárias Urbanas	2009
Peru	Red Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más pobres)	2005
Paraguai	Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Ñpytyvô	2005
República Dominicana	Programa Solidaridad	2005
Panamá	Red de Oportunidades	2006
Costa Rica	Avance	2006
Trinidad e Tobago	Target Conditional Cash Transfer (TCCTP)	2007
Uruguai	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares – AFAM-PE	2008
Bolívia	Programa Bono Madre – Niño “Juana Azudy”	2009
Argentina	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUF)	2009
Guatemala	Mi Bono Seguro	2012

Fonte: SILVA (2014), adaptado pelo autor.

Com a Constituição de 88, a assistência social brasileira assume novos contornos após ser inserida no âmbito da Seguridade Social. Nesse contexto, o assistencialismo³⁸ nacional passa a ser reconhecido como uma política pública, integrando, juntamente com

³⁸ Segundo Alayón (1995), "o assistencialismo é uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração" (ALAYÓN, 1995, p. 48) e difere da ideia da assistência social entendida, a partir do final da década de oitenta, como um direito social.

as políticas de saúde e previdência, um sistema geral de proteção social.

As reformas transformam o padrão de intervenção do Estado e trazem as diversas forças políticas para o centro da discussão sobre direitos de cidadania: desenvolvem-se os programas de amparo à saúde, como o Sistema Único de Saúde e os programas de transferência de renda – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Programa Cartão Alimentação - com o intuito de combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Tais programas serão, no início do século, agrupados num sistema abrangente, conhecido como Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família tem origem no início da gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, após uma breve mobilização em direção à questão da segurança alimentar representada pelo Programa Fome Zero.

Esse programa representa um processo de unificação dos programas nacionais de transferência de renda existentes até o momento, pois, a partir dos programas nacionais de transferência de renda envolvendo o Bolsa-Alimentação (do Ministério da Saúde), o Auxílio-Gás (do Ministério de Minas e Energia) e o Bolsa-Escola (do Ministério da Educação), sob a égide de integração do Programa Fome Zero, é lançado, em 20 de outubro de 2003, o Programa Bolsa Família, regulamentado na Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e no Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

O Programa Bolsa Família pode ser classificado no campo da Assistência Social, porque independe de contra contribuição e é responsável pela transferência direta de renda, com condicionalidades, às famílias brasileiras em situação de pobreza e de pobreza extrema.

Conforme Jaccoud (2013), podem ser identificadas três principais categorias de políticas no atual sistema brasileiro de proteção social: a) garantia de renda, que oferece benefícios monetários diretos, de natureza contributiva ou não contributiva, voltados a indivíduos ou famílias; b) serviços universais, garante ofertas públicas e continuadas no campo dos serviços sociais, com destaque para os sistemas nacionais na educação, saúde e assistência social; e c) políticas para públicos específicos, que atua por meio de políticas públicas inovadoras ou de recortes diferenciados nas já existentes. Segundo o autor, o Programa Bolsa Família situa-se na primeira categoria: garantia de renda, provendo benefícios

monetários diretos a indivíduos ou a famílias em condição de pobreza ou pobreza absoluta.

Esse programa de transferência direta de renda com condicionalidades, favorece famílias em condição de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77,00) e de pobreza (renda mensal por pessoa de R\$ 77,01 a R\$ 154,00), valores em 2016, estando previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. A gestão, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), é descentralizada: tanto a União quanto os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. No nível federal, o MDS é o responsável pelo programa e a Caixa Econômica Federal (CEF) é o agente que responsável pelos pagamentos.

Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), o Programa Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, possuindo três eixos principais: a) complemento da renda: todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal, procurando garantir o alívio mais imediato da pobreza; b) acesso a direitos: as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, oferecendo condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social; e c) articulação com outras ações: o Programa Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (MDS, 2015).

No sentido de dar transparência ao programa, o Governo Federal apresenta, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, algumas informações gerais para o público: a) funcionamento; b) cadastramento; c) benefícios; d) condicionalidades; e e) participação e controle social. Também, quanto a gestão, legislação e valores referentes ao programa: a) gestão do programa; b) dados gerais; e c) legislação (MDS, 2015).

Desde sua implantação até o final do ano de 2014, o Programa Bolsa Família vem ampliando o número de famílias contempladas. Os valores de transferência de renda

também são ampliados. Segundo os dados da Matriz de Informação Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), apresentados na Tabela 9, percebe-se que as transferências de renda pelo programa passam dos 3,8 bilhões de Reais no ano de 2004, contemplando 6,5 milhões de famílias, para 27,6 bilhões de Reais no ano de 2015, mais de oito vezes o dado inicial, e contemplando cerca de 14 milhões de famílias (MDS, 2015).

Tabela 9. Valores repassados e número de famílias beneficiadas pelo PBF a preços correntes.

Ano	Número de famílias beneficiadas	Valor repassado	Ano	Número de famílias beneficiadas	Valor repassado
2004	6.571.839	3.791.785.038,00	2010	12.778.220	14.372.702.865,00
2005	8.700.445	5.691.667.041,00	2011	12.851.345	17.358.384.923,00
2006	10.965.810	7.524.661.322,00	2012	13.902.155	21.156.744.695,00
2007	11.043.076	8.965.499.608,00	2013	14.086.199	24.890.107.091,00
2008	10.557.996	10.606.500.193,00	2014	14.003.441	27.187.295.233,00
2009	12.370.915	12.454.702.501,00	2015	13.936.791	27.650.301.339,00

Fonte: Matriz de Informação Social (MDS), adaptado pelo autor.

Com respeito ao seu funcionamento, são apresentadas as informações sobre quem pode participar (todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 77 mensais e famílias com renda por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154 mensais, desde que tenham, em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos), como se cadastra no programa (no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou apenas Cadastro Único), como as famílias cadastradas entram no programa (a concessão do benefício depende de quantas famílias já foram atendidas no município, em relação à estimativa de famílias pobres feita para essa localidade, respeitando as regras do programa e o limite orçamentário) e como as famílias pode sair do programa (pela não atualização das informações cadastrais, porque melhoraram de renda, e pelo descumprimento dos compromissos nas áreas de educação e de saúde) (MDS, 2015).

Com respeito ao Cadastro Único, é oferecido o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a necessidade de atualização das informações. São informados os tipos de benefícios possíveis de serem obtidos: o Benefício Básico de R\$ 77,00 por pessoa para as famílias extremamente pobres, os Benefícios Variáveis de R\$ 35,00 (até 5 por família) nos casos vinculados à criança ou ao adolescente até 15 anos à gestante e à nutriz, o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, de R\$ 42,00 (até 2 por família), ao

adolescente de 16 a 17 anos, e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, valor calculado individualmente para cada família, valores em 2016 (MDS, 2015).

Também são apresentadas as condicionalidades a serem atendidas para que o programa seja efetivado, na área da Educação (os responsáveis devem matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola, a frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês) e na área da Saúde (os responsáveis devem levar as crianças menores de 7 anos para tomar as vacinas recomendadas pelas equipes de saúde e para pesar, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento e as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas na Unidade de Saúde) (MDS, 2015).

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre finalizado em setembro de 2015, atingiu o percentual de 88,9%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 12.249.025 alunos acompanhados em relação ao público de 13.778.876 alunos com perfil para acompanhamento. Para os jovens entre 16 e 17 anos em recebem o Benefício Vinculado ao Jovem Adolescente (BVJ), o percentual de acompanhamento da frequência escolar exigida foi de 77,2%, resultando em 2.524.574 jovens acompanhados de um total de 3.268.079 jovens com perfil. Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência até o mês de junho de 2015, atingiu 73,9 %, percentual equivale a 8.889.141 famílias de um total de 12.028.496 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde (MDS, 2015).

É vasta a literatura existente sobre os benefícios sociais causados pelos programas de transferência de renda no combate à pobreza absoluta, melhoria da educação, da saúde e do combate à fome das famílias. De igual ordem, a literatura nacional tem dedicado amplo espaço para a investigação dos benefícios que o Programa Bolsa Família exerce nas famílias brasileiras.

Observa-se, nesse sentido, duas frentes características de investigações. De um lado, aquelas dedicadas às pesquisas fundamentadas em modelos econométricos e com dados oferecidos pelos institutos de pesquisa nacionais, como o IBGE, com o PNAD e com o MDS.

A Matriz de Informações Sociais permite consultas aos dados históricos de gestão do Programa Bolsa Família, do Cadastro Único e outros programas do MDS. A ferramenta prevê o agrupamento por municípios e estados e o download das informações em planilhas eletrônicas. Além disso, a lista de beneficiários do Programa Bolsa Família é divulgada por estados, municípios e o Distrito Federal e pode ser acessada pelo site da CAIXA ou pelo Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União (MDS, 2015).

Um exemplo da primeira categoria de pesquisas é a pesquisa sobre os impactos do Programa Bolsa Família de Ferrario (2014), com a constatação do aumento tanto nos gastos com livros e material escolar quanto nos gastos com aves e ovos, legumes e verduras, cereais, leguminosas e oleaginosas, farinha, amido e massas, tubérculos e raízes das famílias beneficiadas, cuja conclusão é de serem satisfatórios os resultados do programa frente aos objetivos de promover a educação e a segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem em situações de pobreza e extrema pobreza.

De outro lado, estudos de casos, com a investigação dos impactos do Programa Bolsa Família nos próprios beneficiários, de forma individual. Trabalhos como o documentário *Libertar – Relatos de Guaribanas do Bolsa Família*, de Obeid, Pereira e Bonfim (2016) trazem as realidades de famílias beneficiadas pelo programa: em 2003, a cidade de Guaribas, no Piauí, detentora de um dos menores índices de IDH do país, foi a precursora do Programa Bolsa Família. Obeid, Pereira e Bonfim (2016) entrevistaram mulheres guaribanas, obtendo o relato dos reais progressos proporcionados pelo programa, tanto para suas vidas, como das suas famílias.

De forma geral, ambas as categorias de pesquisas indicam os efeitos benéficos do Programa Bolsa Família no que se refere a redução da pobreza e da extrema pobreza, aumento da frequência escolar e diminuição da desigualdade.

Conforme Lício (2013), o programa conseguiu, na dimensão das condicionalidades, inserir-se nos protocolos, pactos e compromissos federativos do sistema de política pública, desenvolvendo redes de gestores dos três níveis de governo para a sua implementação no âmbito das políticas de saúde, educação e assistência social. Para a autora, esses são avanços relevantes em termos de organização do Estado para enfrentamento da pobreza, “sobretudo se considerarmos a complexidade que envolve a

gestão de políticas sociais transversais em contextos federativos marcados por desigualdades regionais, como é o caso brasileiro” (LÍCIO, 2013, p. 321).

Assim, com as informações acima apresentadas, procurou-se, conforme o objetivo inicialmente proposto neste Capítulo, apresentar o Programa Bolsa Família no contexto das políticas de transferência de rendas com condicionalidades no âmbito do conceito mais amplo do desenvolvimento social, suas aplicações e abrangência, apresentando seus resultados qualitativos e quantitativos.

Nesse sentido, inicialmente foram tratadas as origens e trajetórias dos modelos de políticas de desenvolvimento social dos países industrializados e do Brasil. Abordou-se modelos de transferências de renda no combate à pobreza e à desigualdade social e, especificamente, o detalhamento do modelo de distribuição de rendas com condicionalidades contemplado pelo Programa Bolsa Família.

O próximo passo da pesquisa é o de examinar e discutir os modelos e teorias do *trade-off* entre crescimento e distribuição e, em seguida, com esse novo suporte teórico, apresentar as nossas opções metodológicas propostas para a modelagem quantitativa econométrica clássica utilizadas nesta pesquisa.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA

O objetivo deste Capítulo é o de, primeiramente, abordar modelos e teorias do *trade-off* entre crescimento e igualdade e, em seguida, apresentar as opções metodológicas da modelagem quantitativa econométrica clássica desta pesquisa, com o desenho detalhado do estudo, a definição e descrição das variáveis pesquisadas, os modelos e procedimentos da econometria básica utilizados, as hipóteses testadas, a discussão das ferramentas de estatísticas descritivas, a formulação do modelo linear dos logaritmos neperianos das variáveis de primeira diferença com estimadores de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e os modelos de regressão de dados em painel de efeitos fixos e os modelos de regressão de dados em painel dinâmico de Arellano e Bond (1991).

Nesse sentido, inicialmente, o Capítulo expõe modelos e teorias do *trade-off* entre crescimento e igualdade, procurando apresentar suas opções metodológicas, seus modelos econométricos, variáveis e fontes, hipóteses testadas e conclusões alcançadas.

Kuznets (1955), um dos pioneiros no estudo das relações entre eficiência econômica e equidade social, entende que existe uma relação em forma de “U invertido” entre eficiência econômica e desigualdade de renda. Para o autor, a desigualdade primeiramente aumenta à medida que os países se desenvolvem até atingir um ponto máximo e, então, começa a diminuir.

A partir de Kuznets, sucede-se um considerável rol de estudos internacionais. Arthur Okun (1975), empregando a metáfora do balde que perde líquido ao ser transportado, sugere que os custos administrativos da redistribuição, mudanças no esforço para o trabalho induzidas pela redistribuição, mudanças no comportamento das disposições de poupar e investir e modificações em atitudes decorrentes da redistribuição pretendida, causam diminuição dos níveis de renda total e o uso menos eficiente de recursos.

A tese do *trade off* entre igualdade e eficiência do autor está baseada na ideia de que, partindo do princípio que os agentes econômicos se tornam mais produtivos em resposta a incentivos monetários, toda e qualquer iniciativa de redistribuição da renda dos indivíduos mais produtivos para os menos produtivos implicará num ajuste negativo do esforço produtivo agregado.

Autores como Ahluwalia (1976), Anand e Kanbur (1993), Alesina e Rodrik (1994), Persson e Tabellini (1994), Clarke (1995), Alesina e Perotti (1996), Mark Partridge (1997), Li e Zou (1998), Aghion, Caroli e Garcla-Pefialosa (1999), List e Gallet (1999), Forbes (2000), Robert Barro (2000), Ugo Panizza (2002), Piketty e Saez (2003), Edward Glaeser (2005), Dong-Hyeon Kim, Ho-Chuan Hawng e Shu-Chin Lin (2011) e Herzer e Vollmer (2011) se sucedem nos diversos estudos, sem, entretanto, convergir razoavelmente para uma única teoria.

Da mesma forma dos estudos internacionais, uma série de estudos brasileiros procuram analisar as inter-relações entre eficiência e equidade.

No caso nacional, a relação entre eficiência e equidade tem sido testada de diversas formas e modelos teóricos e empíricos, os quais se fundamentam em diferentes pressupostos e mecanismos de transferência das implicações da desigualdade, como no trabalho seminal de Langoni (1973) e nos trabalhos mais recentes, como em Bêrni, Marquetti e Kloeckner (2002), Jacinto e Tejada (2004), Bagolin, Gabe e Ribeiro (2004), Salvato, Alvarenga, França e Araujo Junior (2006), Barros e Gomes (2008), Bussmann e Risco (2012) e Dias e Dias (2007) também com resultados diversos. Aborda-se, também, estudos sobre os impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho brasileiro, como em Kakwani, Neri e Son (2009), Menezes Filho e Scorzafave (2009), Foguel e Barros (2010), Tavares (2010), Oliveira e Soares (2012), Rands Barros e Athias (2013), Nunes e Mariano (2015), Cavalcanti *et al.* (2016) e DENES *et al.*, (2016).

Expostos modelos e teorias do *trade-off* entre crescimento e igualdade, o passo seguinte será o de apresentar as opções metodológicas da modelagem quantitativa econométrica desta pesquisa, com seu desenho, definição e descrição das variáveis pesquisadas, modelos e procedimentos da econometria básica utilizados, discussão das hipóteses e formulação do modelo de regressão dos dados em painel.

A pesquisa quantitativa percorre o modelo dedutivo econométrico clássico, perseguindo algumas etapas: 1) exposição da teoria ou hipótese, 2) especificação do modelo matemático da teoria, 3) especificação do modelo estatístico ou econométrico, 4) obtenção dos dados, 5) estimação dos parâmetros do modelo econométrico, 6) teste das hipóteses (GUJERATI, 2006, p. 2).

São utilizadas quatro estratégias principais. A primeira delas será analisar a estatística descritiva com o objetivo de mostrar se as questões colocadas são pertinentes de análise e se as relações estabelecidas nas hipóteses, de fato, se comportam da maneira prevista. Serão sintetizados uma série de valores de mesma natureza que “consiste na recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos” (REIS, 2008, p. 15), apresentando a adequada da dimensão e grandeza das variáveis estudadas nesta pesquisa.

A segunda estratégia será a aplicação de um modelo linear com variáveis na primeira diferença com o método de estimação dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

A terceira e quarta estratégias apresentarão estudos econométricos com dados em painel, tanto estáticos, com modelo de efeitos fixos, quanto dinâmicos, com modelo de Arellano e Bond (1991).

As razões para essa escolha metodológica são: a) pelo fato desta pesquisa buscar o efeito agregado do programa em mercados específicos, quando o uso de dados municipais como unidade e não de indivíduos ou famílias mostra-se mais proveitosos; e b) porque essa escolha possibilita o uso de uma base de dados alternativa que, embora mais complexa de construir, fornece um grupo de dados diverso ao da PNAD, geralmente utilizado em estudos do gênero. A análise também contemplará modelos econométricos dinâmicos autoregressivos.

A observação empírica adota como base de análise os municípios brasileiros, entre 2004 e 2013. A escolha desse intervalo deve-se a três razões principais: a) nos anos de 2002 e de 2003, o Programa Bolsa Família estava ou em fase de implantação ou em fase de início de funcionamento e entende-se que nessa fase poderiam ocorrer alterações de comportamento das famílias revertidas no próprio curto prazo; b) iniciando-se em 2004 já estão refletidos os efeitos perenes do programa; e c) o término da coleta em 2013 deve-se absolutamente à limitação atual de disponibilidade de dados.

Para tanto, e para um correto e seguro manuseio dos dados, serão utilizados o *software* Microsoft® Excel® do pacote Microsoft Office Professional Plus 2013 e o *software* Stata® Data Analysis and Statistical Software.

A escolha de se adotar como base de análise os municípios brasileiros, se, por um lado, percorre um caminho inovador ao analisar os efeitos do Programa Bolsa Família com os agregados dos municípios brasileiros e não propriamente o indivíduo, por outro, impede que outras variáveis não disponíveis por município neste período sejam analisadas.

3.1 Modelos de *trade-off* entre igualdade e eficiência.

O objetivo desta primeira seção do Capítulo III é o de expor, sob o arcabouço histórico-científico dos fenômenos do crescimento e do desenvolvimento apresentados anteriormente, modelos e teorias de *trade-off* entre igualdade e eficiência.

Os primeiros estudos sobre as relações entre os efeitos do crescimento econômico no desenvolvimento social, entendido como fenômeno explicativo da melhora de qualidade de vida e traduzido por diversos indicadores tais como desigualdade de renda, escolaridade, ou mortalidade e mortandade infantil, provêm da teoria neoclássica.

Destaca-se a hipótese de Kuznets (1955) como o trabalho pioneiro dos estudos da área. O autor propõe duas questões sobre o crescimento econômico, primeiro se a desigualdade na distribuição de renda aumenta ou diminui à medida que ocorre o crescimento econômico e, segundo, quais fatores determinam a desigualdade de renda no longo prazo.

A investigação de Kuznets tem como base a observação das mudanças de longo prazo na distribuição de renda pessoal apresentadas tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra e Alemanha, quando da transição de suas economias da produção agrícola para a predominância da produção industrial.

Kuznets (1955) considera que a distribuição de renda total de uma população pode ser decomposta em duas distribuições de renda distintas, uma correspondente a da população do setor rural e outra correspondente a da população do setor urbano. Também considera que a renda *per capita* da população urbana é maior que a renda *per capita* da rural e que a desigualdade nas participações percentuais dentro da distribuição da população rural é menor que a da urbana. Dessa forma, quando da migração de parte da população do setor rural para o setor urbano, num primeiro momento ocorre o aumento da desigualdade, com a concentração de pessoas na região urbana. O nível de desigualdade cresce num primeiro

momento, devido ao fato que o nível de renda dos indivíduos que migraram do setor rural para o urbano é menor. Porém, num segundo momento, com o aumento da renda dos migrantes, o nível de desigualdade se reduz.

Kuznets (1955) conclui que, durante o processo de crescimento econômico de uma sociedade, no curto prazo, num primeiro estágio em que a economia se movimenta da agricultura para a indústria, a desigualdade de renda se eleva até um nível máximo. Num segundo momento, no longo prazo, de expansão da industrialização, segue-se um período de desconcentração de renda, que resulta em uma relação representada por uma curva na forma de “U invertido”.

A partir de Kuznets, uma série de estudos procuram analisar as inter-relações entre eficiência econômica e equidade social, com conclusões distintas e sem existir ainda um definitivo consenso sobre a matéria.

Okun (1975) apresenta a tese de um *trade off* entre igualdade e eficiência, baseada na ideia de que, partindo do princípio que os agentes econômicos se tornam mais produtivos em resposta a incentivos monetários, toda e qualquer iniciativa de redistribuição da renda dos indivíduos mais produtivos para os menos produtivos implicará num ajuste negativo do esforço produtivo agregado. O autor considera que se uma renda marginal não estiver diretamente relacionada com a eficiência, os indivíduos menos produtivos não terão estímulos para se tornarem mais produtivos e, por outro lado, os mais produtivos perderão o estímulo para o esforço marginal da eficiência. Dessa forma, não só a capacidade produtiva estará sendo desperdiçada, mas também a própria renda total poderá diminuir.

A metáfora do balde furado representa a tentativa do governo de transferir renda dos mais ricos para os mais pobres, renda esta que se perda pelo caminho, ou, conforme o autor, “*the money must be carried from the rich to the poor in a leaky bucket. Some of it will simply disappear in transit, so the poor will not receive all the money that is taken from the rich*” (OKUN, 1975, p. 91).

Na sequência, diversos pesquisadores desenvolvem estudos sobre a questão da eficiência e equidade. Ahluwalia (1976) pondera que a aceitação generalizada da hipótese de Kuznets acaba por criar a descrença das implicações de bem-estar no processo de desenvolvimento. O estudo analisa a base teórica da hipótese de Kuznets usando

regressão múltipla para estimar relações *cross-country*, isto é, transversalidade entre países, entre a desigualdade nas ações de rendimento de vários grupos de percentis, escolhendo as variáveis que expliquem diferentes aspectos do processo de desenvolvimento. Apesar de não desenhar relações de causalidade, o autor descreve "fatos estilizados" observáveis, para possíveis explicações teóricas (AHLUWALIA, 1976, p. 128).

Sudhir Anand e Sanjiv M. Ravi Kanbur (1993) investigam as propriedades do processo de Kuznets usando o modelo para gerar equações representativas da extensão entre a desigualdade de desenvolvimento para a desigualdade alternativa, fornecendo estimativas destas equações usando *cross-section*, isto é, seção transversal dos dados apresentados no artigo *The Kuznets process and the inequality – development relationship*. Os autores concluem que no curso do desenvolvimento, a “população passa de um setor de baixa desigualdade e de baixa média para um setor de alta desigualdade de alta média”, mantendo-se inalterada a média setorial e os níveis de desigualdade ao longo do tempo (ANAND; KANBUR, 1993, p. 47).

Alesina e Rodrik (1994), em *Distributive Politics and Economic Growth*, utilizando dados em *cross section* de um modelo de crescimento endógeno, relacionam o crescimento econômico com a renda *per capita*, desigualdade medida pelo coeficiente de Gini e taxa de matrícula na escola de primeiro grau no período de 1960 a 1985, em diversos países.

O resultado obtido pelos autores sugere que o nível dos impostos definido pelo governo obedece ao escolhido pelo eleitor mediano e que quanto mais desigual for a distribuição na economia, menor será a posse de capital desse eleitor. Dessa forma, esse eleitor, de poucas posses, apoiará as políticas públicas que mais tributem o capital, oferecendo maiores possibilidades de redistribuição, mas por outro lado, prejudicando a eficiência econômica. Os autores acabam por concluir que a desigualdade na posse da terra e da renda está negativamente correlacionada com o subsequente crescimento econômico, ou, conforme o autor, “*we present empirical results that show that inequality in land and income ownership is negatively correlated with subsequent economic growth*” (ALESINA; RODRIK, 1994, p. 465).

Persson e Tabellini (1994) apresentam um modelo a partir das teorias do crescimento endógeno e da política endógena, o qual é aplicado a dados de corte transversal de um

conjunto de países. Os autores consideram que a desigualdade é prejudicial para o crescimento argumentando que “*a society where distributional conflict is more important, political decisions are more likely to produce economic policies that allow private individuals to appropriate less of the returns to growth promoting activities, such as accumulation of capital and productive knowledge*” (PERSSON; TABELLINI, 1994, p. 1), ou seja, em uma sociedade onde o conflito distributivo é mais importante, as decisões políticas são mais propensas a produzir políticas econômicas que permitam aos indivíduos privados de apropriar-se menos dos retornos às atividades promotoras do crescimento, tais como a acumulação de capital e conhecimento produtivo.

Nas amostras pesquisadas, os autores encontram uma relação negativa estatisticamente significativa e quantitativamente importante entre desigualdade e crescimento e concluem, após uma análise de sensibilidade abrangente, que os resultados não são distorcidos por erros de medição, onexo de causalidade, heterocedasticidade, ou outros problemas econométricos.

Clarke (1995) entende que a desigualdade não é uma condição necessária para o crescimento e, de fato, a desigualdade inicial está negativamente correlacionada com o crescimento a longo prazo. Segundo o autor, “*adding an interaction term between regime type and inequality variables affects neither the sign nor the significance of the inequality variables*” (CLARKE, 1995, p. 404), ou seja, a evidência empírica mostra que a correlação negativa observada não depende do regime político - se um país é uma democracia ou não.

Em *Income distribution, political instability, and investment*, Alesina e Perotti (1996) estudam os efeitos da distribuição de renda sobre o investimento, concentrando-se na instabilidade política como o canal que liga essas duas variáveis. Para os autores, a desigualdade de renda aumenta o descontentamento social, aumentando a probabilidade de golpes, revoluções, violência em massa ou, de modo mais geral, através do aumento da incerteza política e ameaçando os direitos de propriedade, causa efeito negativo sobre o investimento e, conseqüentemente, reduz o crescimento.

Trabalhando com uma estimativa em uma seção transversal de 71 países para o período entre os anos de 1960 e 1985, do tipo *cross section*, num sistema de duas equações em que as variáveis endógenas são investimento em capital físico e uma medida de

instabilidade política, os autores concluem que há uma relação inversa entre desigualdade e investimento e, conseqüentemente, entre desigualdade e crescimento, uma vez que o investimento é o elemento chave do crescimento, ou, conforme os autores, “*the latter, by increasing the probability of coups, revolutions, mass violence or, more generally, by increasing policy uncertainty and threatening property rights, has a negative effect on investment and, as a consequence, reduces growth*” (ALESINA, PEROTTI, 1996, p. 1204).

Partridge (1997) discute o modelo de Persson e Tabellini (1994) de ser plausível uma relação negativa entre desigualdade e crescimento econômico. Sua pesquisa utiliza dados em painel dos estados norte-americanos para explorar a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda, empregando os modelos *pooled* e mínimos quadrados em dois estágios.

O autor obtém uma relação positiva entre desigualdade e crescimento e conclui que “*they imply that policy makers should not only be concerned with the distributional implications of government policies for political and social reasons, but also because income distribution has long-run effects on economic growth*” (PARTRIDGE, 1997, p. 1019), ou seja, os formuladores de políticas não devem se preocupar apenas com as implicações distributivas das políticas governamentais por razões políticas e sociais, mas também porque a distribuição de renda tem efeitos a longo prazo sobre o crescimento econômico.

Li e Zou (1998), em *Income Inequality is not Harmful for Growth: Theory and Evidence*, demonstram teoricamente que a desigualdade de renda pode levar a um maior crescimento se a função utilidade incluir o consumo público. O artigo faz uma releitura da relação entre distribuição de renda e crescimento econômico, considerando nos gastos do governo os serviços de produção e de consumo de serviços. Os autores apresentam extensa análise estatística para testar a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico com base em um conjunto de dados da distribuição de renda.

Ao comparar a taxa de crescimento do PIB com o coeficiente de Gini e outras variáveis explicativas típicas, os coeficientes de regressão estimados para os coeficientes de Gini são positivos em todos os casos e com significância considerável.

Aghion, Caroli e Garcia-Peñalosa (1999), em *Inequality and economic growth: the perspective of the new growth theories*, estudam as relações entre crescimento e desigualdade, apresentando um modelo em que as dotações de riqueza ou de capital humano entre os indivíduos são heterogêneas e os mercados de capitais são imperfeitos. Nessas condições, a desigualdade pode ter efeito negativo direto sobre o crescimento por pelo menos três motivos: a) reduz oportunidades de investimento; b) piora os incentivos à tomada de empréstimos; e c) gera volatilidade macroeconômica. Dessa forma, tornar-se-iam desejáveis políticas redistributivas permanentes, as quais teriam como importantes ferramentas as transferências ou os subsídios aos tomadores de empréstimo, uma vez que as imperfeições dos mercados de capitais estariam na raiz da relação entre crescimento e desigualdade.

List e Gallet (1999), em *The Kuznets Curve: What Happens after the Inverted-U?*, usando Índice de Gini e a renda per capita em 71 países, entre os anos de 1961 e 1992, chegam ao U invertido assimétrico quando, após certo nível de renda per capita, a desigualdade volta a subir, explicado pela migração do setor secundário para terciário. O estudo inclui um conjunto de vários níveis de desenvolvimento ao longo do período para estimar uma forma mais flexível da especificação de Kuznets. Os resultados fornecem um suporte *cross-country* para a evidência de séries temporais recentes que sugerem que economias desenvolvidas, como os EUA, estão em um período de crescente desigualdade de renda.

Forbes (2000), em *A Reassessment of the Relationship Between Inequality and Growth*, discute a crença de que a desigualdade de renda tem uma relação negativa com o crescimento econômico. A autora usa um conjunto de dados sobre a desigualdade de renda que não só reduz os erros de medição, mas também permite a estimativa através de uma técnica de dados em painel. A estimativa em painel torna possível controlar os efeitos específicos de cada país invariantes no tempo, eliminando potencial viés.

Os resultados apresentados pela autora sugerem que, no curto e médio prazo, um aumento no nível de desigualdade de renda de um país tem uma relação positiva significativa com o crescimento econômico subsequente. Tais resultados contrariam aqueles que sugerem que a desigualdade é maléfica para o crescimento. A autora priorizou o uso de um modelo simples de crescimento, tal como Li e Zou (1998), e tomou como base uma equação semelhante à de Alesina e Perotti (1996), analisando o crescimento de 45 países no período de 1966 a 1995.

Barro (2000), analisa os efeitos da desigualdade de renda sobre o desempenho macroeconômico utilizando uma estrutura para os determinantes do crescimento econômico desenvolvidas pelo próprio autor. Barro afirma que várias teorias tentam explicar as relações macroeconômicas de desenvolvimento e desigualdade. Estas teorias são divididas em quatro áreas: imperfeições do mercado de crédito; política econômica; instabilidade social; e taxas de poupança. Seus resultados indicam que há evidências, em um amplo painel de países, que existe pouca relação global entre desigualdade de renda e taxas de crescimento e de investimento e que, no caso do crescimento, “há uma indicação de que a desigualdade retarda o crescimento nos países pobres, mas incentiva o crescimento em lugares mais ricos” (BARRO, 2000, p. 29).

Panizza (2002) apresenta seu trabalho com dados em painel regionais de distribuição de renda com algumas semelhanças com trabalhos anteriores, como em Partridge (1997) e em Forbes (2000). Seus resultados, diferentemente dos anteriores que utilizaram dados em painel, não apresentam evidências de uma relação positiva entre desigualdade e crescimento, mas traz alguns indícios de uma associação negativa, apesar de a mesma não ser robusta. Conclui, assim, que algumas pequenas diferenças na técnica de estimação e no método de mensuração da desigualdade podem resultar em diferentes conclusões.

Piketty e Saez (2003), em *Income Inequality in the United States, 1913-1998*, a partir da hipótese de Kuznets, consideram que atualmente a curva de Kuznets é amplamente confirmada, especialmente nos Estados Unidos, com o período de redução da desigualdade observada durante a primeira metade do século XX e sendo sucedida por uma reversão da tendência desde os anos 1970.

Para os autores, o resultado obtido não significa que a hipótese de Kuznets já não seja de interesse, ao contrário, pode-se argumentar que o que vem acontecendo desde a década de 1970 é apenas uma nova versão do U-invertido: a nova revolução industrial induzindo a uma crescente desigualdade que diminuirá novamente em algum momento, como mais e mais trabalhadores beneficiando-se das inovações tecnológicas.

Glaeser (2005), revisa cinco fatos marcantes sobre a desigualdade entre os países, como em Kuznets (1955): a) primeiro a desigualdade sobe para então cair com a renda; b) sociedades mais desiguais são muito menos propensas a ter democracias ou governos que respeitem os direitos de propriedade; c) sociedades desiguais têm menos redistribuição e

têm-se pouca ideia se a redistribuição reduz a desigualdade ou a desigualdade reduz a redistribuição; d) a desigualdade e a heterogeneidade étnica estão altamente correlacionadas, ou por causa de diferenças de heranças educacionais em todas as etnias ou porque a heterogeneidade étnica reduz redistribuição; e d) há mais desigualdade e menos redistribuição nos EUA do que na maioria dos outros países desenvolvidos.

A conclusão do autor é que o aumento da industrialização origina ações governamentais mais efetivas no que se refere à redistribuição da renda, gerando assim a diminuição da desigualdade, conforme preconizado por Kuznets (1955).

Dong-Hyeon Kim, Ho-Chuan Hwang e Shu-Chin Lin (2011), em *Kuznets hypothesis in a panel of states*, trabalham com a hipótese de Kuznets tendo por referência um painel de medidas de desigualdade da renda anual dos 48 estados dos Estados Unidos no período pós-guerra, entre os anos de 1945 e 2004, usando estimadores de correção de erro do painel dinâmico.

Os autores concluem “*it detects a long-run cointegrating association between inequality and development (as well as its squared term). Moreover, their relationship is better characterized by a U shape rather than the inverted-U profile asserted by Kuznets (1955)*” (KIM; HUANG; LIN, 2011, p. 250), ou seja, que há uma associação de longo prazo entre desigualdade e desenvolvimento e que essa relação é melhor caracterizada por uma forma de U em vez do perfil de U invertido, afirmado por Kuznets.

Herzer e Vollmer (2011), em *Inequality and growth: evidence from panel cointegration*, com base em dados em painel, obtém uma relação negativa entre desigualdade e crescimento. São utilizadas técnicas de cointegração em painel para analisar dados de 46 países no período de 1970 a 1995. A conclusão dos autores é que a desigualdade tem efeito de longo-prazo negativo sobre a renda.

Seguindo a tendência mundial, o *trade-off* entre eficiência e equidade também tem sido testado por modelos teóricos e empíricos nas pesquisas brasileiras.

Pode-se afirmar que o marco inicial dos trabalhos relacionados à desigualdade de renda no Brasil encontra-se nas pesquisas de Langoni (1973), apresentadas na sua obra *Distribuição de Renda e Crescimento no Brasil*, de 1973. O autor entende que a desigualdade da renda agregada está relacionada a uma medida de decomposição dos

salários em setores da economia e conclui que o aumento da desigualdade é um fenômeno transitório, associado à aceleração do crescimento econômico.

Nos trabalhos recentes, Bêrni, Marquetti e Kloeckner (2002), em *A desigualdade econômica do Rio Grande do Sul: primeiras investigações sobre a curva de Kuznets*, pesquisam a existência de uma relação estatística entre desigualdade e distribuição de renda dos 333 municípios do Rio Grande do Sul, utilizando dados não paramétricos, em *cross-section* para o coeficiente L de Theil em função da renda, tanto para a agropecuária como para a indústria e serviços. Os autores constataam da hipótese de Kuznets.

Jacinto e Tejada (2004), em *Desigualdade de Renda e Crescimento Econômico nos municípios da Região Nordeste do Brasil: o que os Dados têm a Dizer?*, estudam a hipótese de Kuznets, para municípios do Nordeste brasileiro. Os autores constataam que os resultados obtidos não rejeitam a curva de Kuznets na relação entre desigualdade e crescimento econômico.

Bagolin, Gabe e Ribeiro (2004), em *Crescimento e Desigualdade no Rio Grande do Sul: uma revisão da Curva de Kuznets para os municípios gaúchos (1970-1991)*, estudam a hipótese de Kuznets para os municípios do Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos pelos autores não confirmam a hipótese de Kuznets.

Salvato, Alvarenga, França e Araujo Junior (2006), em *Crescimento e Desigualdade: evidências da Curva de Kuznets para os municípios de Minas Gerais - 1991/2000*, estudam a hipótese de Kuznets nos 853 municípios de Minas Gerais, usando dados *cross-section* e dados em painel para obter uma melhor relação entre crescimento econômico e a desigualdade na distribuição de renda nos municípios. Os autores concluem pela conformidade com da hipótese de Kuznets, na relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico.

Brito e Kerstenetzky (2006) procuram traçar um perfil do beneficiário do programa Bolsa Família em termos de sua situação no mercado de trabalho, explorando duas bases de dados, o Cadastro Único de 2008 e a PNAD de 2006. As autoras concluem que, com as bases utilizadas “não foi possível, com as bases utilizadas, apurar efeitos do programa sobre o mercado de trabalho” (BRITO; KERSTENETZKY, 2006, p. 34).

Dias e Dias (2007) testam empiricamente um modelo de crescimento econômico que incorpora educação, distribuição de renda e nível tecnológico. Nesse estudo, os autores consideram que uma das variáveis importantes é a razão da escolaridade dos empregados e empregadores. As demais variáveis utilizadas são variáveis relacionadas à desigualdade de renda e uma medida de tecnologia.

Os autores concluem pelos efeitos negativos da distribuição de renda, especialmente quando consideram o índice de Gini e a variável de concentração de renda dos 10% mais ricos. Outrossim, constatam que “a proporção de renda dos 40% mais pobres e a da classe média ampla indicam os benefícios das políticas de redistribuição de renda em favor destas classes sobre a taxa de crescimento da produtividade” (DIAS; DIAS, 2007, p. 736).

Barros e Gomes (2008), em *Desigualdade e desenvolvimento: a hipótese de Kuznets é válida para os municípios brasileiros?*, estudam os 5.507 municípios brasileiros no período entre 1991 e 2000, com índices de Gini e L de Theil. Para fins de diferenciação, as medidas de desenvolvimento aplicadas pelos autores são a renda *per capita* em R\$ 1.000,00 e a razão entre a população urbana e a população total. Os autores concluem pela hipótese de Kuznets utilizando o polinômio de 2º grau, porém não confirmam ao aplicar o polinômio de 3º grau utilizado por List e Gallet (1999).

Menezes Filho e Scorzafave (2009), consideram que a ampliação dos programas de transferência de renda condicionada, como o Programa Bolsa Família, levou a uma queda constante da desigualdade no Brasil e que essa evidência sugere que, após um período de adaptação à liberalização do comércio e reformas de privatização, o Brasil tem encontrado um caminho estável de desenvolvimento.

Kakwani, Neri e Son (2010) analisam a relação entre os padrões de crescimento, da pobreza e da desigualdade no Brasil durante o processo de globalização, concentrando-se sobre o papel desempenhado pelos programas sociais no mercado de trabalho.

Utilizando dados da Pesquisa Nacional de Domicílios brasileira (PNAD) entre os anos de 1995 e 2004, os autores trazem duas contribuições para a literatura: uma delas é a proposta de uma nova medida do crescimento pró-pobre, que liga as taxas de crescimento na renda média na desigualdade de renda e a outra é uma metodologia de decomposição que

explora as ligações entre três dimensões: padrões de crescimento, performances do mercado de trabalho e as políticas sociais (KAKWANI; NERI; SON, 2010).

Foguel e Barros (2010) estimam os efeitos dos Programas Condicionais de Transferência de Renda sobre a oferta de trabalho de mulheres e homens adultos no Brasil, utilizando o painel de municípios que são continuamente cobertos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), durante o período entre 2001 e 2005. Os efeitos são estimados tanto sobre a taxa de participação, como sobre o número médio de horas trabalhadas e “os resultados indicam que os efeitos não são significativos tanto do ponto de vista estatístico como em termos de magnitude” (FOGUEL; BARROS, 2010, p. 259).

Tavares (2010) investiga a existência de um possível incentivo adverso à oferta de trabalho das mães beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, utilizando o procedimento de *propensity score matching* para encontrar mães não atendidas pelo programa comparáveis às mães atendidas. Os resultados apontam a existência de um efeito-renda negativo associado ao valor do benefício, uma vez que quanto maior a transferência recebida, menor o engajamento da mãe no mercado de trabalho. Entretanto, para a autora, “os resultados mostram que, embora exista um efeito-renda negativo sobre as decisões de trabalho das mães, expresso pelo coeficiente associado ao valor do benefício, ele não parece ser suficiente para gerar o chamado ‘efeito-preguiça’” (TAVARES, 2010, p. 630).

Bussmann e Risco (2012), em *Mensuração da desigualdade e do crescimento no estado de Minas Gerais: estimação da curva de Kuznets*, estudam a desigualdade de renda e crescimento econômico no estado de Minas Gerais. Os autores concluem pela não confirmação da hipótese de Kuznets.

Oliveira e Soares (2012) analisam a questão do efeito preguiça como crítico a qualquer programa de transferência de renda e, em específico, ao Programa Bolsa Família, “segundo esta crítica, um dos efeitos de outorgar um benefício condicionado ao fato de uma família possuir uma renda baixa pode levar a acomodação e diminuição da oferta de trabalho de seus membros” (OLIVEIRA; SOARES, 2012, p. 7). Para os autores, se o “efeito preguiça” for real, a defesa do atual desenho do Programa Bolsa Família torna-se mais difícil e uma reformulação com fim de impedir tal fenômeno torna-se imperativa.

Os autores concluem que os programas de transferência de renda condicionados impactam de forma pequena sobre o mercado de trabalho, e que alguns destes impactos, como a redução da jornada de trabalho das mães e o aumento na probabilidade de trabalho para certos grupos, são positivos (OLIVEIRA SOARES, 2012, p. 30).

Rands Barros e Athias (2013) apontam que o Programa Bolsa Família tem um efeito importante no aumento da formalização do trabalho uma vez que impulsionou a cadeia de consumo criando empregos em setores geralmente bastante formalizados. Os autores entendem que as transferências de renda devidas ao Programa Bolsa Família podem causar um aumento de salários no novo equilíbrio de mercado do município, “assim, a renda gerada na região que recebe mais transferências se eleva pelo componente lucro e pelo componente emprego, já que ele será maior no novo equilíbrio” (RANDS BARROS; ATHIAS, 2013, p. 183).

Para os autores, “em uma versão de equilíbrio geral, em que os salários também possam reagir ao maior emprego, também pode se concluir que haverá um aumento da renda por causa deles” (RANDS BARROS; ATHIAS, 2013, p. 183).

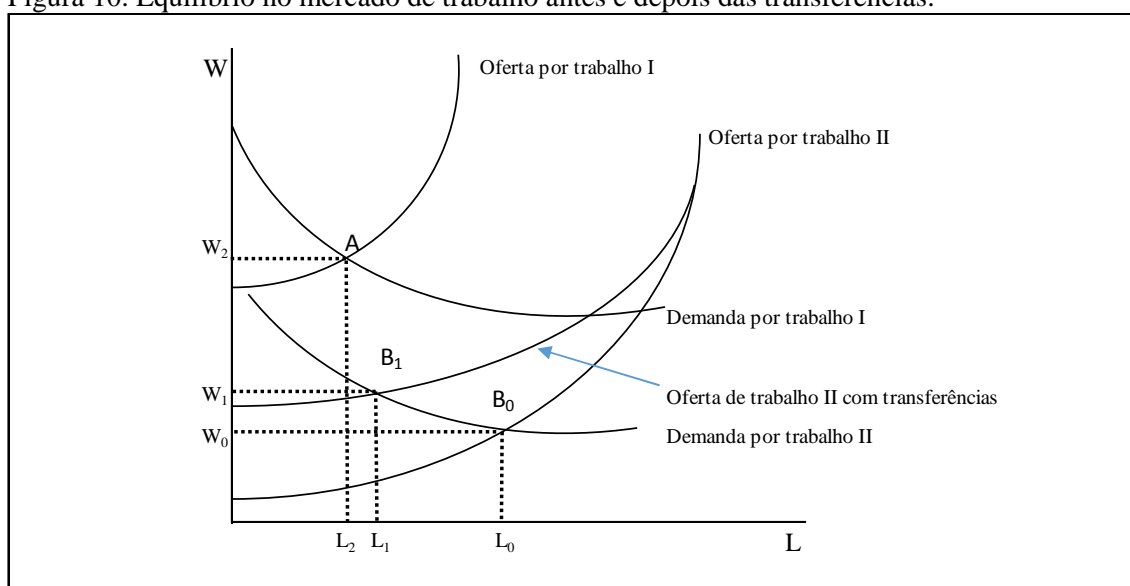
Os autores separam o mercado de trabalho em dois grupos. O primeiro grupo é formado por trabalhadores com maior qualificação e com maior rendimento e que não é elegível ao Programa Bolsa Família, o mercado de trabalho I. Um segundo grupo para o qual os programas de transferência como o Bolsa Família são dirigidos, o mercado de trabalho II, apenas para os mais pobres. Para esse segundo grupo, os autores entendem que “quanto maiores as transferências, maior o salário que terá de ser pago para que haja um dado patamar de oferta de trabalho” (RANDS BARROS; ATHIAS, 2013, p. 185), causando uma escassez relativa de mão de obra forçando o salário de equilíbrio a se elevar.

Com estimações feitas, para cada conjunto de equações, utilizando o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), com correção da heterocedasticidade pelo método de White (1980) e o método dos Mínimos Desvios Absolutos (MDA), os autores concluem que os resultados indicam que o impacto das duas políticas na taxa de crescimento dos municípios nordestinos é positiva e significativamente diferente de zero no período analisado.

Também, para Rands Barros e Athias (2013), conforme a Figura 10 do equilíbrio no mercado de trabalho antes e depois das transferências³⁹, quanto maior a participação de trabalhadores no mercado de trabalho II, maior será a proporção deles impactada por transferências de rendas governamentais.

Os autores supõem que as regiões Norte e Nordeste são as que o mercado de trabalho é mais impactado pelas transferências de rendas: “Nessas regiões deve ter havido maior aumento de salários em vários setores por causa da introdução ou expansão de programas de transferências do Governo Federal” (RANDS BARROS; ATHIAS, 2013, p. 187).

Figura 10. Equilíbrio no mercado de trabalho antes e depois das transferências.



Fonte: RANDS BARROS, ATHIAS (2013, p. 187), adaptado pelo autor.

Nunes e Mariano (2015) investigam se os programas sociais e de transferência de renda impactam nas decisões dos filhos e dos pais de participação e de alocação de horas de trabalho em atividades não agrícolas, usando, utilizando os modelos de Heckman (1979) e de *double hurdle*, de Cragg (1971). Com base de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), do ano de 2006, os resultados “apontaram efeito negativo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais sobre a decisão dos pais e dos filhos de participarem de atividades não agrícolas” (NUNES; MARIANO, 2015, p. 86).

³⁹ Onde: W são as transferências de renda, L é a quantidade de trabalho, o ponto de equilíbrio A se refere a trabalhadores com maior qualificação, o ponto de equilíbrio B_0 refere-se a trabalhadores com baixa qualificação e antes das transferências, e o ponto de equilíbrio B_1 refere-se a trabalhadores com baixa qualificação e após das transferências (RANDS BARROS, ATHIAS, 2013, p.187).

Cavalcanti *et al* (2016), utilizando os microdados do Censo Amostral do IBGE de 2010 e o estimador do Efeito Quantílico do Tratamento (EQT) de Firpo (2007) estudam o impacto do Programa Bolsa Família ao longo das distribuições da renda e da jornada de trabalho das famílias pobres brasileiras, comparando famílias que efetivamente receberam o benefício com as famílias não beneficiadas. Os autores concluem que os resultados encontrados sinalizam a existência de efeitos negativos pontualmente bem definidos nas horas trabalhadas de domicílios beneficiados pelo programa e que “as evidências apresentadas indicam menor renda do trabalho para todos que recebem Programa Bolsa Família em comparação a domicílios elegíveis e não contemplados pelo programa” (CAVALCANTI *et al.*, 2016, p. 198).

DENES *et al.* (2016), com dados do MDS, do IBGE, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e indicadores de saúde do sistema DATASUS, entre 2004 e 2010, avaliam os efeitos do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, sobre indicadores municipais de atividade econômica, educação e saúde. Os resultados sugerem que tanto o Programa Bolsa Família quanto o Benefício de Prestação Continuada produzem efeitos positivos sobre o PIB *per capita* municipal, maiores no último caso. Também concluem que somente o Programa Bolsa Família afeta os indicadores de educação e saúde, via condicionalidades (DENES *et al.*, 2016, p. 30).

Dessa forma, com o exposto nesta seção, procurou-se apresentar e examinar modelos e teorias sobre o *trade-off* entre crescimento e distribuição nas suas diversas formas e correntes a partir de Kuznets, trazendo tanto modelos internacionais como modelos nacionais.

Barro (2000) entende que, a partir de Kuznets, as teorias elaboradas com a finalidade de avaliar a relação entre desigualdade e crescimento econômico podem ser classificadas em quatro categorias, correspondendo às principais características apresentadas: a) imperfeições do mercado de crédito; b) economia política; c) instabilidade social; e d) taxa de poupança.

Jacinto e Tejada (2009) consideram que, usando as características de investigação, três linhas podem ser consideradas: a) modelos dualistas e a hipótese do U invertido; b) curva de Kuznets e os modelos de crescimento; e c) a curva de Kuznets e a escolha social.

No primeiro grupo dos modelos dualistas estão as investigações da relação entre desigualdade e crescimento numa economia com dois setores, agrícola e industrial. O segundo grupo caracteriza-se pelas investigações que partem das implicações distributivas das modernas teorias de crescimento, em particular do modelo de crescimento econômico de Solow, que supõe agentes homogêneos e composto por uma função de produção neoclássica e por uma equação de acumulação de capital. O terceiro grupo de investigações incorpora as teorias do crescimento endógeno ou modelos de equilíbrio envolvendo elementos políticos de escolha social.

O próximo passo será o de apresentar o desenho econométrico desta pesquisa, que se insere no terceiro grupo de pesquisas acima apontadas, que engloba as investigações de modelos endógenos de crescimento envolvendo elementos políticos de escolha social.

Nesse sentido, as seções seguintes serão dedicadas ao estudo com as opções metodológicas da modelagem quantitativa econométrica da pesquisa, modelos e procedimentos da econometria básica utilizados e a formulação do modelo de regressão dos dados em painel, definição e descrição das variáveis pesquisadas, hipóteses testadas.

3.2 Considerações metodológicas

Conforme descrito acima, há três linhas características de investigação dos modelos sobre eficiência e igualdade: a) modelos dualistas e a hipótese do U invertido; b) curva de Kuznets e os modelos de crescimento; e c) a curva de Kuznets e a escolha social. (JACINTO; TEJADA, 2009). Esta pesquisa pertence, ao terceiro grupo de investigações, que incorpora as teorias do crescimento endógeno ou modelos de equilíbrio, como em Romer (1986) e Lucas (1988), envolvendo elementos políticos de escolha social.

Assim sendo, buscar-se-á mensurar uma associação entre o benefício financeiro obtido pelo Programa Bolsa Família, como elemento da política social vigente nos últimos anos e o equilíbrio do mercado de trabalho e a eficiência econômica. Serão testadas algumas Hipóteses, no sentido de se atingir o objetivo geral desta pesquisa que é o de avaliar os impactos do Programa Bolsa Família nos mercados de trabalho dos municípios brasileiros.

Além de apresentar caráter bibliográfico na construção do seu referencial teórico e documental, uma vez que os dados coletados para a análise são provenientes da matriz de informação social do MDS e do IBGE, também, de acordo com a classificação de Sampieri *et al* (2013), esta pesquisa é: a) do tipo não experimental, porque o que fazemos é “observar fenômenos de maneira como ocorrem em seu contexto natural para depois analisa-los” (SAMPIERI *et al.*, 2013, p. 168); b) de caráter longitudinal ou evolutiva, uma vez que a pesquisa tem o interesse de “analisar mudanças que ocorrem ao longo do tempo em determinadas categorias, conceitos, eventos, variáveis, contextos ou comunidades, ou ainda, entre duas relações” (SAMPIERI *et al.*, 2013, p. 177); c) do tipo painel pois, além de observar mudanças ao longo tempo, “os mesmos participantes são medidos ou observados em todos os tempos ou momentos” (SAMPIERI *et al.*, 2013, p. 179).

Para Cooper e Schindler (2016), o estudo pode ser considerado com explanatório, uma vez que “um estudo explanatório vai além da descrição e tenta explicar as razões para o fenômeno que o estudo descritivo apenas observou” (COOPER; SCHINDLER, 2016, p. 22). Adicionalmente, esse tipo de pesquisa “que estuda a relação entre duas ou mais variáveis também é chamado de *estudo correlacional*” (COOPER; SCHINDLER, 2016, p. 22).

3.3 Hipóteses testadas

No sentido de se atingir o objetivo geral desta pesquisa que é o de avaliar os impactos do Programa Bolsa Família com o mercado de trabalho dos municípios brasileiros, algumas Hipóteses específicas serão testadas.

As Hipóteses testadas nesta pesquisa são do tipo correlacionais, pois “especificam as relações entre duas ou mais variáveis e correspondem aos estudos correlacionais” (SAMPIERI *et al.*, 2013, p. 118).

As duas primeiras Hipóteses procuram testar se o benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o mercado de trabalho dos municípios, representado tanto através da quantidade de pessoal ocupado assalariado como também representado pelos os salários recebidos. Esses testes poderão indicar se o efeito preguiça é preponderante positivo ou negativo, ou seja, se o benefício do Programa Bolsa Família

acaba por causar efeitos benéficos ou adversos com relação às decisões relacionadas à oferta de trabalho (TAVARES, 2010; OLIVEIRA; SOARES, 2012).

- Hipótese H1: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com a quantidade de pessoal ocupado assalariado do município.

- Hipótese H2: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o total dos salários e outras remunerações pagos no município.

A terceira Hipótese tem um caráter mais amplo. Espera-se, com essa Hipótese, contribuir na formulação de respostas no que se refere às relações existentes entre a maior equidade promovida pelo Programa Bolsa Família e a eficiência econômica, representada pelo crescimento do Produto Interno Bruto do município. Esse teste poderá indicar se há ou não um *trade-off* entre o PBF e a eficiência econômica e mais, se esse programa pode representar um fator endógeno promotor do crescimento econômico.

- Hipótese H3: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com do Produto Interno Bruto (PIB) total do município.

As Hipóteses, conforme Sampieri *et al.* (2013, p. 113), “mostram o que estamos tentando comprovar e são definidas como explicações provisórias sobre o fenômeno pesquisado”. Também segundo os autores, as hipóteses devem ter as seguintes características: a) devem referir-se a situações reais; b) devem ser compreensíveis, precisas e as mais concretas possíveis; c) a relação proposta por uma hipótese entre as variáveis deve ser clara e lógica; d) os termos entre as variáveis da hipótese devem ser observáveis e mensuráveis; e e) as hipóteses devem estar relacionadas com técnicas disponíveis para testá-las (SAMPIERI *et al.*, 2013, p. 116). Assim sendo, hipóteses e variáveis estão logicamente encadeadas.

Conforme Cooper e Schindler (2016), o termo variável é utilizado como um sinônimo para constructo, ou seja, propriedade em estudo. Dessa forma, “uma variável é um símbolo de evento, ato, característica, traço ou atributo que pode ser mensurado e para o qual atribuímos valores” (COOPER; SCHINDLER, 2016, p. 57). Para Sampieri *et al.*, (2013), “uma variável é uma propriedade que pode oscilar e cuja variação pode ser medida ou observada” (SAMPIERI *et al.*, 2013, p. 114).

Nesta pesquisa, utilizar-se-á como variáveis: a) os valores totais recebidos por todas as

famílias com residência no município como a variável representativa do Programa Bolsa Família do município; b) o número total de pessoas ocupadas assalariadas e com carteira assinada com residência no Município como a variável representativa do pessoal ocupado assalariado do município; c) o valor total de salários e outras remunerações recebidas pelas pessoas ocupadas assalariadas e com carteira assinada com residência no Município como a variável representativa do salários totais da economia do município; d) o valor total unidades empresariais das pessoas ocupadas assalariadas e com carteira assinada com residência no município como a unidades locais do município; e e) o valor total anual do Produto Interno Bruto do município como a variável representativa do Produto Interno Bruto (PIB) do município.

Determinado o desenho da pesquisa, as hipóteses a serem testadas e suas variáveis de referência, o próximo passo deste Capítulo será o de determinar como serão obtidas essas variáveis que serão utilizadas para representar o fenômeno pesquisado.

3.4 Definição do censo

Não obstante boa parte dos estudos cujo objetivo é avaliar o impacto do Programa Bolsa Família ter como base os dados da PNAD ou do Censo (IBGE), que têm como unidade o indivíduo ou as famílias, a presente pesquisa utiliza os dados específicos totais (da população total) de cada um dos municípios da União.

A primeira justificativa para esta escolha tem como base a sugestão de *“fixing data problems by collecting new and better data is almost always an improvement on trying to use existing”* (KING *et al.*, 1996, p. 27), isto é, de se buscar uma nova base de dados para verificar conclusões de estudos precedentes.

Essa opção metodológica está em sintonia com o pressuposto que se os estudos desenvolvidos anteriormente têm rigor estatístico, as conclusões devem ser colocadas em teste através do uso de bases de dados alternativas.

A segunda justificativa é porque o objetivo desta pesquisa não versa sobre o comportamento individual ou familiar decorrente do recebimento do programa, mas,

alternativamente, busca-se avaliar o impacto agregado das políticas em determinados territórios.

É importante ressaltar que o número de pessoas ocupadas e os salários e remunerações médias tem como base apenas o trabalho formal, ou seja, pessoas que trabalham com carteira assinada. Essa opção metodológica tem como objetivo analisar a evolução não apenas do emprego e salários, mas da formalização da economia brasileira.

A pesquisa contempla dados coletados anualmente, ou mensalmente e agrupados anualmente, referentes ao período compreendido entre os anos de 2004 e 2013.

A escolha desse intervalo deve-se a três razões principais. Primeiro porque, nos anos de 2002 e de 2003, o Programa Bolsa Família estava ou em fase de implantação ou em fase de início de funcionamento e entende-se que nessa fase poderiam ocorrer alterações de comportamento das famílias revertidas no próprio curto prazo.

Segundo, porque iniciando-se em 2004, já estão refletidos nos dados coletados os efeitos perenes do programa.

Terceiro, porque o término da coleta em 2013 deve-se absolutamente à limitação de disponibilidade de dados. Acredita-se, entretanto, que tal restrição não impactará nas conclusões, uma vez que se desconhece alguma alteração nos anos predecessores que possa alterar de maneira significativa a análise aqui realizada.

As fontes das variáveis municipais utilizadas neste estudo são: a) salários e outras remunerações, pessoal ocupado assalariado no último dia do ano, unidades locais, número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, benefício total do Programa Bolsa Família, e PIB anual do município, conforme apresentado no Quadro 13.

Quadro 13. Variáveis de estudo desta pesquisa.

Variáveis por município	Fonte
Benefício total do PBF	Matriz de Informação Social do MDS
Número de famílias beneficiadas pelo PBF	Matriz de Informação Social do MDS
PIB municipal anual	IBGE
Salários e outras remunerações	IBGE
Pessoal ocupado assalariado no último dia do ano	IBGE
Unidades locais	IBGE

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Os dados serão coletados através dos sites oficiais governamentais, assim sendo considerados primários, do: a) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e b) Matriz de Informação Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ambos referentes aos anos de 2004 a 2013, com valores anuais ou valores mensais acumulados anualmente.

Benefício total do Programa Bolsa Família é a variável que representa o benefício total repassado do Programa Bolsa Família às famílias do município em referência e é obtida na Matriz de Informação Social, do site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no endereço eletrônico http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php.

Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família é a variável que representa o número de famílias do município beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e é obtida na Matriz de Informação Social, do site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no endereço eletrônico http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php.

Produto Interno Bruto municipal anual é a variável que representa o Produto Interno Bruto do município no ano de referência e é obtida no endereço eletrônico http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default.shtm, nos dados estatísticos da economia, em Produto Interno Bruto dos municípios, do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Salários e outras remunerações representam as importâncias pagas no ano, a título de salários fixos, honorários, comissões, ajuda de custo, 13º salário, abono financeiro de $\frac{1}{3}$ das férias, participações nos lucros, entre outras, às pessoas assalariadas com vínculo empregatício, sem dedução das parcelas correspondentes às cotas de previdência e assistência social (Iapas/INSS) ou de consignação de interesse dos empregados (aluguel de casa, conta de cooperativa etc.) (IBGE, 2015, p. 174).

Os dados dessa variável são obtidos através do endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/defaultempresa2004.shtm>, na área do site denominada *Tabelas Completas*, ano a ano, do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pessoal ocupado assalariado é a variável que representa as pessoas efetivamente ocupadas em 31 de Dezembro do ano de referência do Cadastro Central de Empresas - Cempre, incluindo indivíduos com vínculo empregatício formal, como também aqueles sem vínculo formal, como membros da família e cooperativados com atividade na unidade do município em referência (IBGE, 2015, p. 174) e é obtida no endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/defaultempresa2004.shtm>, na área do site denominada *Tabelas Completas*, ano a ano, do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Unidade local é a variável que representa o endereço de atuação da empresa ou outra organização que ocupa, geralmente, uma área contínua na qual são desenvolvidas uma ou mais atividades econômicas, identificado pelo número de ordem (sufixo) da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

São consideradas as unidades locais estabelecidas no município em referência (IBGE, 2015, p. 174) e são obtidas no endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/defaultempresa2004.shtm>, na área do site denominada *Tabelas Completas*, ano a ano, do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Opcionalmente, os dados podem ser obtidos pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (SIDRA), no endereço eletrônico <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, na área do site pesquisas e subárea Cadastro Central de Empresas, com endereço eletrônico <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/cempre/default.asp?o=1&i=P>.

Os dados coletados são classificados como primários por se tratarem de dados brutos oficiais, enquadrados como “dados governamentais, incluindo dados do censo, econômicos e trabalhistas” (COOPER; SCHINDLER, 2016, p. 98).

Todos os dados coletados foram transferidos dos seus respectivos endereços eletrônicos para uma planilha eletrônica, no formato *xlsx*, no *software* Microsoft® Excel® do pacote Microsoft Office Professional Plus 2013, conforme a Figura 11.

Essa planilha eletrônica é composta por 55.701 linhas, com a primeira linha contendo a descrição abreviada das variáveis e mais 55.700 linhas, com os dez anos compreendidos entre 2003 e 2014 e em cada dos dez anos os valores dos 5.570 municípios analisados.

A planilha é composta, também, por 13 colunas com os dados das variáveis coletadas objeto da pesquisa, deflatores implícitos do PIB utilizados e INPC, valores monetários corrigidos para constantes com base 2003, salário-mínimo e logaritmos neperianos das variáveis.

Figura 11. Planilha Excel xlsx, contendo as variáveis a serem trabalhadas.

ano	id	uf	cod	pib	uni	pa	salario total	salario med	beneficiarios do BF	valor do BF	sm	deflator implícito do pib
2004	1	AC	120001	97.261.860,00	132	624	3.309.555,00	5.303,77	402	330.915,00	253,33	1
2004	2	AC	120005	23.307.890,00	64	210	1.249.644,00	5.950,69	346	303.285,00	253,33	1
2004	3	AC	120010	107.058.130,00	403	609	3.179.258,00	5.220,46	1.113	725.495,00	253,33	1
2004	4	AC	120013	52.855.580,00	59	302	1.708.135,00	5.656,08	182	144.420,00	253,33	1
2004	5	AC	120017	66.006.760,00	45	358	2.071.334,00	5.785,85	340	285.435,00	253,33	1
2004	6	AC	120020	345.817.700,00	1.336	3.130	18.048.158,00	5.766,18	3.228	2.758.935,00	253,33	1
2004	7	AC	120025	83.728.790,00	255	851	3.526.448,00	4.143,89	630	402.135,00	253,33	1
2004	8	AC	120030	121.489.690,00	283	846	5.259.477,00	6.216,88	1.491	1.069.655,00	253,33	1
2004	9	AC	120032	20.115.880,00	10	67	434.080,00	6.478,81	138	131.190,00	253,33	1
2004	10	AC	120033	44.796.730,00	94	291	1.763.604,00	6.060,49	998	725.835,00	253,33	1
2004	11	AC	120034	29.741.820,00	50	118	1.174.506,00	9.953,44	582	413.000,00	253,33	1
2004	12	AC	120035	34.291.570,00	28	401	2.425.169,00	6.047,80	493	528.135,00	253,33	1
2004	13	AC	120038	105.228.520,00	233	575	3.475.023,00	6.043,52	1.136	762.860,00	253,33	1
2004	14	AC	120080	75.285.670,00	85	258	1.082.121,00	4.194,27	235	169.890,00	253,33	1
2004	15	AC	120039	22.873.850,00	25	282	949.255,00	3.366,15	102	92.085,00	253,33	1
2004	16	AC	120040	2.127.861.550,00	6.679	59.224	748.020.220,00	12.630,36	12.108	7.201.245,00	253,33	1
2004	17	AC	120042	43.657.620,00	38	201	1.375.410,00	6.842,84	646	535.725,00	253,33	1
2004	18	AC	120043	12.426.910,00	14	81	568.358,00	7.016,77	120	107.400,00	253,33	1
2004	19	AC	120045	124.036.250,00	206	614	3.185.737,00	5.188,50	590	347.540,00	253,33	1
2004	20	AC	120050	198.430.010,00	410	1.026	6.406.071,00	6.243,73	1.147	848.120,00	253,33	1

Fonte: elaborado pelo autor.

3.5 Modelos econométricos utilizados

A primeira parte da análise quantitativa basear-se-á em um estudo de estatística descritiva dos dados, cujo objetivo é analisar o comportamento das variáveis e avaliar se as hipóteses elaboradas no estudo são pertinentes. Este tipo de avaliação antecede a análise econométrica mais robusta, uma vez que mostra os passos que devem ser seguidos.

Serão apresentados resultados de “métodos tabulares, métodos gráficos e métodos numéricos” (ANDERSON; SWEENEY; WILLIANS, 2012, p. 72) para sintetizar os parâmetros populacionais, como as distribuições de frequências, diagramas de dispersão, medidas de posição, medidas de variabilidade e medidas da forma de distribuição da população, conforme a pertinência de seus usos.

A segunda parte da análise estatística trará a formulação do modelo linear com variáveis de primeira diferença com estimadores de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Esse

modelo de regressão é linear nos parâmetros e pode ser representado, conforme Gujarati (2006, p. 53) pela equação⁴⁰:

$$\Delta Y_i = \beta_1 + \beta_2 \Delta X_i + u_i \quad (11)$$

A terceira e quarta partes da análise estatística basear-se-ão em modelos de dados em painel, ou seja, conjuntos de dados nos quais as mesmas unidades de corte transversal serão acompanhadas ao longo do tempo. Segundo Wooldridge (2010), “os conjuntos de dados em painel estão sendo cada vez mais usados no trabalho aplicado, especialmente na análise de políticas” (WOOLDRIDGE, 2010, p. 445).

Gujarati (2006) esclarece que nas séries temporais observamos valores ao longo do tempo, no corte transversal, observamos dados de um mesmo período e que “nos dados em painel a mesma unidade de corte transversal (uma família, uma empresa, um estado) é acompanhada ao longo do tempo” (GUJARATI, 2016, p. 513). Nesta pesquisa, utilizaremos a terceira opção, os dados em painel, e a unidade de corte será pela totalidade dos municípios brasileiros.

Os dados em painel têm vantagens em relação aos dados em corte transversal e às séries temporais, pois: a) como os dados em painel se relacionam a indivíduos, empresas, estados, países, tende a haver muita heterogeneidade nessas unidades; b) ao combinar séries temporais com dados de corte transversal, obtêm-se dados mais informativos, mais variabilidade e menos colinearidade, mais graus de liberdade; c) são mais adequados ao estudo das mudanças; d) detectam e medem efeitos melhor; e) permitem estudar modelos comportamentais mais complexos; f) ao tornar disponíveis dados de milhares de unidades, minimiza-se o viés da agregação de unidades em grandes conjuntos (GUJARATI, 2006).

De maneira geral, o modelo de base de dados em painel pode ser representado, segundo Gujarati (2006, p. 517), pela função⁴¹ a seguir, onde a variável dependente é explicada

⁴⁰ Onde: ΔY_i representa as diferenças da variável dependente, i representa a i -ésima unidade de corte transversal, β_1 e β_2 representam os parâmetros a serem estimados, ΔX_i representa as diferenças da variável independente, e u_i representa o termo de erro independente (GUJARATI, 2006, p. 53).

⁴¹ Onde: Y_{it} representa a i -ésima unidade de corte transversal no t -ésimo período de tempo, α_0 e β_1, \dots, β_n representam os parâmetros a serem estimados, $X_{1,it}$ representa a primeira variável exógena, referente à i -ésima unidade de corte transversal no t -ésimo período de tempo, $X_{n,it}$ representa a n -ésima variável exógena,

por um conjunto de variáveis explicativas e de um termo de erro.

$$Y_{i,t} = \alpha_0 + \beta_1 X_{1i,t} + \beta_n X_{ni,t} + u_{i,t} \quad (12)$$

Na estimação de modelos de regressão com dados em painel, destacam-se duas técnicas de estimação: “o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios ou modelo de componente dos erros” (GUJARATI, 2006, p. 526). A principal diferença entre o modelo de efeito fixo e o de efeito aleatório, também conhecido como efeito randômico, é que o resíduo total, que no caso do modelo de efeito fixo é único e representa o fator não explicado pelo modelo referente ao menor nível de análise, no modelo aleatório ele é variável.

Algumas das características indicativas para a utilização do modelo de efeitos fixos, conforme Gujarati (2006), advêm de situações: a) em que o intercepto específico ao elemento possa estar relacionado com um ou mais regressores; b) que o intercepto do modelo de regressão pode diferir entre os elementos; c) cada indivíduo tem características próprias que podem ou não influenciar as variáveis explicativas; e d) essas características individuais e invariantes no tempo são específicas do indivíduo e não se correlacionam entre os indivíduos.

O modelo de efeitos aleatórios pode ser usado quando “pressupõe-se que o intercepto de uma unidade individual é uma extração aleatória de uma população muito maior com um valor médio constante” (GUJARATI, 2006, p. 526).

É preferível usar o modelo de efeitos fixos quando o número de observações das séries temporais (T) é grande e o número de unidades de corte transversal (N) é pequeno, quando o erro individual (ε_i) e um ou mais regressores estiverem correlacionados. É preferível usar o modelo de efeitos aleatórios quando o T é pequeno e o N é grande.

O teste Hausman (1978) é uma ferramenta recomendável para distinguir os dois modelos. Esse teste tem como hipótese nula que o modelo de efeitos randômicos é preferido em relação ao modelo de efeitos fixos (GRENE, 2008). Em outras palavras, esse teste

referente à i-ésima unidade de corte transversal no t-ésimo período de tempo e u_{it} representa o i-ésimo termo de erro no t-ésimo período de tempo (GUJARATI, 2006).

averigua se os erros são correlacionados com os regressores, sendo a hipótese nula que eles não o são.

Finalmente, deve-se observar que, na análise de regressão que envolve séries temporais, os modelos podem incluir não só os valores correntes das variáveis, mas também valores defasados. Podem incluir valores defasados da variável explanatória, conhecidos como “*modelos de defasagens distribuídas*”, ou valores defasados da variável dependente, conhecidos como *modelos autoregressivos*” (GUJARATI, 2006, p. 529).

O modelo de base desta pesquisa contemplou uma análise econométrica dinâmica com dados defasados em um instante de tempo. Do ponto de vista econométrico, trata-se de modelos de defasagens autorregressivas, com valores defasados também da variável dependente (GUJARATI, 2006), conforme a especificação⁴² a seguir, onde a variável dependente é explicada por um conjunto de variáveis explicativas e de um termo de erro.

$$Y_{it} = \alpha_0 + \beta_1 X_{1,it} + \dots + \beta_n X_{n,it} + \phi_1 Y_{it-1} + u_{i,t} \quad (13)$$

Esse modelo autoregressivo “também é conhecido como *modelo dinâmico*, pois retrata a trajetória temporal da variável dependente em relação a seus valores passados” (GUJARATI, 2006, p. 239). A racionalidade do modelo baseia-se na ideia que a variável dependente não se ajusta imediatamente devido a alterações das variáveis explicativas, assim valores passados tendem a influenciar seus próprios valores futuros.

No entanto, devido a presença de endogeneidade, que aparece ao se incluir a variável dependente defasada, tanto os modelos de efeitos fixos, como os modelos de efeitos variáveis são inconsistentes.

Assim, na presente pesquisa são utilizados os estimadores do modelo de momentos generalizado (MMG) desenvolvido nos trabalhos de Arellano e Bond (1991); Arellano e Bover (1995) e Blundell e Bond (1998) que permite obtermos estimadores confiáveis em modelos de painel defasados.

⁴² Onde: Y_{it} ; $X_{1,it}$; ...; $X_{n,it}$ e u_{it} possuem as mesmas interpretações da Equação 12. Além disso, α_0 ; β_1 ; ...; β_n continuam representando os parâmetros a serem estimados. A diferença nesta especificação é que aparece um novo parâmetro ϕ_1 que representa o parâmetro autorregressivo que precisará ser estimado e se relaciona a primeira defasagem da variável Y_{it} , a saber, Y_{it-1} . (GUJARATI, 2006).

Arellano e Bond (1991) entendem que ocorrem dois problemas econométricos ao estimar o modelos em painel, com a variável dependente defasada, por meio de técnicas de estimação tradicionais: a) devido à presença dos efeitos não observáveis dos indivíduos, η_i , com a variável dependente defasada e, nesse caso, omitir os efeitos fixos individuais no modelo dinâmico em painel torna os estimadores de mínimos quadrados ordinários (MQO) viesados e inconsistentes; b) devido à provável endogeneidade das variáveis explicativas e, nesse caso, a endogeneidade deve ser tratada para evitar um possível viés gerado por problema de simultaneidade. Arellano e Bond (1991), como maneira de solucionar esses problemas, sugerem o estimador do modelo dos momentos generalizado-diferenciado (MMG-diferenciado), que consiste na eliminação dos efeitos fixos através da primeira diferença da equação. Essa subtração ainda permite que tenhamos instrumentos para estimar a equação, resolvendo o problema da endogeneidade.

3.6 Problemas no tratamento dos dados

Quando da aplicação de modelos de regressão de variáveis que representam valores monetários, sujeita-se a trabalhar com dados primários que não se relacionem nominalmente no decorrer do tempo, uma vez que a capacidade monetária do dado, seu poder de compra, pode se alterar exatamente pela variação dos preços no decorrer desse tempo. Dessa forma, para que tais dados representem o mesmo poder de compra, eles deverão ser corrigidos, isto é, deflacionados por algum deflator que possibilite a comparação dos dados no decorrer do tempo em questão.

No presente caso, tem-se como valores monetários as seguintes variáveis: a) salários e outras remunerações totais municipais; b) benefício do PBF municipal; e c) PIB municipal. No caso das duas primeiras variáveis, a) salários e outras remunerações totais municipais e b) benefício do PBF municipal, é usado o INPC como deflator. Para o terceiro dado, c) PIB municipal, é usado o deflator implícito do PIB.

O deflator implícito do PIB será usado por ser o indicador oficial utilizado pelo IBGE. Esse indicador mede de forma abrangente a variação média dos preços de um período em relação aos preços do ano anterior, pois considera informações como os preços implícitos

da administração pública (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2015).

O deflator implícito de preços oficial, que mede exatamente a variação média dos preços de um período em relação aos preços do ano anterior, conforme a cesta de bens e produtos contidos no agregado do PIB é o índice de Paasche⁴³, pois evidencia o custo do cabaz de bens e serviços no ano corrente, entre o ano base e o ano corrente.

Já a opção pela utilização do INPC se deve ao fato do índice, conforme o IBGE, medir a variação de preços das famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 5 (cinco) salários-mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação principal e residente nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e município de Goiânia, o que reflete em boa medida a população beneficiada pelo Programa Bolsa Família.

Um segundo problema reside no fato de que os dados obtidos, quando analisados descritivamente, podem não sugerir uma distribuição normal, apresentando obliquidade em um dos lados quando da apresentação da distribuição de frequências. Essa ocorrência sugere algum tipo de transformação, conforme o modelo estatístico a ser utilizado, como o “modelo log-linear, o modelo semilogarítmico, o modelo recíproco e o modelo recíproco logarítmico” (GUJARATI, 2006, p. 142), antes da modelagem propriamente dita.

Um terceiro problema é sobre a questão de se trabalhar com modelos de efeitos fixos ou com modelos de efeitos randômicos. Em dados em painel, normalmente coleta-se informações sobre indivíduos, firmas, cidades ou países, observadas em diferentes pontos no tempo. Geralmente tem-se situações em que o número de elementos (N) é elevado e o número de períodos (T) é pequeno. Os dados do presente estudo apresentam exatamente esta configuração: observa-se informações de 5.570 municípios brasileiros entre os anos 2004 a 2013. Assim tem-se $N=5.570$ e $T=10$.

⁴³ O índice de Paasche compara a variação de preços da cesta atual. No numerador temos o valor gasto na época atual e no denominador temos o valor que seria gasto para comprar a cesta atual (quantidade atual) aos preços da época base: $I_n = \sum p_n q_n / \sum p_o q_n$. Um outro índice, de Laspeyres, compara a variação no valor gasto para se comprar as diferentes quantidades aos mesmos preços da época base: $I_n = \sum p_n q_o / \sum p_o q_o$.

De acordo com o teorema de Gauss-Marcov⁴⁴, um modelo de regressões lineares clássico, em que os erros têm média zero, não são correlacionados e possuem variâncias iguais, quando estimado via o método de mínimos quadrados ordinários (MQO)⁴⁵ levará ao melhor estimador linear não viesado, conhecido também pela sigla BLUE (*best linear unbiased estimator*). Se os dados respeitarem as propriedades descritas anteriormente, os coeficientes obtidos serão não viesados, eficientes e consistentes.

No entanto, quando se têm dados estruturados em painel, o estimador de MQO não é a melhor opção, pois as suposições do modelo clássico são violadas. O principal motivo para isso é a presença de heterocedasticidade e de correlação serial.

A heterocedasticidade ocorre quando a variância dos erros, dadas as variáveis explicativas, não é constante, isto é, ocorre “se a dispersão for desigual ao longo de valores da variável independente” (HAIR *et al.*, 2009, p. 85). Dentre outras causas, este problema ocorre porque o crescimento econômico, os salários ou a distribuição de renda via o Programa Bolsa Família não são iguais nos 5.500 municípios. Ou seja, existem características municipais, sejam elas históricas ou culturais, que podem impactar a variável dependente e não estão especificadas no modelo.

A autocorrelação ocorre quando os erros não são independentes, tal como requer o Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL). Em dados em painel é comum observar-se autocorrelação serial dos erros, uma vez que o erro apresenta informações sobre as variáveis independentes. Em outras palavras, seria dizer que o crescimento econômico, para citar um exemplo, de um determinado município no instante t depende do crescimento dela no instante $t-1$.

Nesse sentido, na presença de heterocedasticidade e de autocorrelação dos erros, os coeficientes obtidos não serão mais BLUE. Eles serão não viesados, entretanto serão

⁴⁴ Teorema de Gauss-Markov: dadas as premissas do modelo clássico de regressão linear, os estimadores de mínimos quadrados da classe dos estimadores lineares não tendenciosos têm variância mínima, isto é, são o melhor estimador linear não tendencioso. (GUJARATI, 2006, p. 64).

⁴⁵ Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) ou *Ordinary Least Squares* (OLS).

ineficientes. A consequência prática deste problema é que já não são válidos os testes t ⁴⁶ e teste F ⁴⁷.

A literatura especializada apresenta algumas soluções para essas limitações do modelo. Duas das possibilidades frequentemente usadas para lidar com os dados em painel são o modelo de efeitos fixos e o modelo de modelos randômicos. Em ambos os casos o estimador do modelo não é mais obtido via MQO. Utiliza-se o método de mínimos quadrados generalizados no caso dos efeitos fixos e método de máxima verossimilhança no caso de efeitos randômicos.

O modelo de efeitos fixos deve ser usado quando o pesquisador está interessado no impacto das variáveis ao longo do tempo, porém não tem como objetivo explicar os efeitos individuais. O único efeito auferido será das variáveis de interesse no resultado, enquanto os efeitos individuais (que não variam ao longo do tempo) serão controlados, mas não mensurados.

Uma importante hipótese do modelo de efeito fixo é que essas características são únicas ao elemento, no presente caso, os municípios, e não são correlacionadas com outro indivíduo. Por outro lado, nesse modelo, as características individuais podem ser correlacionadas com as variáveis explicativas. Neste modelo, portanto, as variáveis não observadas “não mudam ao longo do tempo e as variações da variável dependente são resultado de mudanças em outras variáveis” (STOCK; WATSON, 2003, p. 289).

O modelo de efeitos randômicos, por sua vez, assume que as características individuais não são correlacionadas com as variáveis explicativas, em nenhum momento do tempo. Isso permite que as variáveis fixas no tempo funcionem como variáveis explicativas.

É possível afirmar que a diferença fundamental entre a utilização do modelo de efeitos fixos e do modelo de efeitos aleatórios é que as características individuais não observadas

⁴⁶ Teste t : teste para avaliar a significância estatística da diferença entre duas médias amostrais para uma única variável dependente. Esse teste surge quando existe o quociente de uma variável normalmente distribuída por uma radiciação de alguma soma de quadrados dividida pelos seus graus de liberdade. Em geral, essa soma de quadrados tem distribuição qui-quadrado. (HAIR *et al*, 2009, p. 306).

⁴⁷ Teste F : é a razão entre a estimativa de variância dentro de grupos e a estimativa de variância entre grupos. O teste- F é utilizado quando há o quociente de duas somas de quadrados, divididas pelos seus respectivos graus de liberdade. Ou seja, a distribuição F é obtida pelo quociente de duas distribuições qui-quadrado (HAIR *et al*, 2009, p. 309).

estão correlacionadas com os regressores ou não, respectivamente.

Nesse sentido, um teste formal para a escolha de qual modelo usar foi desenvolvido por Hausman (1978). Para decidir-se entre o Modelo de Efeitos Fixos (MEF) e o Modelo de Efeitos Aleatórios (MEA), podem-se expressar as hipóteses do Teste de Hausman da seguinte forma: H_0 : MEA, contra H_1 : MEF. Caso o *p-value*⁴⁸ seja maior que 0,05 não é possível rejeitar H_0 e o modelo escolhido será MEA, ademais se o *p-value* for menor ou igual a 0,05 pode-se rejeitar H_0 e optar por H_1 (HAUSMAN, 1978).

Para realizar o teste Hausman (1978), primeiramente estima-se os dados utilizando os dois modelos e, em seguida, realiza-se o teste.

Destaca-se como desvantagem do modelo de efeitos fixos a impossibilidade de auferir os efeitos individuais. Além disso, não é possível adicionar ao modelo variáveis explicativas individuais que não variam no tempo, como por exemplo o Estado no qual o município se encontra.

Assim, buscou-se, neste Capítulo, abordar modelos e teorias do *trade-off* entre crescimento e igualdade, apresentar as opções metodológicas da modelagem quantitativa econométrica clássica desta pesquisa, com o desenho detalhado do estudo, a definição e descrição das variáveis pesquisadas, os modelos e procedimentos da econometria básica utilizados, as hipóteses testadas, a discussão das ferramentas de estatísticas descritivas, a formulação do modelo linear dos logaritmos neperianos das variáveis de primeira diferença com estimadores de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e os modelos de regressão de dados em painel de efeitos fixos e os modelos de regressão de dados em painel dinâmico de Arellano e Bond (1991).

O próximo passo será o de apresentar os resultados das estatísticas descritivas, do modelo linear com variáveis de primeira diferença com estimadores de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e dos modelos de regressão de dados em painel, estáticos e dinâmicos.

⁴⁸ *P-value*, ou p-valor ou valor-p, também denominado nível descritivo do teste, é uma probabilidade (logo, varia de 0 a 1), calculada usando-se a estatística de teste, que mede o apoio (ou a falta de apoio) proporcionado pela amostra à hipótese nula (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2012, p. 317).

CAPÍTULO IV – RESULTADOS

O objetivo deste Capítulo é o de expor os resultados desta pesquisa. Nesse sentido, serão apresentados, primeiramente, os resultados numéricos da estatística descritiva dos dados, procurando sintetizar os valores estudados através de instrumentos como tabelas e gráficos. A seguir, serão apresentados os resultados da estimação por modelo com logaritmos neperianos das primeiras diferenças e, finalizando, serão apresentados os resultados com as estimações com modelos de dados em painel usando modelos estáticos de efeitos fixos e as estimações de dados em painel com modelos dinâmicos de Arellano e Bond (1991).

Nesse sentido, as conclusões serão organizadas separadamente, de acordo com as estatísticas descritivas, com os resultados das estimações por modelo com variáveis nas primeiras diferenças, com os resultados das estimações por modelos de dados em painel estáticos de efeitos fixos e com os resultados das estimações por modelos de dados em painel dinâmicos de Arellano e Bond (1991).

Procurar-se-á, modelados pela racionalidade da análise dos dados apresentados, contribuir tanto no contexto acadêmico como também construir cenários que ajudem a identificar caminhos que sejam pertinentes ao contexto e às características nacionais, para uma gestão de pública brasileira que conduza ao crescimento econômico com cada vez mais igualdade social.

Para tanto e para um correto e seguro manuseio dos dados, serão utilizados, além do *software* Microsoft® Excel® do pacote Microsoft Office Professional Plus 2013 e o *software* Stata® Data Analysis and Statistical Software.

4.1. Estatísticas descritivas.

A Estatística é a ciência que estuda processos para coletar, apresentar e interpretar adequadamente conjuntos de dados.

Assim sendo, nesta primeira parte, será apresentada a estatística descritiva, cujo objetivo básico será o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, e que “consiste na

recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos” (REIS, 2008, p. 15). Com isso, buscaremos apresentar a adequada da dimensão e grandeza das variáveis estudadas nesta pesquisa.

A primeira etapa do processo, a recolha dos dados, conforme indicado no Capítulo anterior, foi feita diretamente de organismos governamentais oficiais, caracterizados assim como dados primários. Representam toda a população, individualizada em cada um dos todos os 5.570 municípios do país.

A Tabela 10 apresenta, entre os anos de 2004 e 2013, o resumo dos valores correntes totais das variáveis trabalhadas: a) benefício do PBF, em R\$ milhões; b) do número de famílias beneficiadas pelo PBF, em mil famílias; c) do PIB, em R\$ bilhões; d) dos salários e outras remunerações, em R\$ bilhões; e) do pessoal ocupado assalariado, em mil pessoas; e f) das unidades locais, em mil locais.

Tabela 10. Valores correntes anuais totais das variáveis pesquisadas.

Ano	Benefício do PBF, em R\$ milhões	Número de famílias beneficiadas pelo PBF, em mil famílias	PIB, em R\$ bilhões	Salários e outras remunerações, em R\$ bilhões	Pessoal ocupado assalariado, em mil pessoas	Unidades locais, em mil locais
2004	3.792	6.572	1.941	398	31.138	5.929
2005	5.692	8.700	2.147	453	33.092	6.248
2006	7.525	10.966	2.369	547	34.998	4.764
2007	8.965	11.043	2.691	616	37.641	4.904
2008	10.607	10.558	3.187	716	39.456	5.120
2009	12.455	12.371	3.239	800	41.348	5.393
2010	14.373	12.778	3.990	929	44.141	5.704
2011	17.358	12.851	4.146	1.065	46.399	5.723
2012	21.157	13.902	4.390	1.211	47.510	5.814
2013	24.890	14.086	5.316	1.320	47.665	5.846

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

Também, para melhor qualidade de comparação dos valores monetários correntes, serão utilizados seus valores constantes. Assim, são inicialmente apresentados os dados referentes tanto do deflator implícito do PIB obtido no IBGE, na Diretoria de Pesquisas da Coordenação de Contas Nacionais com também do INPC, também obtido no IBGE, conforme exposto na Tabela 11.

Tabela 11. Deflator implícito do PIB e INPC entre os anos 2004 a 2013.

Ano	Deflator implícito do PIB		INPC	
	Percentual	Divisor acumulado	Percentual	Divisor acumulado
2004		1,000		1,000
2005	0,0749	1,075	0,051	1,051
2006	0,0669	1,147	0,028	1,080
2007	0,0640	1,220	0,052	1,136
2008	0,0887	1,328	0,065	1,209
2009	0,0735	1,426	0,041	1,259
2010	0,0857	1,548	0,065	1,341
2011	0,0831	1,677	0,061	1,422
2012	0,0587	1,775	0,062	1,510
2013	0,0651	1,891	0,056	1,594

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

A partir dos valores correntes apresentados na Tabela 10 e utilizando os índices de deflação apresentados na Tabela 11, são calculados os valores correntes, com base em 2004, dos totais das variáveis monetárias em estudo, cujos resultados são apresentados na Tabela 12.

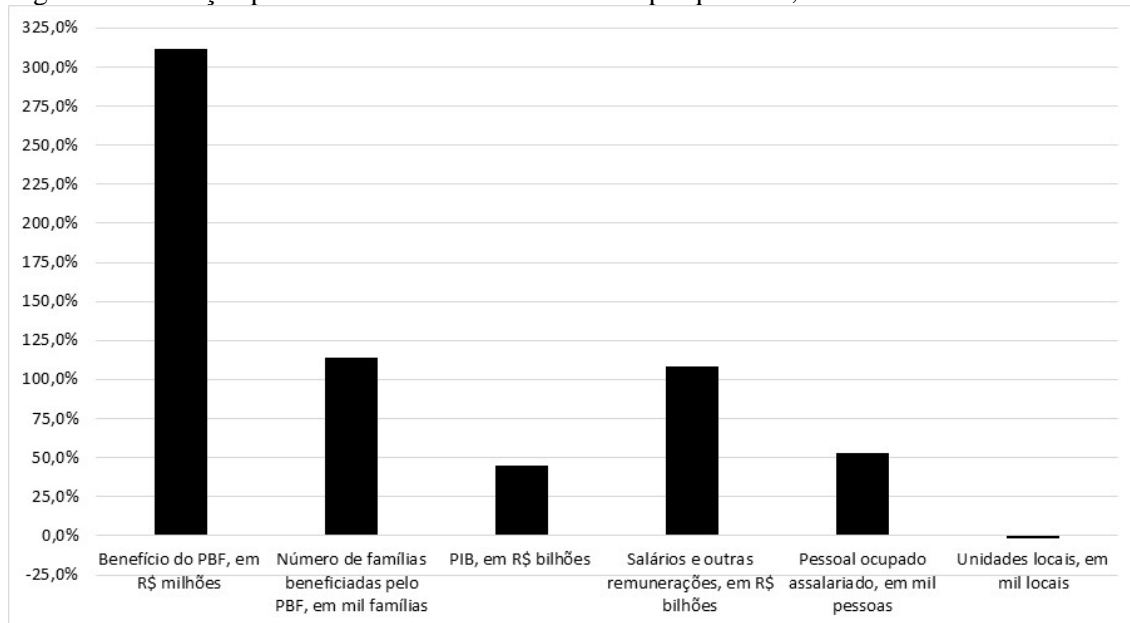
Tabela 12. Valores anuais constantes base 2004 totais das variáveis pesquisadas.

Ano	Benefício do PBF, em R\$ milhões	Número de famílias beneficiadas pelo PBF, em mil famílias	PIB, em R\$ bilhões	Salários e outras remunerações, em R\$ bilhões	Pessoal ocupado assalariado, em mil pessoas	Unidades locais, em mil locais
2004	3.792	6.572	1.941	398	31.138	5.929
2005	5.416	8.700	1.997	431	33.092	6.248
2006	6.968	10.966	2.065	506	34.998	4.764
2007	7.892	11.043	2.206	542	37.641	4.904
2008	8.773	10.558	2.400	592	39.456	5.120
2009	9.893	12.371	2.271	635	41.348	5.393
2010	10.718	12.778	2.578	693	44.141	5.704
2011	12.207	12.851	2.472	749	46.399	5.723
2012	14.011	13.902	2.473	802	47.510	5.814
2013	15.615	14.086	2.811	828	47.665	5.846

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

A partir do cálculo dos valores constantes base 2004, conforme apresentado na Tabela 12, pode-se apresentar a evolução acumulada percentual, no período de 2004 a 2013, dos valores constantes com base em 2004, das variáveis pesquisadas, apresentados conforme a Figura 12.

Figura 12. Evolução percentual acumulada dos valores pesquisados, entre os anos de 2004 e 2013.



Fonte: IBGE, MIS/MDS, adaptado pelo autor.

Conforme os resultados apresentados na Figura 12, observa-se, no período analisado, entre os anos de 2004 e 2013, a superior evolução dos valores do benefício pago frente aos demais valores.

O crescimento acumulado dos valores do benefício pago, da ordem de 311,8 %, o crescimento acumulado de 44,8 % do PIB no período analisado, o decréscimo acumulado de 1,4 % nas unidades locais, o crescimento acumulado de 53,1 % do pessoal ocupado assalariado e o crescimento acumulado de 108,1 % nos salários e outras remunerações.

Uma vez que os dados estão tanto em corte transversal como em séries temporais, serão apresentadas nesta seção estatísticas descritivas de cada uma das variáveis envolvidas nos cortes transversais agrupadas por ano, em séries temporais.

A Tabela 13 traz as estatísticas descritivas referentes à variável Benefício total do Programa Bolsa Família por município entre os anos de 2004 e 2013. Observa-se que o valor médio do benefício cresceu em média 23,2% a.a. nesses anos. Nota-se, também, a alta dispersão dos dados em todos os anos analisados. Em 2013, temos um média em R\$ 4.469.403,32 frente um desvio-padrão de R\$ 12.995.376,33.

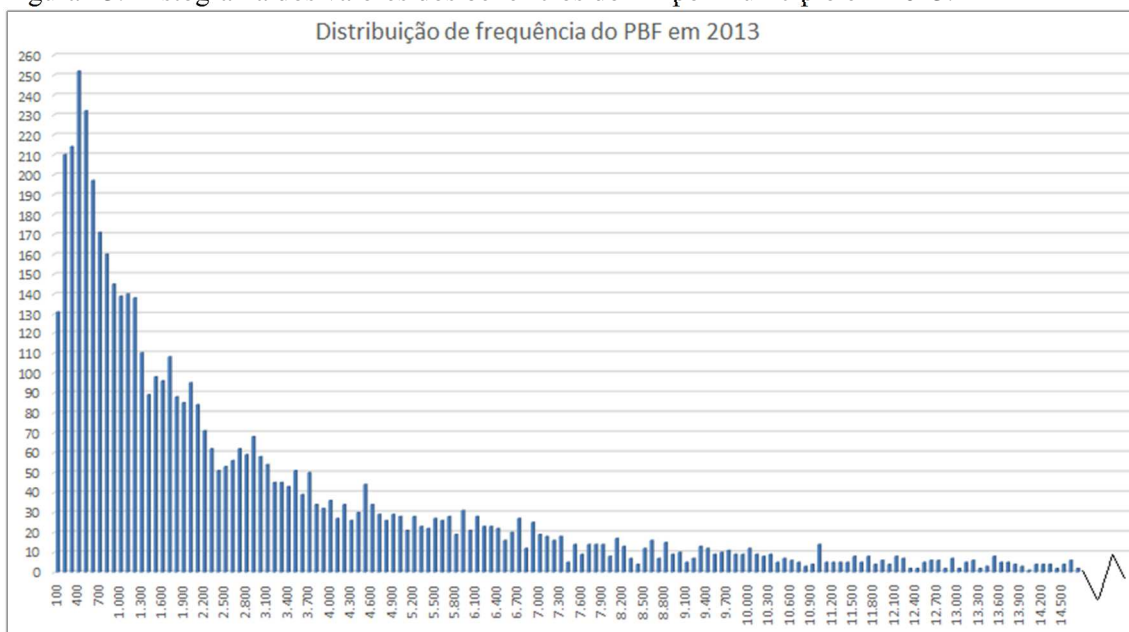
Tabela 13. Estatísticas descritivas da variável benefício total do PBF, valores correntes, em R\$

Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
2004	685.427,52	274.848,50	1.985.023,77	168,00	83.629.166,00
2005	1.023.681,12	443.798,50	2.784.547,98	325,00	112.404.678,00
2006	1.352.383,42	594.705,00	3.574.349,73	720,00	129.006.666,00
2007	1.611.340,69	706.125,00	4.392.482,73	1.280,00	151.772.106,00
2008	1.906.272,50	823.372,00	5.323.984,63	1.134,00	172.598.270,00
2009	2.238.444,02	949.381,50	6.453.458,76	752,00	178.942.695,00
2010	2.582.695,93	1.103.867,00	7.170.577,59	660,00	200.137.472,00
2011	3.119.206,63	1.324.975,00	9.038.200,23	708,00	243.203.214,00
2012	3.801.751,07	1.593.996,00	10.874.276,25	4.408,00	317.886.792,00
2013	4.469.403,32	1.878.116,00	12.995.376,33	620,00	430.243.182,00

Fonte: Matriz de Informação Social do MDS, adaptado pelo autor.

Com dados dos benefícios totais por município do ano de 2013, podemos construir um gráfico demonstrativo da distribuição de frequência, o histograma, dos valores, agrupados em R\$ 200.000,00, conforme apresentado na Figura 13. Percebe-se a maior concentração de municípios com 252 municípios na faixa entre R\$ 300.000,00 e R\$ 400.000,00 e a mediana em R\$ 1.878.116,00.

Figura 13. Histograma dos valores dos benefícios do BF por município em 2013.



Fonte: Matriz de Informação Social do MDS, adaptado pelo autor.

Observa-se na Figura 13, que os dados obtidos não seguem uma distribuição normal, apresentando uma obliquidade à esquerda da distribuição de frequências, sugerindo algum tipo de transformação, de acordo com o modelo utilizado.

A Tabela 14 traz as estatísticas descritivas referentes à variável Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família por município entre os anos de 2004 e 2013. Observa-se que o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família cresceu em média 8,8% a.a. nesses anos e que houve um pequeno decréscimo no número de famílias beneficiadas em 2008.

Tabela 14. Estatísticas descritivas da variável número de famílias beneficiadas pelo PBF.

Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
2004	1.188	518	3.666	2	165.991
2005	1.565	692	4.253	1	167.038
2006	1.971	887	5.689	3	224.817
2007	1.985	879	5.742	2	204.127
2008	1.898	834	5.649	1	201.664
2009	2.223	966	6.607	2	177.882
2010	2.296	1.006	6.926	1	196.699
2011	2.309	1.007	7.009	1	195.532
2012	2.498	1.073	7.704	4	228.078
2013	2.529	1.045	8.584	3	347.191

Fonte: Matriz de Informação Social do MDS, adaptado pelo autor.

A Tabela 15 traz as estatísticas descritivas referentes à variável Produto Interno Bruto (PIB) por município entre os anos de 2004 e 2013. Observa-se que o valor médio da variável Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 11,8% a.a. nesses anos.

Tabela 15. Estatísticas descritivas dos PIBs municipais anuais, valores correntes, em R\$ mil.

Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
2004	349.190,35	48.198,13	3.723.248,80	3.183,93	225.170.381,88
2005	385.916,48	50.904,53	4.237.693,56	3.503,53	261.455.917,21
2006	425.859,73	56.963,78	4.610.458,18	3.746,16	282.892.454,76
2007	483.619,24	64.913,05	5.240.545,80	4.512,55	323.154.665,88
2008	572.622,07	74.416,66	6.173.015,78	6.492,19	357.116.681,33
2009	582.103,15	80.588,13	6.346.376,79	5.770,28	389.317.166,69
2010	719.171,08	93.296,52	8.679.265,76	7.237,63	443.600.101,65
2011	747.384,80	103.767,21	7.806.938,17	9.741,52	477.005.597,21
2012	791.496,87	109.785,52	8.181.913,32	8.342,57	499.375.400,66
2013	954.810,11	130.191,00	9.504.351,70	9.678,00	570.706.192,00

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

A Tabela 16 traz as estatísticas descritivas referentes à variável Salários e outras remunerações recebidas pelo pessoal ocupado assalariado total por município entre os

anos de 2004 e 2013. Observa-se que o valor médio dos salários e outras remunerações cresceu em média 14,3% a.a. nesses anos.

Tabela 16. Estatísticas descritivas dos salários e outras remunerações, valores correntes, em R\$ mil.

Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
2004	71.641,06	3.342,26	1.101.459,89	-	67.555.828,38
2005	81.569,35	4.110,83	1.232.143,08	-	75.267.796,59
2006	98.407,89	5.216,56	1.471.465,41	12,59	89.181.133,84
2007	110.887,61	6.228,25	1.636.708,62	2,28	99.171.050,06
2008	128.854,13	7.348,09	1.893.471,47	16,29	114.669.100,24
2009	143.927,64	8.783,80	2.077.020,31	-	124.377.680,04
2010	167.492,48	10.260,29	2.376.854,55	47,70	142.150.179,34
2011	191.989,01	12.049,54	2.702.458,72	96,66	161.769.713,10
2012	218.414,95	13.972,78	3.054.433,77	8,03	182.963.919,90
2013	238.091,26	16.038,26	3.350.990,32	29,50	201.301.606,08

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

A Tabela 17 traz as estatísticas descritivas referentes à variável Pessoal ocupado assalariado total por município entre os anos de 2004 e 2013. Observa-se que o valor médio do pessoal ocupado assalariado cresceu em média 4,9% a.a. nesses anos.

Tabela 17. Estatísticas descritivas da variável pessoal ocupado assalariado.

Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
2004	5.608	582	61.241	1	3.543.743
2005	5.956	630	64.552	-	3.731.795
2006	6.301	683	68.326	2	3.975.545
2007	6.776	732	73.570	4	4.277.939
2008	7.103	751	77.457	1	4.528.310
2009	7.442	830	79.913	-	4.654.681
2010	7.961	875	84.378	3	4.906.877
2011	8.368	921	88.157	6	5.098.791
2012	8.568	919	90.726	1	5.239.502
2013	8.598	970	89.971	3	5.281.006

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

A Tabela 18 traz as estatísticas descritivas referentes à Unidades locais do município entre os anos de 2004 e 2013. Observa-se que o valor médio das unidades locais do município decresceu em média 0,1% a.a. nesses anos. Observa-se também o decréscimo de unidades locais no ano de 2006, com recuperação no ano imediatamente seguinte.

Tabela 18. Estatísticas descritivas da variável unidades locais.

Ano	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
2004	1.068	191	9.375	5	571.309
2005	1.125	203	9.845	4	600.936
2006	857	154	7.689	2	472.143
2007	883	160	7.992	6	491.553
2008	922	166	8.416	4	520.533
2009	971	180	8.798	7	544.983
2010	1.029	192	9.320	7	577.190
2011	1.032	187	9.423	4	584.225
2012	1.049	187	9.679	6	599.434
2013	1.054	195	9.718	7	618.713

Fonte: IBGE, adaptado pelo autor.

4.2 Estimações por modelo com variáveis em primeiras diferenças.

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos modelos de regressão com variáveis nas primeiras diferenças, com estimador de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para as três Hipóteses testadas para valores constantes, a preços do ano de 2003.

Conforme discutido, a estrutura de dados em painel impossibilita o uso do estimador de MMQ. Entretanto, o uso das variáveis na primeira diferença constitui uma ferramenta simples para tratar o problema do viés gerado pela omissão de variáveis (heterogeneidade latente), uma vez que tomando como premissa que a heterogeneidade é constante no tempo, ela será retirada na subtração. Uma vantagem desse modelo é que ele remove a heterogeneidade, independentemente de que modelo, seja de efeitos fixos, seja de efeitos randômicos, ser o mais apropriado. Esse método faz com que os coeficientes resultantes do MMQ, neste caso, denominado *pooled* MMQ, sejam consistentes e não viesados. Outrossim, os $\Delta u_{i,t}$ ⁴⁹ podem ser correlacionados no tempo e, portanto, modelos mais avançados deverão ser utilizados para resolver o problema (Greene, 2012).

- Hipótese H1: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o pessoal ocupado assalariado do município.

Modelo 1:

⁴⁹ $\Delta u_{i,t}$ significa as primeiras diferenças.

$$\begin{aligned} \ln \Delta \text{ pop assalariada} &= & (13) \\ &= \beta_0 + \beta_1 \ln \Delta \text{ unidades locais} + \beta_2 \ln \Delta \text{ PIB} + \beta_3 \ln \Delta \text{ PBF valor repassado} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

Modelo 2:

$$\begin{aligned} \ln \Delta \text{ pop assalariada} &= & (14) \\ &= \beta_0 + \beta_1 \ln \Delta \text{ unidades locais} + \beta_2 \ln \Delta \text{ PIB} + \beta_3 \ln \Delta \text{ PBF beneficiários} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

A Tabela 19 apresenta os resultados do impacto do Programa Bolsa Família no pessoal assalariado do município, logaritmo neperiano⁵⁰ das variáveis em primeira diferença, a valores constantes de 2004.

Tabela 19. Impacto do PBF no pessoal assalariado do município, logaritmo neperiano das variáveis em primeira diferença, valores constantes de 2004.

	Modelo 1	Modelo 2
Ln Δ Unidades locais	0,4259***	0,3929***
Ln Δ Produto Interno Bruto	0,2568***	0,2947***
Ln Δ PBF valores repassados	0,22149***	
Ln Δ PBF número de beneficiários		0,2033***
Constante	-3,1462***	-1,9495***
R ²	0,47	0,48

Fonte: desenvolvido pelo autor.

O modelo 1 da Tabela 32 indica que, considerando controles como número de unidades locais municipais e o PIB do município, o valor total repassado do Programa Bolsa Família está positivamente associado ao número de pessoas ocupadas e assalariadas no município. O aumento de 1% na diferença do valor repassado entre um ano e outro leva a um acréscimo de 0,22% na diferença do pessoal assalariado no município entre dois anos. De forma análoga, o modelo 2 mostra que um aumento de 1% na diferença dos beneficiários entre dois anos, leva a um acréscimo de 0,20% na diferença do pessoal ocupado entre dois anos. Assim, ambos os modelos confirmam a Hipótese 1 testada.

- Hipótese H2: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com os salários e outras remunerações pagas no município.

Modelo 1:

$$\begin{aligned} \ln \Delta \text{ salários totais} &= & (15) \\ &= \beta_0 + \beta_1 \ln \Delta \text{ pop assalariada} + \beta_2 \ln \Delta \text{ PIB} + \beta_3 \ln \Delta \text{ PBF valor repassado} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

⁵⁰ Onde: Ln significa logaritmo neperiano.

Modelo 2:

$$\begin{aligned} \ln \Delta \text{salários totais} &= \\ &= \beta_0 + \beta_1 \ln \Delta \text{pop assalariada} + \beta_2 \ln \Delta \text{PIB} + \beta_3 \ln \Delta \text{PBF beneficiários} + \varepsilon_i \end{aligned} \quad (16)$$

A Tabela 20 apresenta os resultados do impacto do Programa Bolsa Família nos salários totais municipais, logaritmo neperiano das variáveis em primeira diferença, valores constantes de 2004.

Tabela 20. Impacto do PBF nos salários totais municipais, logaritmo neperiano das variáveis em primeira diferença, valores constantes de 2004.

	Modelo 1	Modelo 2
Ln Δ população assalariada	0,6614***	0,6332***
Ln Δ Produto Interno Bruto	0,2009***	0,2279***
Ln Δ PBF valores repassados	0,1098***	
Ln Δ PBF número de beneficiários		0,1201***
Constante	6,6526***	7,1032***
R ²	0,69	0,70

Fonte: desenvolvido pelo autor.

O modelo 1 da Tabela 20 indica que o aumento de 1% na diferença entre dois anos do valor repassado do Programa Bolsa Família leva a um aumento médio de 0,11% na diferença dos salários totais do município. De forma análoga, o modelo 2 indica que um aumento de 1% na diferença entre dois anos do número de beneficiários do Programa Bolsa Família leva a um aumento médio de 0,12% na diferença dos salários totais do município. Desta forma, valida-se a Hipótese 2 testada.

- Hipótese H3: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o Produto Interno Bruto do município.

Modelo 1:

$$\ln \Delta \text{PIB} = \beta_0 + \beta_1 \ln \Delta \text{pop assalariada} + \beta_2 \ln \Delta \text{PBF beneficiários} + \varepsilon_i \quad (17)$$

Modelo 2:

$$\ln \Delta \text{PIB} = \beta_0 + \beta_1 \ln \Delta \text{pop assalariada} + \beta_2 \ln \Delta \text{valor repassado} + \varepsilon_i \quad (18)$$

A Tabela 21 apresenta os resultados do impacto do Programa Bolsa Família nos PIBs municipais, logaritmo neperiano das variáveis em primeira diferença, valores constantes de 2004.

Tabela 21. Impacto do PBF nos PIBs municipais, logaritmo neperiano das variáveis em primeira diferença, valores constantes de 2004.

	Modelo 1	Modelo 2
Ln Δ população assalariada	0,6043***	0,6023***
Ln Δ PBF valores repassados	0,03149***	
Ln Δ PBF número de beneficiários		0,0399***
Constante	12,54***	12,5532***
R ²	0,27	0,30

Fonte: desenvolvido pelo autor.

O modelo 1 da Tabela 21 indica que um aumento de 1% na diferença do número de beneficiários do Programa Bolsa Família leva a um aumento médio de 0,04% da diferença do PIB municipal entre dois anos. De forma análoga, o aumento de 1% na diferença no valor repassado total do Programa Bolsa Família leva a um aumento médio de 0,04% da diferença do PIB municipal entre dois anos. É possível perceber que o R² em ambos os modelos é bastante reduzido. De fato, há uma série de variáveis necessárias para se explicar o aumento do PIB que não estão presentes neste modelo. No entanto, como o objetivo deste estudo limita-se a estabelecer a relação existente entre o Programa Bolsa Família e o PIB municipal, este indicador tem importância secundária na análise.

4.3 Estimações por modelo de dados em painel, efeitos fixos.

Esta terceira parte da análise estatística apresentará os resultados do modelo de dados em painel, ou seja, com conjuntos de dados nos quais as mesmas unidades de corte transversal serão acompanhadas ao longo do tempo. Conforme discutido no Capítulo anterior, o modelo utilizado será o de efeitos fixos. Entretanto, foi feito o teste de Hausman para as três Hipóteses, que corroborou a utilização modelo de efeitos fixos em detrimento do modelo de efeitos randômicos.

- Hipótese H1: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o pessoal ocupado assalariado do município.

Modelo 1:

$$\text{pop assalariada} = \beta_0 + \beta_1 \text{unidades locais} + \beta_2 \text{PIB} + \beta_3 \text{PBF beneficiários} + \varepsilon_i \quad (19)$$

Modelo 2:

$$\text{pop assalariada} = \beta_0 + \beta_1 \text{unidades locais} + \beta_2 \text{PIB} + \beta_3 \text{PBF valor repassado} + \varepsilon_i \quad (20)$$

A Tabela 22 apresenta os resultados do impacto do Programa Bolsa Família no pessoal ocupado assalariado municipal, valores constantes 2004.

Tabela 22. Impacto do PBF no pessoal ocupado assalariado municipal, valores constantes 2004.

Variáveis Independentes	Modelo 1	Modelo 2
Unidades locais	4,91***	4,49***
Produto Interno Bruto	0,000000423	0,000000371
PBF beneficiários	2,97***	
PBF valor repassado		0,00272***
Constante	-3.906,25	-2.027,73**

Fonte: desenvolvido pelo autor.

O modelo 1 da Tabela 22 indica que considerando controles como PIB municipal e o número de unidades locais do município, um beneficiário adicional do Programa Bolsa Família gera um aumento de 2,97 pessoas ocupadas assalariadas no município, com uma significância de 99%.

Da mesma forma, o modelo 2 indica que um acréscimo de uma unidade monetária concedida pelo programa acarreta um aumento de aproximadamente 0,003 pessoas assalariadas no município, com uma significância de 99%. Assim, ambos os modelos confirmam a Hipótese 1 que o Programa Bolsa Família está positivamente associado com o número de trabalhadores assalariados no setor formal, no município.

Teste de Hausman. H0: ausência de correlação entre os regressores e o termo de erro.

A Tabela 23 apresenta o Teste de Hausman da Hipótese 1 para o modelo 1, onde EF significa efeitos fixos, ER significa efeitos randômicos, EF-ER é a diferença entre ambos e SE é o *standrd error*, ou erro padrão.

Tabela 23. Teste de Hausman. Hipótese 1, modelo 1.

	EF	ER	EF-ER	SE
Unidades Locais	4,917	6,715	-1,798	0,0319
PBF Beneficiários	2,972	2,663	0,309	0,0113
Produto Interno Bruto	0,000000423	0,000000566	-0,000000143	
chi ²	4548,06			
Prob>chi ²	0			

Fonte: desenvolvido pelo autor.

A Tabela 24 apresenta o Teste de Hausman da Hipótese 1 para o modelo 2.

Tabela 24. Teste de Hausman. Hipótese 1, modelo 2.

	EF	ER	EF-ER	SE
Unidades Locais	4,494	6,977	-2,483	0,0331
PBF Valor Repassado	0,0027	0,0026	0,0001	0,00000464
Produto Interno Bruto	0,000000371	0,000000501	-0,00000013	.
chi ²	6629,41			
Prob>chi ²	0			

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Em ambos os Modelos, o teste Hausman, conforme apresentado nas Tabelas 23 e 24, indica que a hipótese nula deve ser rejeitada ($\text{Prob}>\text{chi}^2 < 0,05$), pois há correlação entre os regressores e o erro. Portanto, deve-se usar o modelo de Efeitos Fixos.

- Hipótese H2: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com os salários e outras remunerações pagos no município.

Modelo 1:

$$\text{salários totais} = \beta_0 + \beta_1 \text{ pop assalariada} + \beta_2 \text{ PIB} + \beta_3 \text{ PBF beneficiários} + \varepsilon_i \quad (21)$$

Modelo 2:

$$\text{salários totais} = \beta_0 + \beta_1 \text{ pop assalariada} + \beta_2 \text{ PIB} + \beta_3 \text{ PBF valor repassado} + \varepsilon_i \quad (22)$$

A Tabela 25 apresenta os resultados do impacto do Programa Bolsa Família nos salários totais municipais, valores constantes 2004.

Tabela 25. Impacto do PBF nos salários totais municipais, valores constantes 2004.

Variáveis Independentes	Modelo 1	Modelo 2
População assalariada	26.076,13***	26.028,78***
Produto Interno Bruto	0,0115**	0,0114***
PBF beneficiários	16.448,24^	
PBF valor repassado		12,5
Constante	-1.040.000.000***	-1.046.000.000***

Fonte: desenvolvido pelo autor.

O modelo 1 da Tabela 25 indica que, controlando pelo Produto Interno Bruto municipal e o número de pessoas assalariadas no setor forma, o aumento de um beneficiário do Programa Bolsa Família leva a um acréscimo de aproximadamente 16.500 nos salários totais dos municípios. No entanto, o coeficiente da equação possui um *p.value* de 0,15, portanto, com segurança inferior ao geralmente aceito em trabalhos de Ciências Sociais. O modelo 2 novamente aponta uma relação positiva entre o valor repassado do Programa Bolsa Família e os salários totais do município. No entanto, o coeficiente não é

estatisticamente diferente de zero. Assim, os modelos acima demonstram uma relação positiva entre o Programa Bolsa Família e os salários totais, porém, não é possível aceitar de maneira cabal a Hipótese 2 com base nas estimativas acima.

Teste de Hausman. H0: ausência de correlação entre os regressores e o termo de erro.

A Tabela 26 apresenta o Teste de Hausman da Hipótese 2 para o modelo 1.

Tabela 26. Teste de Hausman. Hipótese 2, modelo 1.

	EF	ER	EF-ER	SE
População assalariada	26028,78	20884,44	-1,798	0,0319
PBF valor repassado	0,0114	0,01274	0,309	0,0113
Produto Interno Bruto	12,5502	16,2723	-0,000000143	
chi ²	17326,12			
Prob>chi ²	0			

Fonte: desenvolvido pelo autor.

A Tabela 27 apresenta o Teste de Hausman da Hipótese 2 para o modelo 2.

Tabela 27. Teste de Hausman. Hipótese 2, modelo 2.

	EF	ER	EF-ER	SE
População assalariada	26028,78	20884,44	-1,798	0,0319
PBF valor repassado	0,0114	0,01274	0,309	0,0113
Produto Interno Bruto	12,5502	16,2723	-0,000000143	
chi ²	17326,12			
Prob>chi ²	0			

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Em ambos os modelos, o teste Hausman, conforme apresentado nas Tabelas 26 e 27, indica que a hipótese nula deve ser rejeitada ($\text{Prob}>\text{chi}^2 < 0,05$), pois há correlação entre os regressores e o erro. Portanto, deve-se usar o modelo de Efeitos Fixos.

- Hipótese H3: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o Produto Interno Bruto (PIB) do município.

Modelo 1:

$$\text{PIB} = \beta_0 + \beta_1 \text{pop assalariada} + \beta_2 \text{unidades locais} + \beta_3 \text{PBF valor repassado} + \varepsilon_i \quad (23)$$

Modelo 2:

$$\text{PIB} = \beta_0 + \beta_1 \text{pop assalariada} + \beta_2 \text{unidades locais} + \beta_3 \text{PBF beneficiários} + \varepsilon_i \quad (24)$$

A Tabela 28 apresenta os resultados do impacto do Programa Bolsa Família no Produto Interno Bruto Municipal, valores constantes de 2004.

Tabela 28. Impacto do PBF no Produto Interno Bruto Municipal, valores constantes de 2004.

Variáveis Independentes	Modelo 1	Modelo 2
População assalariada	18.412,4**	19.541,8**
Unidades locais	3.595.772,4	365.033,4
PBF beneficiários		80.147,44^
PBF valor repassado	71,34^	
Constante	-200.000.000	-256.000.000

Fonte: desenvolvido pelo autor.

A Tabela 28 indica a relação ente o Programa Bolsa Família e o PIB municipal tendo como controles a população assalariada e o número de unidades locais do município. O modelo 1 mostra que o valor total repassado do Programa Bolsa Família no município está associado positivamente com o PIB municipal. O coeficiente indica que a cada real repassado no Programa Bolsa Família tem um efeito no PIB de aproximadamente R\$ 71,00 com um *p.value* de 0,15. De forma análoga, o modelo 2 indica que um beneficiário a mais do Programa Bolsa Família dentro do município leva a um acréscimo de R\$80.000,00 no PIB, com um *p.value* de 0,15. Assim, é possível aceitar a Hipótese 3 com um grau de 85% de certeza.

Teste de Hausman. H0: ausência de correlação entre os regressores e o termo de erro

A Tabela 29 apresenta o Teste de Hausman da Hipótese 3 para o modelo 1.

Tabela 29. Teste de Hausman. Hipótese 3, modelo 1.

	FE	ER	EF-ER	S.E
População assalariada	37492,62	20884,44	-1,798	0,0319
PBF valor repassado	35,099	0,01274	0,309	0,0113
chi2	214,54	16,2723	-0,000000143	
Prob>chi2	0			

Fonte: desenvolvido pelo autor.

A Tabela 30 apresenta o Teste de Hausman da Hipótese 3 para o modelo 2.

Tabela 30. Teste de Hausman. Hipótese 3, modelo 2.

	EF	ER	EF-ER	S.E
População assalariada	38914,87	49413,88	-10499,01	780,22
PBF beneficiários	29856,38	3079,74	26776,64	4183,69
chi2	181,08			
Prob>chi2	0			

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Em ambos os modelos, o teste Hausman, conforme apresentado nas Tabelas 29 e 30, indica que a hipótese nula deve ser rejeitada ($\text{Prob} > \chi^2 < 0,05$), pois há correlação entre os regressores e o erro. Portanto, deve-se usar o modelo de Efeitos Fixos.

4.4 Estimações por modelo dinâmico de Arellano-Bond.

As mesmas três Hipóteses do estudo serão testadas com modelos dinâmicos em modelos que incluem a variável dependente defasada como regressor e as variáveis dependentes defasadas em alguns períodos.

A decisão de incluir a variável dependente defasada pode ser baseada em argumentos teóricos. Há razões para supor que os valores correntes das variáveis dependentes são altamente dependentes dos valores passados, a inclusão desta defasagem reduz o problema de viés devido omissão de variáveis. O uso desta defasagem é particularmente interessante neste trabalho, uma vez que há limitações na disponibilidade de dados municipais que deveriam ser usados como variáveis explicativas do modelo. Assim, o uso deste artifício retira bastante variância do modelo.

Por outro lado, a inclusão de variáveis dependentes defasadas também está baseada em argumentos empíricos. Espera-se que por razões institucionais, tecnológicas ou psicológicas os atores não respondam imediatamente a mudança das variáveis (Gujarati, 2006). Desta forma, o impacto total da mudança de uma variável explicativa na variável dependente só pode ser observado depois de algum período. Em modelos dinâmicos desta natureza, não se pode utilizar o modelo de efeito fixo, tampouco randômico, pois, por construção, a variável dependente defasada é correlacionada com o erro. Essa presença de endogeneidade, faz com que os estimadores sejam inconsistentes.

Neste caso, o método de estimação Arellano e Bond é o mais indicado. Este estimador utiliza a o Método de Momentos Generalizados (GMM) e fornece estimadores eficientes em um modelo de painel dinâmico.

- Hipótese H1: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o pessoal ocupado assalariado do município.

Modelo 1:

$$\begin{aligned} \text{pop assalariada} = & \quad \quad \quad (25) \\ = \beta_0 + \beta_1 \text{pop assalariada}_{t-1} + \beta_2 \text{unidades locais}_t + \beta_3 \text{unidades locais}_{t-1} + \\ & + \beta_4 \text{unidades locais}_{t-2} + \beta_5 \text{PIB}_t + \beta_6 \text{PIB}_{t-1} + \beta_7 \text{PIB}_{t-2} + \\ & + \beta_8 \text{PBF beneficiários}_t + \beta_9 \text{PBF beneficiários}_{t-1} + \beta_{10} \text{PBF beneficiários}_{t-2} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

Modelo 2:

$$\begin{aligned} \text{pop assalariada} = & \quad \quad \quad (26) \\ = \beta_0 + \beta_1 \text{pop assalariada}_{t-1} + \beta_2 \text{unidades locais}_t + \beta_3 \text{unidades locais}_{t-1} + \\ & + \beta_4 \text{unidades locais}_{t-2} + \beta_5 \text{PIB}_t + \beta_6 \text{PIB}_{t-1} + \beta_7 \text{PIB}_{t-2} + \\ & + \beta_8 \text{PBF valor repassado}_t + \beta_9 \text{PBF valor repassado}_{t-1} + \beta_{10} \text{PBF valor repassado}_{t-2} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

A Tabela 31 apresenta dois modelos dinâmicos para o teste da Hipótese 1 deste trabalho. A abreviação L1 indica que a variável foi defasada em um período, enquanto L2 indica que a variável foi defasada em dois períodos. O modelo 1, que testa o impacto número de beneficiários do Programa Bolsa Família no número de pessoas assalariadas no município e o modelo 2, que testa o impacto do valor total repassado Programa Bolsa Família no número de pessoas assalariadas no município. Os modelos mostram que há um efeito defasado na resposta: em ambos os modelos, os coeficientes das variáveis *beneficiários do PBF* e *valores totais repassados do PBF* são significantes e possuem maior magnitude quando estão defasados em dois anos.

Tabela 31. Impacto do PBF no Pessoal ocupado assalariado municipal, valores constantes de 2004 por modelo dinâmico de Arellano-Bond.

	Modelo 1	Modelo 2
População Assalariada		
L1	0,21***	0,17***
Unidades Locais	7,85***	7,79***
L1	0,27	-0,49
L2	0,24	-0,049
Produto Interno Bruto	-0,000000141	-0,000000119
L1	-0,0000000959	0,0000000217
L2	0,000000145*	0,000000166*
PBF beneficiários	0,29	
L1	0,19	
L2	0,56***	
PBF valor repassado		0,0003***
L1		0,0002
L2		0,0006*

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Estes modelos captam não apenas o efeito imediato do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho, que poderia estar associado ao efeito preguiça, mas também os efeitos de médio prazo que são reflexos da dinamização da economia municipal.

Teste de robustez. H0: Não há autocorrelação dos erros em primeira diferença.

A Tabela 32 apresenta o teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença.

Tabela 32. Teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença da Hipótese 1.

	Modelo 1	Modelo 2
Prob > z	0,024	0,0203

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Deve-se rejeitar H0. Assim, há evidências que as premissas do modelo Arellano–Bond são respeitadas.

- Hipótese H2: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com os salários e outras remunerações pagos no município.

Modelo 1:

$$\begin{aligned}
 & \text{salários totais} = & (27) \\
 & = \beta_0 + \beta_1 \text{salários totais}_{t-1} + \beta_2 \text{unidades locais}_t + \beta_3 \text{unidades locais}_{t-1} + \\
 & \quad + \beta_4 \text{unidades locais}_{t-2} + \beta_5 \text{PIB}_t + \beta_6 \text{PIB}_{t-1} + \beta_7 \text{PIB}_{t-2} + \\
 & \quad + \beta_8 \text{PBF beneficiários}_t + \beta_9 \text{PBF beneficiários}_{t-1} + \beta_{10} \text{PBF beneficiários}_{t-2} + \varepsilon_i
 \end{aligned}$$

Modelo 2:

$$\begin{aligned}
 & \text{salários totais} = & (28) \\
 & = \beta_0 + \beta_1 \text{salários totais}_{t-1} + \beta_2 \text{unidades locais}_t + \beta_3 \text{unidades locais}_{t-1} + \\
 & \quad + \beta_4 \text{unidades locais}_{t-2} + \beta_5 \text{PIB}_t + \beta_6 \text{PIB}_{t-1} + \beta_7 \text{PIB}_{t-2} + \\
 & \quad + \beta_8 \text{PBFvalorrepassado}_t + \beta_9 \text{PBFvalorrepassado}_{t-1} + \beta_{10} \text{PBFvalorrepassado}_{t-2} + \varepsilon_i
 \end{aligned}$$

A Tabela 33 apresenta os resultados do impacto do Programa Bolsa Família nos Salários totais municipais, valores constantes de 2004.

Tabela 33. Impacto do PBF nos Salários totais municipais, valores constantes de 2004 por modelo dinâmico de Arellano-Bond.

	Modelo 1	Modelo 2
Salários totais	-	-
L1	0,57***	0,55***
Unidades Locais	116.956,4***	116.757,3***
L1	29.356,79***	29.450,9***
L2	2.807,45***	-4.693,75
Produto Interno Bruto	0,0016	0,0012
L1	0,0016	0,0008
L2	0,004**	0,0048**
PBF beneficiários	7.342,5***	
L1	7.137,21**	
L2	11.790,01***	
PBF valor repassado		14,43***
L1		-1,19
L2		-4,78

Fonte: desenvolvido pelo autor.

O modelo 1 da Tabela 33 também indica o caráter dinâmico do impacto do número de beneficiados no Programa Bolsa Família e os salários formais totais do município. O coeficiente da variável explicativa defasada em dois anos indica que o acréscimo de um beneficiário do Programa Bolsa Família leva, em média, a um aumento de R\$ 11.790,01 reais no salário total do município. Os coeficientes se mantem positivos e significantes para a variável em nível. Para a variável defasada em um período, no entanto, o impacto se reduz para R\$ 7.342,5 e R\$ 7.137,0 respectivamente.

No modelo 2 da Tabela 33, que considera a relação entre o valor total do Programa Bolsa Família repassado para o município e os salários municipais totais, o efeito dinâmico não aparece. Apenas o coeficiente da variável em nível é significativa e indica que um aumento de um real no valor total repassado do Programa Bolsa Família leva a um aumento de R\$14,00 reais nos salários formais totais dos municípios. É provável que essa discrepância entre os resultados do modelo 1 e 2 estão ligados a questões de disparidade dos ajustes inflacionários ocorridos nos salários vis a vis os benefícios do programa.

Teste de robustez. H0: Não há auto correlação dos erros em primeira diferença

A Tabela 34 apresenta o teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença.

Tabela 34. Teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença da Hipótese 2.

	Modelo 1	Modelo 2
Prob > z	0,0084	0,0053

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Deve-se rejeitar H0. Assim, há evidências que as premissas do modelo Arellano–Bond são respeitadas.

- Hipótese H3: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o Produto Interno Bruto (PIB) do município.

Modelo 1:

$$\begin{aligned} \text{PIB} = & \beta_0 + \beta_1 \text{PIB}_{t-1} + & (29) \\ & + \beta_2 \text{unidades locais}_t + \beta_3 \text{unidades locais}_{t-1} + \beta_4 \text{unidades locais}_{t-2} + \\ & \beta_5 \text{pop assalariada}_t + \beta_6 \text{pop assalariada}_{t-1} + \beta_7 \text{pop assalariada}_{t-2} + \\ & + \beta_8 \text{PBF beneficiários}_t + \beta_9 \text{PBF beneficiários}_{t-1} + \beta_{10} \text{PBF beneficiários}_{t-2} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

Modelo 2:

$$\begin{aligned} \text{PIB} = & \beta_0 + \beta_1 \text{PIB}_{t-1} + & (30) \\ & + \beta_2 \text{unidades locais}_t + \beta_3 \text{unidades locais}_{t-1} + \beta_4 \text{unidades locais}_{t-2} + \\ & \beta_5 \text{pop assalariada}_t + \beta_6 \text{pop assalariada}_{t-1} + \beta_7 \text{pop assalariada}_{t-2} + \\ & + \beta_8 \text{valor repassado}_t + \beta_9 \text{valor repassado}_{t-1} + \beta_{10} \text{valor repassado}_{t-2} + \varepsilon_i \end{aligned}$$

A Tabela 35 apresenta os resultados do impacto do Programa Bolsa Família no Produto Interno Bruto Municipal, valores constantes de 2004.

Tabela 35. Impacto do PBF no Produto Interno Bruto Municipal, valores constantes de 2004 por modelo dinâmico de Arellano-Bond.

	Modelo 1	Modelo 2
Produto Interno Bruto	-	-
L1	-0,528***	-0,434
Unidades Locais	941.750,6**	869.889,3***
L1	383.475,6	5.735.251,1
L2	-1.331.775 ***	-1.329.738***
L3	-87.120,06	13.215,35&" "
População Assalariada	-106.979,7**	-991.398,78***
L1	-36.604,74	-37.827,45
L2	66.989,11*	51.601,07***
L3	116.845,5	123.401,2
PBF Beneficiários	-30.940,63	
L1	137.842,9	
L2	-1.984,122	
L3	-10.5541**	
PBF Valor repassado		-200,86*
L1		356,51
L2		-269,18*
L3		-34,83

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Teste de robustez. H0: Não há autocorrelação dos erros em primeira diferença.

A Tabela 36 apresenta os resultados do teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença.

Tabela 36. Teste de autocorrelação dos erros em primeira diferença da Hipótese 3.

	Modelo 1	Modelo 2
Prob > z	0,374	0,34

Fonte: desenvolvido pelo autor.

Não é possível rejeitar H0. Assim, as premissas do modelo Arellano–Bond não são respeitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das causas que levam ao crescimento econômico de uma nação constitui tarefa tanto estimulante quanto empolgante pois, certamente, a questão de por que algumas nações são tão ricas e outras tão pobres, “*no new light has been thrown on the reason why poor countries are poor and rich countries are rich*” (SAMUELSON, 1976, p. 107), ainda intriga pesquisadores por todos os cantos.

De igual forma, as questões de como o crescimento econômico pode promover a distribuição de renda de uma nação, ou, por outro lado, de como a distribuição da renda pode impactar no crescimento econômico, estão entre as que intrigam pesquisadores há décadas e por todas as partes do mundo. O debate acerca da existência de um *trade-off* entre eficiência econômica e igualdade persiste ainda hoje.

No contexto nacional, implantou-se, nos últimos anos, um programa de Assistência Social de transferência direta de renda com condicionalidades de grande envergadura, o Programa Bolsa Família, um dos mecanismos básicos, conforme Flora e Heidenheimer (2005), pelos quais o *welfare state* conjuga seus objetivos e tem a função da manutenção da renda em casos específicos, como situações de pobreza, extrema pobreza e desemprego.

Os resultados alcançados pelo Programa Bolsa Família no combate à extrema pobreza, na melhoria da educação e da saúde e no combate à fome das famílias brasileiras estão largamente documentados. Entretanto, a despeito dos inúmeros estudos publicados sobre o programa e seus resultados, pouco se questionou a respeito de seus efeitos no mercado de trabalho, no aumento da produtividade e formalidade da economia.

Assim, da abrangente discussão sobre quais os efeitos que intervenções de políticas públicas que visam uma distribuição da renda produzem no mercado de trabalho e na eficiência econômica, surgiu o objetivo geral desta pesquisa: o de investigar os impactos do Programa Bolsa Família no mercado de trabalho formal dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2013.

O caminho escolhido para a obtenção dos resultados dessa investigação foi o de, primeiramente, trilhar-se um percurso exploratório que se iniciou numa pesquisa histórico-bibliográfica dos modelos teóricos de crescimento econômico, do fator de

produção trabalho e do mercado de trabalho brasileiro. Assim, buscou-se entender o fenômeno crescimento econômico, seus fatores, a evolução dos modelos de crescimento, o papel do fator trabalho nesses modelos e, por fim, a evolução do mercado de trabalho nacional.

Seguindo esse percurso exploratório, foi feita uma pesquisa histórico-bibliográfica das origens e trajetórias dos modelos de políticas de desenvolvimento, das trajetórias das políticas públicas brasileiras, dos modelos de transferências de renda no combate à pobreza e à desigualdade social e do modelo de distribuição de rendas com condicionalidades contemplado pelo Programa Bolsa Família. Desta feita, buscou-se entender o desenvolvimento como um fenômeno singular, diverso do crescimento econômico, bem como suas origens e seus modelos nacionais e internacionais, o modelo de distribuição de rendas com condicionalidades e, por fim, o modelo de distribuição de rendas com condicionalidades praticado no Brasil nos últimos anos, o denominado Programa Bolsa Família.

A seguir, foram exploradas as opções metodológicas da modelagem quantitativa econométrica da pesquisa, com o desenho detalhado do estudo, a definição e descrição das variáveis pesquisadas, os modelos e procedimentos da econometria básica utilizados, as hipóteses testadas e a formulação dos modelos utilizados.

Para tanto, para definir a metodologia da modelagem quantitativa econométrica usada nesta pesquisa, foi feita também uma pesquisa histórico-bibliográfica dos modelos e teorias sobre o *trade-off* entre crescimento e igualdade, buscando entender e analisar os estudos realizados desde a teoria germinal de Kuznets até os mais recentes. Em seguida, propôs-se o modelo dedutivo econométrico clássico, perseguindo as etapas da exposição da hipótese, da especificação do modelo matemático da teoria, da especificação do modelo econométrico, da obtenção dos dados, da estimação dos parâmetros do modelo econométrico e do teste das suas hipóteses.

Foram testadas três Hipóteses:

- Hipótese H1: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com a quantidade de pessoal ocupado assalariado do município.

- Hipótese H2: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com o total dos salários e outras remunerações pagos no município.

- Hipótese H3: O benefício do Programa Bolsa Família está associado positivamente com do Produto Interno Bruto (PIB) total do município.

Como variáveis, utilizou-se: a) os valores totais recebidos por todas as famílias com residência no município como a variável representativa do Programa Bolsa Família do município; b) o número total de pessoas ocupadas assalariadas e com carteira assinada com residência no Município como a variável representativa do pessoal ocupado assalariado do município; c) o valor total de salários e outras remunerações recebidas pelas pessoas ocupadas assalariadas e com carteira assinada com residência no Município como a variável representativa do salários totais da economia do município; d) o valor total unidades empresariais das pessoas ocupadas assalariadas e com carteira assinada com residência no município como a unidades locais do município; e e) o valor total anual do Produto Interno Bruto do município como a variável representativa do Produto Interno Bruto (PIB) do município.

Os dados foram coletados através dos sites oficiais governamentais, sendo considerados primários: a) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e b) Matriz de Informação Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), referentes aos anos de 2004 a 2013, com valores anuais ou valores mensais acumulados anualmente.

Observou-se, quando da coleta dos dados, uma considerável defasagem de tempo na apresentação dos valores oficiais das variáveis estudadas. Esse fato tende a prejudicar uma utilização eficaz de quaisquer resultados que venham a subsidiar decisões de política pública. Entretanto, não obstante essa realidade, buscou-se contribuir tanto no contexto estritamente acadêmico como também no contexto da gestão pública brasileira, sugerindo cenários pertinentes ao contexto e às realidades da nossa gestão pública.

Foram utilizadas quatro estratégias principais. A primeira delas foi a de analisar a estatística descritiva com o objetivo de mostrar a pertinência das questões colocadas. A segunda estratégia foi a da aplicação de um modelo linear com os logaritmos neperianos das variáveis na primeira diferença com o método de estimação dos Mínimos Quadrados

Ordinários (MQO). A terceira e quarta estratégias apresentaram o estudo econométrico com os resultados das estimações por modelo de dados em painel de efeitos fixos e com os resultados das estimações por modelos dinâmicos de Arellano e Bond (1991) de dados em painel com defasagem autorregressivas, com valores defasados da variável dependente.

Como opção metodológica, foi dada a devida importância, tanto na questão do crescimento e do desenvolvimento como na questão do *trade-off* entre eficiência e equidade, não só à *hard science*, procurando-se contemplar o estágio atual de fronteira do conhecimento, como também à *soft science*, considerando-se a valorização dos contextos históricos das teorias clássicas.

Conforme os resultados apresentados nas estatísticas descritivas, observou-se, no período entre os anos de 2004 e 2013, o considerável crescimento acumulado dos valores do benefício pago pelo Programa Bolsa Família, da ordem de 311,8 %, cerca de 17% a.a., benefício esse, estendido a aproximadamente 14 milhões de famílias em 2013, configurando-se, sem dúvida, um dos principais programas utilizados pelo governo no combate à pobreza absoluta, melhoria da educação, da saúde e do combate à fome das famílias pobres e de extrema pobreza.

Pelo lado da economia como um todo, o país apresentou crescimento acumulado de 44,8 % do PIB no período analisado, cerca de 4,2% a.a.

Pelo lado do trabalho, o país apresentou crescimento acumulado de 53,1 % do pessoal ocupado assalariado no período analisado, cerca de 4,8% a.a., e crescimento acumulado de 108,1 % nos salários e outras remunerações, cerca de 8,5 % a.a.

Com base nessas estatísticas descritivas, concluiu-se que, no período analisado, o país apresentou um considerável desempenho na geração de empregos e desempenho ainda maior nas médias salariais e demais rendimentos: mais empregos formais e ainda maior valor de salários médios. Também, foi observado que tanto a geração de empregos quanto as médias salariais cresceram mais que a economia em geral.

Os resultados das estimações por modelo com logaritmos neperianos das variáveis em primeiras diferenças analisadas, em valores constantes com base em 2003, indicaram que o modelo é capaz de explicar a associação positiva dos benefícios do Programa Bolsa

Família do município nas três Hipóteses testadas: com o pessoal ocupado assalariado do município, com os salários e outros rendimentos recebidos no município e com o Produto Interno Bruto do município.

Os resultados das estimações por modelo de dados em painel, utilizando efeitos fixos, em valores constantes com base em 2003, indicaram que o modelo também é capaz de explicar a associação positiva dos benefícios do Programa Bolsa Família do município nas três Hipóteses testadas: com o pessoal ocupado assalariado do município, com os salários e outros rendimentos recebidos no município e com o Produto Interno Bruto do município.

Os resultados das estimações por modelo dinâmico de Arellano-Bond (1991) de dados em painel dos valores analisados, indicaram que o modelo é capaz de explicar a associação positiva dos benefícios do Programa Bolsa Família do município de duas das Hipóteses testadas: com o pessoal ocupado assalariado do município e com os salários e outros rendimentos recebidos no município. O modelo não foi válido para explicar a terceira Hipótese, da associação positiva com o Produto Interno Bruto do município.

Do ponto de vista acadêmico, entende-se como contribuição desta pesquisa que, ao usar os dados específicos totais de cada um dos municípios da União ao invés de ter como base os dados da PNAD ou do Censo (IBGE), ou seja, não versar sobre o comportamento individual ou familiar decorrente do recebimento do programa, mas, alternativamente, buscar-se avaliar o impacto agregado das políticas nos municípios brasileiros, esta pesquisa possibilita a confrontação com conclusões de estudos anteriores, desenvolvidos através do uso de bases de dados alternativas (KING *et al.*, 1996).

Uma segunda contribuição acadêmica está na aplicação dos três modelos econométricos, logaritmos neperianos das primeiras diferenças, modelo de dados em painel de efeitos fixos e modelo de dados em painel dinâmico de Arellano-Bond. A convergência dos resultados obtidos nos três modelos solidifica a pesquisa.

Do ponto de vista de gestão de política pública, entende-se como efetiva contribuição, a constatação que o Programa Bolsa Família está positivamente associado ao mercado de trabalho dos municípios brasileiros, tanto através do crescimento do pessoal ocupado assalariado, como através do crescimento dos salários e outros rendimentos. Tais

resultados reforçam trabalhos anteriores, como de Rands Barros e Athias (2013), que sugerem que as transferências de renda devidas ao Programa Bolsa Família podem causar um aumento de salários num novo equilíbrio de mercado do município.

Nesse sentido, os resultados obtidos indicam que o benefício do Programa Bolsa Família não causa efeitos adversos com relação às decisões relacionadas à oferta de trabalho, descartando tanto a hipótese do predomínio do efeito preguiça como descartando a hipótese de um *trade-off* entre o benefício do PBF e a evolução do mercado de trabalho.

Também, entende-se como efetiva contribuição de gestão de política pública, a constatação que o Programa Bolsa Família está positivamente associado ao crescimento do Produto Interno Bruto dos municípios. Considerando que esta pesquisa pertence ao terceiro grupo de investigações proposto por Jacinto e Tejada (2009), envolvendo elementos políticos de escolha social, constata-se que o Programa Bolsa Família representa um fator endógeno ao crescimento econômico dos municípios, em consonância com as teorias do crescimento endógeno ou modelos de equilíbrio, como em Romer (1986), Lucas (1988) e Barro (1990).

A possibilidade do gasto social, representado pelo Programa Bolsa Família, causar suas próprias vantagens orçamentárias, tornando assim um fator endógeno à própria política social, conforme sugerido por Kerstenetzky (2012), se confirma. Confirma-se, também, resultados de trabalhos anteriores, como de DENES *et al.* (2016), que sugerem que o Programa Bolsa Família produz efeitos positivos sobre o PIB *per capita* municipal.

Portanto, a perspectiva de um *trade-off* entre o benefício do Programa Bolsa Família e a eficiência econômica dos municípios brasileiros também é rejeitada. Pelo contrário, não há conflito de escolhas, o programa se reveste como estratégico no combate a um dos maiores paradoxos da nação brasileira: elevados índices de pobreza e desigualdade social circundando oásis de riqueza.

Dessa forma, entende-se essencial a manutenção do programa de transferência de rendas com condicionalidades denominado Programa Bolsa Família, tanto como elemento gerador de benefícios sociais, caracterizados no combate à pobreza absoluta, melhoria da educação, da saúde e no combate à fome das famílias, quanto como fator endógeno contribuinte do crescimento econômico.

Entende-se, finalmente, essencial a manutenção do Programa Bolsa Família como fomentador do “desenvolvimento visto como um processo de expansão das liberdades substantivas” (SEN, 2000, p. 336), tanto no sentido do crescimento econômico do país quanto como política de combate à extrema pobreza e para uma cada vez mais verdadeira igualdade social da nação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. The Political Economy of the Kuznets Curve. *In: Review of Development Economics*, 6(2), 2002.

ADROGUÉ, Ricardo; CERISOLA, Martim; GELOS, Gaston. Brazil's Long-Term Growth Performance: Trying to Explain the Puzzle. *In: IMF Working Paper*, WP/06/282, 2006.

AGHION, Philippe; CAROLI, Eve; GARCÍA-PEÑALOSA, Cecilia. Inequality and economic growth: the perspective of the new growth theories. *In: Journal of Economic Literature*, Vol. 37, N° 4, Dezembro, 1999.

AHLUWALIA, Montek. Income distribution and development: some stylized facts. *In: American Economic Review*, Vol. 66, N° 2, Maio, 1976.

ALAYÓN, Norberto. **Assistência e Assistencialismo – Controle dos Pobres ou Erradicação da Pobreza?** São Paulo: Editora Cortez, 1995

ALESINA, Alberto; RODRIK, Dani. Distributive Politics and Economic Growth. *In: The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 109, N° 2, Maio, 1994.

ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. Income distribution, political instability, and investment. *In: European Economic Review*, Vol. 40, N° 6, 1996.

ANAND, Sudhir; KANBUR, Sanjiv M. Ravi. The Kuznets process and the inequality – development relationship. *In: Journal of Development Economics*, Vol. 40, N° 1, Fevereiro, 1993.

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 2008.

ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. La Econometria de datos de panel. *In: Investigaciones Económicas* (Segunda época). Vol. XIV, N° 01, 1990.

ARELLANO, Manuel; BOND, Stephen. Some Tests of Specification for Panel Data: Monte Carlo Evidence and an Application to Employment Equations. *In: Review of Economic Studies*, 58, 1991.

ARELLANO, Manuel. **Panel Data Econometrics: Advanced Texts in Econometrics**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ARIDA, Pérsio. A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. *In: Retórica na Economia*. Organização de José Marcio Rego. São Paulo: Editora 34, 1996.

ARRETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas. *In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 39, 1995.

BACHA, Edmar Lisboa; BONELLI, Regis. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. *In: Revista de Economia Política*, Vol. 25, N° 3 (99), Julho/Setembro, 2005.

BAGOLIN, Izete Pengo; GABE, João Gabe; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Crescimento e desigualdade no Rio Grande do Sul: uma revisão da curva de Kuznets para os municípios gaúchos (1970-1991). *In: Encontro de Economia Gaúcha*, 2, 2004, Porto Alegre (RS). Anais... Porto Alegre: PUC-RS, 2004.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. *In: Estudos Avançados*. 30 (87), 2016.

BARCELLOS, Tanya Maria Macedo (coord.). **A Política Social Brasileira 1930-64: evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1983.

BARR, Nicholas. **Economics of the Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BARRO, Robert J. Government spending in a simple model of endogeneous growth. *In: Journal of Political Economy*, 98 (S5), 1990.

BARRO, Robert J. Economic Growth in a Cross Section of Countries. *In: The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 106, N° 2, Maio, 1991

BARRO, Robert. J. Inequality and growth in a panel of countries. *In: Journal of Economic Growth*, Vol. 5, N° 1, Março, 2000.

BARRO, Robert J; GROSSMAN, Herschel I. A general disequilibrium model of income and employment. *In: The American Economic Review*. Vol. 61, N° 1, Março, 1971.

BARRO, Robert J.; SALA-I-MARTIN, Xavier. Convergence. *In: Journal of Political Economy*, 100 (2), 1992.

BARROS, Laura Correa de; GOMES; Fábio Augusto Reis. Desigualdade e desenvolvimento: a hipótese de Kuznets é válida para os municípios brasileiros? *In: Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 26, N° 50, Setembro, 2008.

BECK, Nathaniel. From statistical nuisances to serious modeling: changing how we think about the analysis of time-series-cross-section data. *In: Political Analysis*, 15 (2), 2007.

BEIGUELMAN, Paula. **Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1977.

BERG, Andrew G.; OSTRY, Jonathan D. Equality and Efficiency. *In: IMF Finance & Development*. Vol. 48, N° 3, Setembro, 2011.

BÊRNI, D.; MARQUETTI, A.; KLOECKNER, R. A desigualdade econômica do Rio Grande do Sul: primeiras investigações sobre a curva de Kuznets. *In: Ensaios FEE*, Porto Alegre, Vol. 23, número especial, 2002.

BEVERIDGE, Willian. **O Plano Beveridge: relatório sobre o seguro social e serviços afins**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia: teoria e política econômica**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BLANK, Rebecca M. Evaluating Welfare Reform in the United States. *In: Journal of Economic Literature*. American Economic Association, Vol. 40 (4), Dezembro, 2002.

BLUNDELL, Richard; BOND, Stephen. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *In: Journal of Econometrics*, 87, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Dispõe sobre a criação, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, 1923.

BRASIL. **Lei nº 5.452, de 01 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, 1943.

BRASIL. **Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960**. Dispõe aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar, 1960.

BRASIL. **Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960**. Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda, e dá outras providências, 1964.

BRASIL. **Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966**. Dispõe sobre a criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e dá outras providências, 1966.

BRASIL. **Brasil 1994-2002: a era do Real**. Brasília: Secom, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Dispõe sobre o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas

Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. *In: Texto para Discussão*, FGV-EESP, N° 157, Dezembro, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimento e o Desenvolvimento Clássico. *In: Revista de Economia Política*. Vol. 36, N° 2 (143), Abril/Junho, 2016.

BRITO, Alessandra Scalioni; KERSTENETZKY, Celia Lessa. Beneficiários do Programa Bolsa Família e mercado de trabalho: considerações metodológicas e substantivas. *In: CEDE*. Texto para Discussão, N° 21, 2011.

BROWN, M.C. Using Gini-style indices to evaluate the spatial patterns of health practitioners: theoretical considerations and an application based on Alberta data. *In: Soc Sci Med*, 38, 1994.

BUSSMANN, Tanise Brandão; RISCO, Guilherme Rosa de Martinez. Mensuração da desigualdade e do crescimento no estado de Minas Gerais: estimação da curva de Kuznets. *In: Seminário sobre a Economia Mineira*. 15, 2012, Diamantina (MG). Anais... Diamantina: Cedeplar, 2012.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. *In: Estudos Avançados*. 30 (87), 2016.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Sindicalismo, Trabalho e Emprego. *In: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro, ISBN 85-240-3894-2 (DVD). 2006.

CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Bretton Woods aos 60 anos. *In: Novos Estudos*, N° 70, novembro, 2004.

CAVALCANTI, Daniella M. *et al.* Impactos do Programa Bolsa Família na renda e na oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem usando o efeito quantílico de tratamento. *In: Economia Aplicada*, Vol. 20, N° 2, 2016.

CLARKE, G. R. G. More evidence on income distribution and growth. *In: Journal of Development Economics*, Vol. 47, N° 2, 1995.

COBB, Charles W.; DOUGLAS, Paul H. A Theory of Production. *In: American Economic Review*. Vol. 18, No. 1, Supplement, Papers and Proceedings of the Fortieth Annual Meeting of the American Economic Association, Março, 1928.

CONTRI, André Luis. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. *In: Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, Vol. 41, N° 4, 2014.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: AMGH, 2016.

CRAGG, John G. Some Statistical Models for Limited Dependent Variables with Application to the Demand for Durable Goods. *In: Econometrica*, Vol. 39, N° 5 (Sep), 1971.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. *In: Economia e Tecnologia*. Ano 07, Volume Especial, 2011.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Notas sobre a Evolução do mercado de Trabalho no Brasil. *In: Revista de Economia Política*. Vol. 25, N° 1 (97), Janeiro/Março, 2005.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; TROVÃO, Cassiano J. B. Marques; SOUZA, Leonardo Flauzino. Desenvolvimento e Equidade: desafios do crescimento brasileiro. *In: Novos Estudos*. N° 98, Março, 2014.

DEININGER, K. W.; SQUIRE, L. A new data set measuring income inequality. *In: The World Bank Economic Review*, Vol. 10, N° 3, 1996.

DELFIN NETTO, Antonio. Meio Século de Economia Brasileira: Desenvolvimento e Restrição Externa. *In: Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES FILHO, Naércio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. *In: INSPER Police Paper*. N° 21, Agosto, 2016.

DIAS, Joilson, DIAS; Maria Helena Ambrósio. Crescimento Econômico e as Políticas de Distribuição de Renda e Investimentos em Educação nos Estados Brasileiros: Teoria e Análise Econométrica. *In: Estudos Econômicos*. São Paulo, Vol. 37, N° 4, Outubro/Dezembro, 2007.

DILLARD, Dudley. **Economic Development of the North Atlantic Community: Historical Introduction to Modern Economics**. New York: Prentice Hall, 1967.

DILLARD, Dudley. **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1971.

DIXON, R.; THIRLWALL, A. P. A model of regional growth-rate: differences on Kaldorian Lines. *In: Oxford Economic Papers*, New Series, Vol. 27, N° 2, Julho, 1975.

DOMAR, Evsey. Capital Expansion, Rate of Growth and Employment. *In: Econométrica*, Abril, 1946.

DOSI, Giovanni; FREEMAN, C.; FABIANI, S. The Process of Economic Development: Introducing Some Stylized Facts and Theories on Technologies, Firms and Institutions. *In: Industrial and Corporate Change*, Vol. 3, N° 1, Novembro, 1994.

DRAIBE, Sonia Miriam. BRASIL: 1980-2000: proteção e insegurança sociais em tempos difíceis. *In: PNUD Taller Inter-Regional. Protección Social en una Era Insegura: Un Intercambio Sur-Sur sobre Políticas Sociales Alternativas en Respuesta a la Globalización*. Santiago, 2000.

DRAIBE, Sonia Miriam; RIESCO, Manuel. Latin America: A New Developmental Welfare State in the Making? *In: M. Riesco (ed.), Latin America: A New Developmental Welfare State Model in the Making?* Basingstoke: Palgrave-Macmillan/UNRISD, 2007.

DRAIBE, Sonia Miriam. Programas de Transferências Condicionadas de Renda. *In: América Latina – Desafios da Democracia e do Desenvolvimento*. Políticas Sociais para além da crise. Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2009.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *In: Lua Nova*. N° 24, Setembro, 1991.

FERRARIO, Marcela Nogueira. Los efectos del programa Bolsa Família en el consumo familiar. *In: Revista CEPAL*, 112, 2014.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti; ELLERY Jr., Roberto; GOMES, Victor. Produtividade Agregada Brasileira (1970-2000): Declínio Robusto e Fraca Recuperação. *In: Estudos Econômicos*, FIPE, São Paulo, Vol. 38, N° 1, Janeiro/Março, 2008.

FIRPO, Sergio. Efficient Semiparametric Estimation of Quantile Treatment Effects. *In: Econometrica*, Vol. 75, N° 1 (Jan), 2007.

FLEURY, S. **Estado sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1994.

FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold Joseph. **The Development of Welfare States in Europe and America**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2005.

FOGUEL, Miguel Nathan; BARROS, Ricardo Paes de. The Effects of Conditional Cash Transfer Programmes on Adult Labour Supply: An Empirical Analysis Using a TimeSeries-Cross-Section Sample of Brazilian Municipalities. *In: Estudos Econômicos*, São Paulo, Vol. 40, N° 2, Abril/Junho, 2010.

FORBES, Kristin J. A reassessment of the relationship between inequality and growth. *In: American Economic Review*, Nashville, Vol. 90, N° 4, Setembro, 2000.

FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. *In: The American Economic Review*. Vol. 58, N° 1, Março, 1968.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia: teorias e aplicações**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GLAESER, Edward L. Inequality. *In: NBER Working Paper Series*. Working Paper 11511. National Bureau of Economic Research, Junho, 2005.

GOMES, Victor; PESSOA, Samuel de Abreu; VELOSO, Fernando A. Evolução da produtividade total dos fatores na Economia Brasileira: uma análise comparativa. *In: Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol.33, N° 3, Dezembro, 2003.

GRENE, Willian H. **Econometric Analysis**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2008.

GROSH, Margaret *et al.* **For Protection and Promotion**: the design and implementation of effective safety nets. United States of America: New York: The World Bank, 2008.

GUJARATI, Damodar. **Econometria Básica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HAIR, Joseph F. Jr *et al.* **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HARROD, R. F. An Essay in Dynamic Theory. *In: The Economic Journal*, n° XLIX, Março, 1939.

HAUSMAN, J. A. Specification Test in Econometrics. *In: Econometrica*. Vol. 46, N° 6, Novembro, 1978.

HECKMAN, James J. Sample Selection Bias as a Specification Error. *In: Econometrica*, Vol. 47, N° 1 (Jan), 1979.

HERZER, Dierk; VOLLMER, Sebastian. Inequality and growth: evidence from panel cointegration. *In: Journal of Economic Inequality*, online first, 2011.

HOBBSAWN, Eric J. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM; Eric J: **A Era das revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOBBSAWM; Eric J: **A Era do Capital 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E.K.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. 26ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

IBGE. **Estatísticas do Século XX**. 29 de setembro de 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>, 2003. Acesso em: 10 Setembro, 2016.

IBGE. **Estatísticas do cadastro central de empresas: 2013 / IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 Setembro, 2016.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 10 Setembro, 2016.

JACCOUD, Luciana. Programa Bolsa Família: proteção social e combate à pobreza no Brasil. *In: Revista do Serviço Público*. Brasília 64 (3), Julho/Setembro, 2013.

JACINTO, Paulo de Andrade; TEJADA, Cesar Augusto Oviedo. Desigualdade de renda e crescimento econômico nos municípios da região nordeste do Brasil: o que os dados têm a dizer? *In: Encontro Nacional de Economia*, 32, 2004, João Pessoa. Anais. João Pessoa: ANPEC, 2004.

JONES, Charles I.; VOLLRATH, Dietrich. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

JONES, Hywel G. **Modernas teorias do crescimento econômico: uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1979.

KAKWANI, Nanak; NERI Marcelo Cortes; SON, Hyun H. Linkages Between Pro-Poor Growth, Social Programs and Labor Market: The Recent Brazilian Experience. *In: World Development*, Vol. 38, N° 6, 2010.

KALDOR, Nicholas. **Capital accumulation and economic growth**. Paris: UNESCO, Seminar on the Programming of economic Development, 1963.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest, and Money**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1936.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *Welfare state e desenvolvimento*. *In: Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 54, N° 1, 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa, **O estado de bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KIM, Dong-Hyeon; HWANG, H0-Chuan; LIN, Shu-Chin. Kuznets hypothesis in a panel of states. *In: Contemporary Economic Policy*, Vol. 29, 2º Edição, Abril, 2011.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research**. Nova Jérsei: Princeton University Press, 1996.

KORPI, Walter. **The Working Class in the Welfare Capitalism. Work, unions and politics in Sweden.** International Library of Sociology, Londres, 1978.

KORPI, Walter. **The Democratic Class Struggle.** Routled and Regan, Londres, 1983.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

KUZNETS, Simon. **National Income, 1929-1932.** Senate document no. 124, 73d Congress, 2d session, 1934.

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. *In: American Economic Review*, Vol. 45, N° 1, Março, 1955.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989.* São Paulo: Editora Campus, 1995.

LANDES, David S. **A Riqueza e a Pobreza das Nações: porque são algumas tão ricas e outra tão pobres.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

LANGONI, Carlos. **Distribuição de Renda e Crescimento no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.

LI, Hongyi; ZOU, Heng-fu. Income Inequality is not Harmful for Growth: Theory and Evidence. *In: Review of Development Economics*, 2(3), 318-334, 1998.

LÍCIO, Elaine Cristina. Contribuições do Programa Bolsa Família para a gestão das políticas sociais. *In: Revista do Serviço Público Brasília*, 64 (3), Julho/Setembro, 2013.

LIPSEY, Richard G. The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1862-1957: A Further Analysis. *In: Economica*. New Series, Vol. 27, N° 105, Fevereiro, 1960.

LIST, John A.; GALLET, Craig A. The Kuznets' curve: what happens after the inverted-U? *In: Review of Development Economics*, Vol. 3, N° 2, Junho, 1999.

LUCAS Jr., Roberto E. On the mechanics of economic development. *In: Journal of Monetary Economics*, 22 3-42, North-Holland, 1988.

LUCAS Jr., Roberto E.; SARGENT, T. J. **Introduction to Rational Expectations and Econometric Practice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

LUCIO, Clemente Ganz. Desafios para o crescimento e o emprego. *In: Estudos Avançados*, 29 (85), 2015.

MADDISON, Angus. **Historical Statistics of the World Economy: 1-2008 AD.**, 2013.

MARINGONI, Gilberto. Simonsen versus Gudin, a controvérsia pioneira do desenvolvimento. *In: Desafios do Desenvolvimento*. Ano 9, Nº 73, Brasília: IPEA, 2012.

MARQUES, Rosa Maria. Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. *In: Revista de Economia Política*, Vol. 33, Nº 2 (131), abril-junho, 2013.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARSHALL Thomas Humphrey. **Citizenship and Social Class: and other essays**. Cambridge: University Press, 1950.

MARSHALL Thomas Humphrey. **Sociology at the Crossroads: and other essays**. London: Heinemann, 1963.

MARX, Karl Heinrich. **O Capital. Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Nova Cultural, Vol. I e Vol. II, 1996.

MEADE, James; STONE; Richard. The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Savings and Investment". *In: Economic Journal*. 51, Junho/Setembro, 1941.

MENEZES FILHO, Naercio; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Employment and Inequality of Outcomes in Brazil. *In: ReserchGate*. Article, Janeiro, 2009.

MESA-LAGO, C. Models of Development, Social Policy and Reform. *In: Latin America. Background paper for the UNRISD Project Social Policy in a Development Context*. Genebra, 2002.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MILES, David; SCOTT, Andrew. **Macroeconomia: compreendendo a riqueza das nações**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MILL, John Stuart. **Principles of Political Economy with some of their Applications to Social Philosophy**. London: Longmans. Green and Co, 1936.

MIS. **Matriz de Informação Social**. Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php>. Acesso em: 10 Setembro, 2016.

MODIANO, Eduardo. A ópera dos três cruzados: 1985-1989. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

NUNES, José Antonio; MARIANO, Jorge Luiz. Efeitos dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região nordeste. *In: Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(1), 71–90, 2015

O'CONNOR, J.S. **EUA: A Crise Fiscal do Estado**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

OBEID, Catharina; PEREIRA, Manuela Rached; BONFIM, Renato. **Libertar - Relatos de Guaribanas do Bolsa Família**. (Documentário). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RTSXuuSeNV0>, 2016. Acesso em: 10 Setembro, 2016.

OKUN, Arthur M. **Equality and Efficiency: The Big Tradeoff**. Washington: Brookings Institution Press, 1975.

OLIVEIRA Gesner; TUROLLA Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudanças em condições adversas. *In: Tempo Social*. USP, Novembro, 2003.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de; SOARES, Sergei S. D. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. *In: IPEA Texto para discussão*. 1738, Rio de Janeiro, Maio, 2012.

OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de; SOARES, Sergei S. D. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? *In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea, 2013.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Carlos. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

PANIZZA, Ugo. Income inequality and economic growth: evidence from American data. *In: Journal of Economic Growth*, Vol. 7, N° 1, 2002.

PARTRIDGE, M. D. Is inequality harmful for growth? Comment. *In: The American Economic Review*, Vol. 87, N° 5, Dezembro. 1997.

PERSSON, Torsten; TABELLIN, Guido. Is Inequality Harmful for Growth? *In: The American Economic Review*, Junho, 1994.

PETTY, William. **1. Tratados dos Impostos e Contribuições. 2. Verbum Sapienti. 3. Aritmética Política**. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 1996.

PIERSON, Christopher. **Beyond the Welfare State: the new political economy of welfare**. 3ª. ed. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2007.

PIERSON, Christopher *et al.* **The Welfare State Reader**. 3ª. Edição. Cambridge: Polity Press, 2014.

PIGOU, A. Cecil. **The Theory of Unemployment**. London: MacMillan and Co., 1933.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. Income Inequality in the United States, 1913-1998. *In: Quarterly Journal of Economics*, V. CXVIII, 1–39, 2003.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PHILLIPS, A. W. The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in United Kingdom, 1861-1957. *In: Economica*, Vol. 25, N° 100, 1958.

PONTUSSON, Jonas. **Inequality and Prosperity: Social Europe vs. Liberal America**. New York: Cornell University Press, 2005.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUESNAY, François. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Os Economistas, 1996.

RAMOS, Lauro. Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: 1992-2005. *In: Revista de Economia Política*, São Paulo, Vol. 29, N° 4 (116), Outubro/Dezembro, 2009.

RAMSEY, F. P. A Mathematical Theory of Saving. *In: The Economic Journal*. Vol. 38, N° 152, Dezembro 1928.

RANDS BARROS, Alexandre; ATHIAS, Diloá. Salário mínimo, Bolsa Família e desempenho relativo recente da economia do Nordeste. *In: Revista de Economia Política*, Vol. 33, N° 1 (130), Janeiro/Março, 2013.

REIS, Elisabeth. **Estatística Descritiva**. Lisboa: Edições Sílabo Ltda., 2008.

RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

RICARDO, David. **Principles of Political Economy and Taxation**. Canada: Batoche Books, 1821.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

ROLL, Eric. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ROMER, Paul M. Increasing Returns and Long-Run Growth. *In: The Journal of Political Economy*, Vol. 94, N° 5, Outubro, 1986.

ROMER, Paul M. The Origins of Endogenous Growth. *In: Journal of Economic Perspectives*, Vol. 8, Number 1- Winter, 1994.

SABOIA, Joao. Baixo crescimento econômico e melhora do Mercado de trabalho – como entender a aparente contradição?. *In: Estudos Avançados*. 28 (81), 2014.

SALVATO, Márcio Antonio *et al.* Crescimento e desigualdade: evidências da curva de Kuznets para os municípios de Minas Gerais: 1991/2000. *In: IBMEC-MG Working Paper n. 33*, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernández *et al.* **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAMUELSON, Paul Anthony. **Introdução à Análise Econômica**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1975.

SAMUELSON, Paul Anthony; SOLOW, Robert M. Analytical Aspects of Anti-Inflation Policy. *In: The American Economic Review*. Vol. 50, N° 2, Papers and Proceedings of the Seventy-second Annual Meeting of the American Economic Association, Maio, 1960.

SAY, Jean-Baptiste. **A Treatise on Political Economy; or the Production, Distribution, and Consumption of Wealth**. Philadelphia: Claxton, Remsen & Haffelfinger, 1880.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Panorama Geral dos Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe. *In: Revista Políticas Públicas*, São Luís, Número Especial, Julho, 2014.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo.** São Paulo: Ipea, 2010.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations** **Riqueza as Nações.** London: W. Strahan and T. Cadell, in Stand, 1776.

SOLOW, Robert M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *In: The Quartely Journal of Economics*, Vol. 70, N° 1, Fevereiro, 1956.

STOCK, James H.; WATSON, Mark W. **Introduction to Econometrics.** New York: Prentice Hall, 2003.

STRAUCH, Ottolmy. Introdução: Ensaio bibliográfico a Alfred Marshall. *In: Princípios de Economia*, Alfred Marshall. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

STUART MILL, John. **Principles of Political Economy**, 1885. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/30107/30107-pdf.pdf>. Acesso em: 10 Setembro, 2016.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. A economia política da população: poder e demografia no pensamento econômico britânico do século XVII. *In: Economia e Sociedade*, Campinas, Vol. 17, N° 3 (34), Dezembro, 2008.

SWAN, T. W. Economic Growth and Capital Accumulation. *In: Economic Record*. Volume 32, 2ª Edição, Novembro, 1956.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. *In: Economia e Sociedade*. Campinas, Vol. 19, N° 3 (40), Dezembro, 2010.

THIRLWALL, Anthony P. **A Natureza do Crescimento Econômico: Um Referencial Alternativo para Compreender o Desempenho das Nações.** Brasília, IPEA, 2005.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André. GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973: uma análise empírica. *In: Revista Brasileira de Economia*. Vol. 62, N° 2, Rio de Janeiro, Abril/Junho, 2008.

TITMUSS, Richard. **Social Policy: An Introduction**. New York: Pantheon Books, 1974.

TOYOSHIMA, Silvia Harumi; DA SILVA, Evaldo Henrique. Transferência de Renda e a Dinâmica do Crescimento Econômico: Um Modelo de Simulação. *In: Estudos Econômicos, USP*. São Paulo, Vol. 43, N° 3, p. 525-555, Julho/Setembro, 2013.

TRIFFIN, Robert. Gold and the Dollar crisis: Yesterday and Tomorrow. *In: Essays in International Finance*. N° 132, Dezembro, 1978.

VIANNNA, Sergio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

VIANNNA, Sergio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. *In: A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. São Paulo: Editora Campus, 1995.

WALRAS, Leon. **Elements D'Économie Politique Pure: Théorie de la Richesse Sociale**. Paris: R. Pichon et R. Durand-Auzias, Lausanne: F. Rouge, Libraire-Éditeur, 1926.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito do Capitalismo”**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILLIAMSON, Oliver E. **The Economic Institutions of Capitalism**. New York: The Free Press, 1985.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.